



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

FLÁVIO AUGUSTO SOUSA SANTOS

AMANHÃ HAVERÁ FEIRA-LIVRE:

A dimensão territorial da Feira-livre da Avenida Brasil em Juiz de Fora - MG

JUIZ DE FORA

2023

FLÁVIO AUGUSTO SOUSA SANTOS

AMANHÃ HAVERÁ FEIRA-LIVRE:

A dimensão territorial da Feira-livre da Avenida Brasil em Juiz de Fora - MG

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Elias Lopes de Lima

Coorientador: Wagner Barbosa Batella

JUIZ DE FORA

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Santos, Flávio Augusto Sousa.
AMANHÃ HAVERÁ FEIRA-LIVRE : A dimensão territorial da Feira-livre da Avenida Brasil em Juiz de Fora - MG / Flávio Augusto Sousa Santos. -- 2023.
148 p. : il.

Orientador: Elias Lopes de Lima
Coorientador: Wagner Barbosa Batella
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2023.

1. feira-livre. 2. território usado. 3. disputas territoriais. 4. horizontalidade e verticalidade. 5. comércio de rua. I. Lima, Elias Lopes de , orient. II. Batella, Wagner Barbosa, coorient. III. Título.

Flávio Augusto Sousa Santos

AMANHÃ HAVERÁ FEIRA-LIVRE:

A dimensão territorial da Feira-livre da Avenida Brasil em Juiz de Fora - MG

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovado em 04 de outubro de 2023

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Elias Lopes de Lima – Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Clarice Cassab Torres
Universidade Federal de Juiz de Fora

Professor Doutor Gil Carlos Silveira Porto
Universidade Federal de Alfenas

Dedico este trabalho a todos os trabalhadores e trabalhadoras que resistem à massacrante exploração imposta pelo sistema capitalista, de modo especial, a todos aqueles e aquelas que fazem da rua seu campo de trabalho, organização e resistência.

AGRADECIMENTOS

Às Entidades que me protegem e me guiam.

Aos meus pais, Carlina e Luciano.

À minha companheira, Luana.

Aos meus familiares, Adriana, Bruna, Cheila, João, Letícia, Luciano, Luiz, Marco Aurélio, Nazareth, Patrícia, Ricardo e Vanderlei.

À Professora Maria Lúcia, ao Professor Elias, ao Professor Pedro e ao Professor Wagner.

Aos demais Professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFJF.

Aos amigos e amigas que a Geografia me trouxe, Albert, Aline, Alice, Amanda, Ataniel, Bárbara, Daniel, Diego, Elver, Francisco, Gabriel, Guilherme, Gustavo, Jader, Janaína, Jéssica, João Gabriel, João Luiz, João Vitor, Lara, Lorena, Lucas, Luiza, Igor Carlos, Mahalia, Michaela, Raquel, Thales, Thânia, Verônica e Vitor.

Aos amigos que a vida juiz-forana trouxe, Anna Cristina, Antônio, Bruno, João Guilherme, Lídia, Luiza e Renato.

Aos meus amigos de infância para a vida toda, Giulia, Guilherme, Ivan, João Marcos, Júlio César, Matheus e Vitor Hugo.

Aqueles que não estão neste plano, mas marcaram e me ensinaram muito, Orlanda (Vó Landa), Antônio (Vô Corinho) e Professor Leonardo Carneiro.

À Universidade Federal de Juiz de Fora e a todas as oportunidades que me proporcionou.

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa.

A todos os feirantes que me ensinaram na labuta da madrugada a dar valor ao espaço público e a perceber as vidas que o atravessam.

À Educação Pública que foi capaz de mudar minha realidade e pela qual lutarei pela vida toda.

Encarar a demanda para vencer a demanda.
Luiz Antônio Simas e Luiz Rufino (2019, p. 68).

RESUMO

O presente trabalho discute a respeito da dimensão territorial das feiras-livres, em especial da Feira-livre da Avenida Brasil em Juiz de Fora - MG. O trabalho investiga como as dinâmicas das disputas de poder no e em torno do uso do território são expressos na Feira-livre da Avenida Brasil, analisando como se arranjam as disputas de poder em torno do território da feira-livre e, acessoriamente, questiona de que modo as feiras-livres continuam na contemporaneidade frente a formas espaciais de comércio mais modernas. Assim, a pesquisa assume como objetivo principal compreender a formação espacial e o uso do território em face da realização da Feira-livre da Avenida Brasil em Juiz de Fora - MG. Compreendemos as feiras-livres como uma forma de comércio varejista de periodicidade semanal, marcada pela venda de artigos de base hortifrutigranjeira, preferencialmente estabelecida em espaços públicos ao ar livre. Forma essa que a partir das relações que estabelece, materializam disputas de poder criando um território em meio ao espaço público e voltado ao abastecimento local de produtos de primeira necessidade e que se marca por características além de comerciais, pois ao ser usado cria laços de vizinhança, sociabilidade e resistência. Para atingir o objetivo realizamos investigações quantitativo-descritiva de verificação de hipótese a partir da aplicação de entrevistas estruturadas com feirantes e consumidores. Adotamos técnicas de observação sistemática e investigação explanatória para as incursões à feira-livre. Concomitantemente, realizamos revisão bibliográfica quanto ao conceito de feira-livre, revisão teórico-conceitual a respeito do território usado e uma análise documental da geografia-histórica das feiras-livres em Juiz de Fora. Constatamos que as feiras-livres em Juiz de Fora são resultados das greves dos trabalhadores urbanos do município de 1924. Averiguamos que a feira dominical foi sofrendo deslocamentos cada vez para mais longe do centro da cidade até a margem esquerda do Rio Paraibuna, na Avenida Brasil, a partir do desejo urbano de modernidade e das ações implementadas pela política. Do mesmo modo, fomos capazes de traçar o perfil dos sujeitos diretamente envolvidos com a feira-livre, feirantes e consumidores, e verificamos que suas práticas compreendem estratégias horizontais que congregam à feira-livre capacidade de estar (r)existindo na cidade contemporânea frente a agentes hegemônicos no campo da alimentação e da distribuição de alimentos.

Palavras-chave: feira-livre; território usado; disputas territoriais; horizontalidade e verticalidade.

ABSTRACT

The present work discusses the territorial dimension of open-air markets, specifically focusing on the Feira-livre da Avenida Brasil in Juiz de Fora (MG). The research investigates how power struggles unfold around the territory of the Feira-livre da Avenida Brasil and additionally questions how open-air markets persist in contemporary times in the face of more modern spatial forms of commerce. Thus, the research assumes its main objective is to understand the spatial formation and utilization of the territory in the context of the Feira-livre da Avenida Brasil in Juiz de Fora, MG. We define open-air markets as a form of retail commerce with a weekly periodicity, characterized by the trade of horticultural and agricultural products, preferably established in outdoor public spaces. This form, through the relationships it establishes, materializes power struggles, creating a territory within public space and oriented towards the local supply of essential goods, marked by characteristics beyond commercial aspects. As it is used, it creates neighborhood ties, sociability, and resistance. To achieve this objective, we conducted quantitative-descriptive investigations to test hypotheses through structured interviews with market vendors and consumers. We adopted techniques of systematic observation and explanatory investigation for our visits to the open-air market. Concurrently, we conducted a bibliographical review of the concept of open-air markets, a theoretical-conceptual review regarding utilized space, and a documentary analysis of the historical geography of open-air markets in Juiz de Fora. We found that open-air markets in Juiz de Fora are the result of the strikes by urban workers in the municipality in 1924. We found that the Sunday market gradually relocated further away from the city center to the left bank of the Rio Paraibuna, on Avenida Brasil, driven by urban desires for modernity and political actions. Likewise, we outlined the profile of the individuals directly involved with the open-air market, including vendors and consumers, and how their practices involve horizontal strategies that contribute to the Feira-livre da Avenida Brasil's ability to (re)exist in the contemporary city, despite hegemonic agents in the field of food and food distribution.

Key-words: Open-air market; utilized space; territorial disputes; horizontality and verticality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Antigo Mercado Municipal de Juiz de Fora - 1916.	58
Figura 2 - Prédio do antigo Mercado Municipal em Juiz de Fora - 2023.....	58
Figura 3 - Feira-livre da Avenida Brasil na margem esquerda do Rio Paraibuna, Juiz de Fora - 1982.	75
Figura 4 - Padrão de banca adotado nas feiras-livres da SEAPA-PJF, Juiz de Fora – 2022....	82
Figura 5 - Barraca da Feira-livre da Avenida Brasil, Juiz de Fora – 2022.	83
Figura 6 - Fiscal e guarda-municipal na Feira-livre da Avenida Brasil, Juiz de Fora – 2019..	84
Figura 7 - Feirantes em manifestação na frente da Câmara Municipal de Juiz de Fora - 2021.	85
Figura 8 - Maior espaço entre as bancas e corredores mais largos – Feira-livre da Avenida Brasil, Juiz de Fora – 2020.	89
Figura 9 - Sinalização viária na Avenida Brasil, esquina com a Ponte Wilson Coury Jabour Júnior, Juiz de Fora – 2023.....	117
Figura 10 - Placa com código QR exposta em barraca na Feira-livre da Avenida Brasil, Juiz de Fora – 2023.	122

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização da Feira-livre da Avenida Brasil em Juiz de Fora – MG, 2023.....	15
Mapa 2 - Locais de ocorrência da feira-livre dominical em Juiz de Fora durante o período de rodízio – 1924.....	71
Mapa 3 - Deslocamentos da feira-livre dominical em Juiz de Fora – 1924-2023. Elaboração: Flávio A. S. Santos (2022).....	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Outras feiras-livres organizadas pela SEAPA-PJF que os Feirantes da feira-livre da Avenida Brasil trabalham.	96
Gráfico 2 – Horário de chegada e saída dos feirantes da Feira-livre da Avenida Brasil.....	99
Gráfico 3 - Categorias de produtos vendidos na Feira-livre da Avenida Brasil pelos feirantes entrevistados.	100
Gráfico 4 - Renda salarial dos consumidores da Feira-Livre da Avenida Brasil entrevistados de acordo com salário mínimo em 2023.....	101
Gráfico 5 - Motivo apontados pelos consumidores entrevistados para terem ido à feira-livre no dia da entrevista.	102
Gráfico 6 - Preferência dos consumidores referente as categorias dos produtos comercializados na Feira-livre da Avenida Brasil.....	103
Gráfico 7 - Relação entre frequência do consumidor na Feira-livre da Avenida Brasil e tratamento pessoal como um motivador de fidelidade à feira.	104
Gráfico 8 - Avaliação do local da avenida para a realização da Feira-livre da Avenida Brasil segundo feirantes.	108
Gráfico 9 - Avaliação do local da avenida para a realização da Feira-livre da Avenida Brasil segundo consumidores.....	108
Gráfico 10 - Correspondência entre avaliação da relação da SEAPA-PJF com feirantes e manutenção dessa relação segundo feirantes.....	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Respostas dos feirantes quanto a percepção da importância do seu trabalho para Juiz de Fora.....	110
--	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Feiras-livres em Juiz de Fora	80
--	----

APÊNDICES

Apêndice 1 - Perguntas realizadas em entrevista aos feirantes da Feira-livre da Avenida

Brasil..... 145

Apêndice 2 - Perguntas realizadas em entrevista aos consumidores da Feira-livre da Avenida

Brasil..... 148

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. RUAS, LONAS RISCADAS E CAIXOTES DE FRUTAS: Conceitos e Falatórios	19
1.1 E essa tal feira-livre, o que é?.....	20
1.2 Algumas tratativas quanto aos conceitos espaço e ao território.....	26
1.3 Território usado em Milton Santos e as conexões com a feira-livre.....	32
1.3.1 Horizontalidade e verticalidade, verticalidade e horizontalidade.....	36
2. GEOGRAFIA HISTÓRICA DAS FEIRAS-LIVRES.....	42
2.1 “Tudo se acelera com a feira”: surgimento do capitalismo e produção do espaço geográfico.....	43
2.1.1 As feiras-livres no Brasil.....	49
2.2 “Quando virão as feiras livres?” As circunstâncias para a criação das feiras-livres juiz-foranas.....	54
2.3 Feira-livre em Juiz de Fora: a feira dominical.....	62
2.3.1 Deslocamentos e desterritorializações: da Avenida Rio Branco à Avenida Brasil....	70
2.4 A Feira-livre da Avenida Brasil.....	77
3. “CIDADE SEM FEIRA NÃO PODE”: o território usado da Feira-livre da Avenida Brasil.....	92
3.1 O caminho às margens do Paraibuna.....	92
3.2 “Pode chegar que aqui tem coisa boa”: resultados e apontamentos.....	94
3.2.1 “A avenida é o lugar dela”: o uso do território, território-feira e disputas pela rua.	106
3.2.2 “A única coisa boa no domingo é a feira”: disputas, consumo e feira-livre.....	113
3.2.3 APPROFEIRA e as estratégias da horizontalidade.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS: “Alimentar o povo, quer algo mais importante que isso?!”.....	127
REFERÊNCIAS.....	133
APÊNDICES.....	145

INTRODUÇÃO

*Eu quero ver você feliz demais, sofredor
Homem de fé, homem da city, homem do
campo, homem do mundo...
Você merece sorrir
“Homem do Mundo”, Rashid (2016).*

Esta dissertação é um desdobramento de uma pesquisa realizada no campo da Geografia, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora. Consolida-se a partir do desejo de abordar o problema de insegurança alimentar, da homogeneização da alimentação da população brasileira e da produção espacial; neste ínterim, ambas preocupações confluem na feira-livre.

O primeiro contato com a ideia de feira-livre que tivemos ocorreu por meio de um volume da Enciclopédia Barsa, obra trivial nas prateleiras das bibliotecas das escolas públicas e uma fonte de pesquisa em tempos em que a internet não era comum. Daquele livro de capa vermelha, com edição datada dos anos de 1980, apenas restou o exercício imaginativo do que se tratava, uma vez que os eventos retratados em sua totalidade não faziam parte do nosso cotidiano¹; em nosso espaço de vivência, não havia feiras-livres. Ao contrário, parte dos objetos de comércio que as compunham como frutas, legumes, verduras, cereais e granjeiros, nos cercavam rotineiramente e participavam do nosso mundo conhecido e da nossa dinâmica de vida rural.

A vida adulta e os estudos da Geografia revelaram as facetas da urbanidade e suas múltiplas manifestações, seus seres e fazeres. Dentre essas manifestações uma nos causou (causa e causará) interesse: as feiras-livres. O motivo ainda não é conhecido, mas um indicativo é a identificação causada pelas lascas do rural presentes nesse território. Mesmo sendo uma forma comercial urbana, as feiras-livres ainda apresentam traços próprios da roça, sintomas muito semelhantes ao definido por Porto (2015) ao analisar a permanência de feiras em alguns municípios baianos, sendo *modus vivendi* próprios da roça.

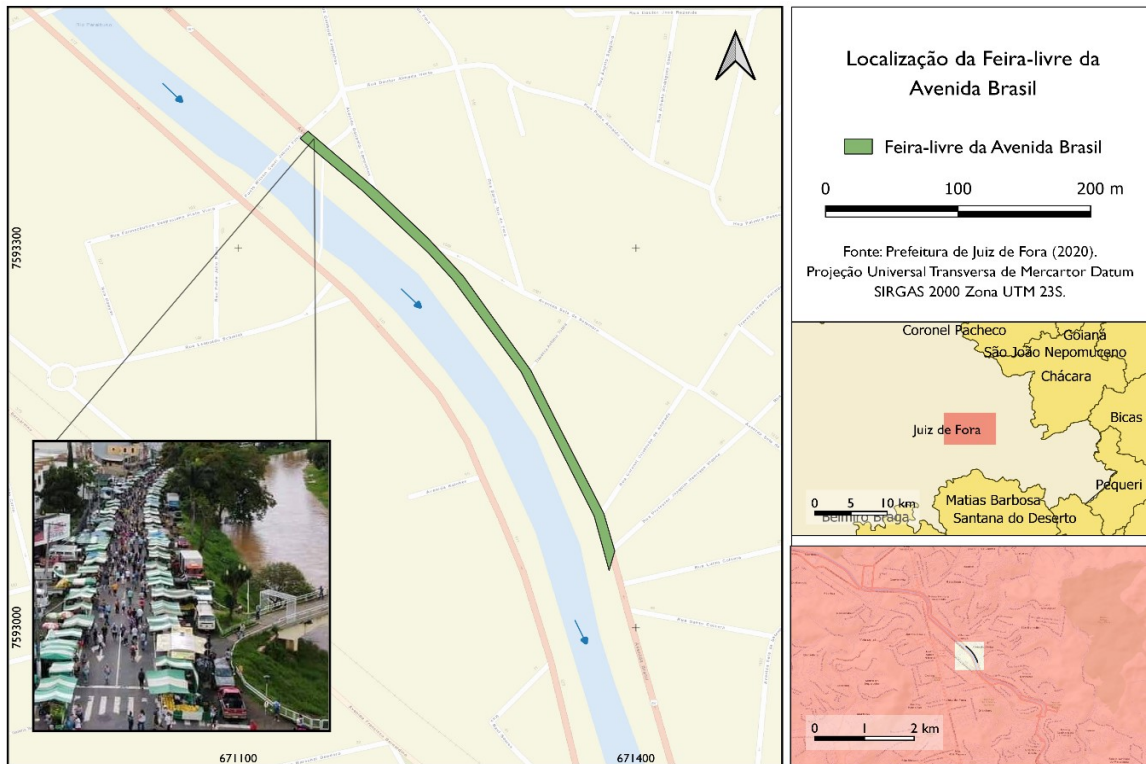
Neste percurso, fomos atravessados por esta modalidade comercial. Saímos da posição de consumidor, entusiasta e observador romântico e passamos a encará-las por meio de outras lentes; a feira-livre tornou-se nosso local de trabalho. Mais do que uma forma comercial, a feira-

¹ Congonhal – MG, cidade de origem do autor, apesar de ter sua economia baseada na atividade agrícola, não conta com a ocorrência de feiras-livres.

livre apresenta particularidades inimagináveis de serem concebidas nas modalidades comerciais mais modernas. Tem vestígios de formas de troca e consumo anteriores, apresenta possibilidades (e incertezas) ao futuro, reflete e participa do contraditório processo de produção do espaço, principalmente o espaço urbano, mas operando em uma interface com o domínio rural. Dividir um pouco do que conseguimos observar por essas outras lentes é a chama que acende este trabalho. Que essa chama ilumine e nos conduza nesta empreitada.

Para a realização desta pesquisa, tomaremos como objeto de/para análise a feira-livre de hortifrutigranjeiros realizada aos domingos na Avenida Brasil, em Juiz de Fora (MG) (Mapa 1). A escolha desta feira-livre parte de suas dimensões histórico-quantitativas e políticas, as quais a colocam como um território marcado por interesses, disputas de poder e (r)existências (PORTO-GONÇALVES, 2008). Trata-se de uma feira com 264 feirantes, milhares de consumidores e trabalhadores, e que está prestes a completar seu centenário. Além disso, esta feira é o meio pelo qual milhares de trabalhadores conseguem adquirir alimentos e garantir sua subsistência, visto que seu caráter é fornecer bens de primeira ordem com qualidade e preços mais baixos. Em uma conjuntura de crescimento constante da insegurança alimentar, refletir sobre a realização, manutenção e fortalecimento das feiras-livres consiste em pensar na possibilidade de acesso à alimentação, reprodução da vida e no direito ao espaço urbano.

Mapa 1 - Localização da Feira-livre da Avenida Brasil em Juiz de Fora – MG, 2023.



Elaboração: Flávio A. S. Santos (2023).

Outro fator relevante na definição da Feira-livre da Avenida Brasil como objeto de pesquisa está na relação do autor com ela. Além de frequentá-la desde 2015, o autor trabalhou durante os anos de 2019 e 2020. O período de trabalho proporcionou observações para além do campo romantizado dos “cheiros, cores e sabores”. Abriu perspectivas outrora quase invisíveis, expôs facetas do contraditório processo de produção da cidade, do trabalho, da desigualdade e da fome. Expôs situações de submissão humana aos mais altos graus de degradação, onde se disputava sobras com porcos e galinhas, revelando a fome como um problema político, econômico e social, “a expressão biológica de uma doença social” (ADAS, 1988, p. 6).

Mas o período de trabalho na feira também evidenciou boas ações, colaboração, ajuda, companheirismo, senso de classe e organização. A feira-livre revelou-se como forma e ação (SANTOS, 2020). Sugados para dentro dessa realidade, passamos a refletir sobre questões que originaram esta pesquisa e confluem para este texto, reconhecendo, contudo, que nunca seremos capazes de esgotar o tema ou as possibilidades de interpretação deste fenômeno.

A feira-livre no Brasil surge junto dos colonizadores, e nas terras de Pindorama, o modelo de “feirar” português encontra o modo de comerciar advindo do Continente Africano, mesclando-se, interiorizando e diversificando-se. Atualmente, encontramos no país feiras-livres

em todas as unidades federativas, constituindo um conjunto heterogêneo de eventos que, ao serem medidas as proporções, podem ser compreendidas como forma comercial – e espacial – periódica de produtos hortifrutigranjeiros e derivados. Essas feiras ocorrem preferencialmente em espaços públicos e necessitam de infraestrutura móvel de baixo investimento. Trata-se de uma forma marcada pelo estabelecimento de um território voltado ao abastecimento local, acarretando relações não presentes nas modernas formas comerciais, como os supermercados e o *e-commerce*².

Entretanto, as feiras-livres não se restringem à dimensão econômica; sua ocorrência é marcada pela ocupação de um espaço público³: a rua, e o uso desta se configura a partir de disputas de poder. A Feira-livre da Avenida Brasil, em consequência de seu tamanho quantitativo e histórico, efervesce de relações, fluxos e processos. Junto ao cheiro do café moído, das frutas e dos pasteis, exala tensões, sociabilidades e a dinâmica da produção e circulação.

Nesse sentido, considerando a Feira-livre da Avenida Brasil como o local de materialização de disputas de poder em torno de seu uso, cria-se um território em meio a via pública com objetivo fundamental de realização de trocas comerciais. Trata-se de uma via pública e de um evento ditado e controlado pelo poder do Estado, situação materializada pela ação da Prefeitura de Juiz de Fora. A feira insere-se no consumo, um campo cada vez mais dominado por um grupo de empresas e em processo de homogeneização, mas por entre frestas vai ocorrendo na interface rural-urbano. Assim, assumimos como problema da pesquisa a seguinte questão: Quais as dinâmicas das disputas de poder no e em torno do uso do território são expressos na Feira-livre da Avenida Brasil? Acessoriamente, indagamos: De que modo as feiras-livres continuam a existir na contemporaneidade frente às formas espaciais de comércio mais modernas? Como os sujeitos feirantes contribuem para a continuidade desta forma comercial em meio à cidade moderna?

Com a finalidade de responder às inquietações que motivam esta pesquisa, assumimos como objetivo principal para a presente empreitada compreender a formação espacial e o uso

² *E-commerce*, ou comércio eletrônico, refere-se a uma forma de negócio em que todas as transações comerciais ocorrem através da internet. Todas as etapas do processo, desde a escolha dos produtos pelo consumidor até a finalização da compra e o pagamento, são conduzidas por meio de plataformas digitais.

³ Tomaremos como espaço público todos aqueles que compõem a cidade, mas que estão para além da propriedade privada. Esses são os espaços de livre acesso à população – ou que, em tese, deveriam ser. Entenderemos, assim, como exemplos de espaço públicos as ruas, calçadas, praças e outros equipamentos de livre acesso à população, gestados pelo Estado ou com gestão cedida a iniciativas privadas.

do território em face da realização da Feira-livre da Avenida Brasil em Juiz de Fora – MG. Além disso, listamos objetivos específicos que buscamos atender com esta pesquisa:

- 1) Avaliar o conteúdo territorial da feira-livre e sua resiliência diante de outras modalidades comerciais contemporâneas.
- 2) Retomar e sistematizar a história das feiras-livres em Juiz de Fora por meio análise da Feira-livre da Avenida Brasil.
- 3) Compreender a organização dos sujeitos feirantes e suas participações na produção da cidade.
- 4) Apontar o papel das feiras-livres para o abastecimento da população de bens de primeira necessidade, em meio a uma conjuntura de insegurança alimentar.

Para atingir esses objetivos, realizamos um exercício de pesquisa baseado no levantamento e revisão bibliográfica sobre feiras-livres, consultando revistas, livros e periódicos científicos. Além disso, realizamos uma revisão teórico-conceitual no campo da Geografia acerca de um conjunto de conceitos e categorias que orbitam ao redor do território usado, com o intuito de construir um corpo teórico que contribua para a argumentação em torno do tema proposto. Desta forma, no primeiro capítulo, realizamos uma revisão teórico-conceitual. Inicialmente, abordamos o conceito de feira-livre, explorando apontamentos de diversos campos da ciência com o objetivo de elaborar uma síntese conceitual para feira-livre. Em seguida, tecemos uma análise teórica da feira-livre, fundamentada no conceito de território usado, o qual foi elaborado e debatido na geografia por Milton Santos (2001, 2005, 2009).

Em seguida, ao considerarmos que o espaço está em constante transformação e, conseqüentemente, as questões pesquisadas não são estáticas ou desagregadas do contexto geral, realizamos um levantamento histórico. Esse levantamento abrange os percursos das feiras-livres de maneira geral e, ao final, concentra-se nas feiras em Juiz de Fora. Para tanto, efetuamos pesquisas documentais e coletamos registros fotográficos nos arquivos públicos digitais da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, Arquivo Público Mineiro e Arquivo Histórico de Juiz de Fora. Buscamos levantar jornais com acervos disponíveis *online*, tanto naqueles já encerrados, como O Pharol (1866-1939), Folha Mineira (1934-1977), quanto nos jornais em circulação atualmente, como o Tribuna de Minas e o G1 Zona da Mata.

Recorremos também à análise de documentos oficiais que influíram na organização das feiras-livres juiz-foranas, principalmente no presente momento. Destacamos o Decreto Executivo 03.253/1985 (antigo regimento das feiras em Juiz de Fora), Decreto Executivo

13.894/2020 (adequação das feiras-livres a situação de emergência de saúde pública) e o Decreto Executivo 15.573/2022 (novo regimento das feiras-livres juiz-foranas). Essa análise documental visa compreender o papel do Estado, neste caso, o Executivo juiz-forano, no jogo de poderes que se arranjam no município.

Desse modo, o segundo capítulo apresenta uma análise escalar espaço-temporal das feiras-livres ao dispor desde o início dessa forma-conteúdo, sua relação com a expansão do capitalismo e a incorporação e diversificação no Brasil. Em seguida, com o aporte da Geografia Histórica, resgatamos o contexto da criação da feira-livre em Juiz de Fora, os subsequentes deslocamentos que a feira dominical passou na cidade e os atravessamentos desta na produção do espaço urbano, na interface com o rural. Para encerrar o capítulo, abordamos a Feira-livre da Avenida Brasil não apenas como forma (SANTOS, 2009), mas também como objeto e ação, destacando sua organização, fluxos, relações e reações.

No terceiro e último capítulo deste trabalho, ouvimos os sujeitos envolvidos na Feira-livre da Avenida Brasil e analisamos suas ações. Para isso, realizamos um levantamento de dados em campo por meio de entrevistas com os feirantes e consumidores da Feira-livre da Avenida Brasil. Da mesma forma, conduzimos entrevistas com a direção da entidade que representa os feirantes das feiras-livres juiz-foranas, a Associação Profissional de Produtores e Feirantes de Juiz de Fora (APPROFEIRA).

Faz-se necessário pontuar que, ao refletirmos sobre a exequibilidade deste trabalho, optamos metodologicamente por centrar nossa análise nos feirantes e consumidores, deixando em segundo plano os agentes que operam nas redes. Como resultado, o rol de dados e análises apresentam mais detalhes sobre as ações dos feirantes e consumidores do que sobre os demais agentes. Entretanto, reconhecemos que essa opção não desconsidera as contradições presentes na produção e uso do espaço.

Assim, essa parcela do texto reflete, dialoga e examina os dados coletados em campo junto aos feirantes, consumidores e à associação de feirantes. Isso aprofunda as possibilidades de respostas à nossa questão fundante na mais icônica feira de Juiz de Fora, a Feira-livre da Avenida Brasil. Além disso, permite compreender quem são os sujeitos que compõem, participam e vivem este território usado.

1. RUAS, LONAS RISCADAS E CAIXOTES DE FRUTAS: Conceitos e Falatórios

A feira-livre pode ser uma poesia do cotidiano ou simplesmente uma fria imagem das durezas do dia-a-dia. Os rostos suados podem exibir um sorriso matreiro ou uma expressão de insuperável cansaço, as mãos marcadas podem representar um orgulho das lutas cotidianas vencidas, ou os suplícios e dificuldades que o tempo não conseguiu apagar. Enfim, a feira é para alguns um passeio dominical, enquanto que para outros o lugar da labuta, da fadiga que já se acumula pelos dias da semana que ainda não terminou, quem vai a feira se aventura a experimentar a instabilidade do viver humano, a sua eterna sina de sísifo (que empurra sua pedra rochedo acima mesmo sabendo que no dia seguinte ela rolará para que ele novamente volte a empurrá-la).

Vicente de Paulo L. Menezes (2005, p. 38-39).

Neste capítulo, com o intuito de nos prepararmos para adentrar os corredores da feira-livre, buscaremos munir-nos por meio de uma base teórico-conceitual. Para início, necessitamos delimitar os conceitos que serão os condutores desta empreitada: feira-livre e território usado. A opção pela adoção e abordagem explica-se pela questão norteadora desta pesquisa. Assim, nosso capítulo parte de uma reflexão quanto aos conceitos.

A feira-livre é uma forma espacial. Assim entendida, a feira-livre não está alheia do contraditório processo de produção, não é inerte, neutra ou eterna. Visualizamos as feiras como uma forma relevante para a compreensão dos processos que operam no âmbito urbano e rural, no campo da política e da cotidianidade, no institucional e no coletivo. Esses processos que apresentam uma dimensão territorial e que sofrem alterações e manutenções nas suas dinâmicas a partir das intencionalidades e dos seus usos.

A princípio, um adendo se faz necessário: adotaremos o termo ‘feira’ como sinônimo de “feira-livre”. O adjetivo “livre”, segundo Mascarenhas (2005), aparece no ato de criação das feiras-livres na cidade do Rio de Janeiro, em 13 de outubro de 1904, e sua explicação não é clara. O adjetivo “posteriormente se incorporou em definitivo ao nome (feira-livre) gerando uma denominação intraduzível para outros idiomas. Assim é adotada em todo o Brasil para designar as feiras semanais de caráter intra-urbano” (MASCARENHAS, 2005, p. 5). Ao nos dedicarmos à exploração conceitual, partiremos pela feira-livre, buscando compreender os aspectos que vão além daquela definição rígida e genérica que nos foi apresentada na infância.

1.1 E essa tal feira-livre, o que é?

Contar uma história exige o entendimento do tema tratado. Nos enredos, é comum a caracterização da personagem principal. Portanto, acreditamos que essa seja a melhor maneira de começar esta demanda. Na literatura, encontramos casos que recorrem às narrativas, descrições, etimologia, conceituação, história ou aos exemplos corriqueiros. Absorvendo um pouco de cada abordagem, buscamos traçar um perfil da protagonista: a feira-livre.

No início desta explanação, faz-se imprescindível uma observação. A nossa personagem foi e é analisada por diferentes ciências, correntes de pensamento e através de diversos *fronts*: sua inserção junto a outras formas comerciais, o consumo, as relações campo-cidade, a periodicidade, as características e especificidades das feiras como forma comercial, enquanto lócus de trabalho e reprodução da vida, entre outros. Ao reconhecer este grande campo que se abre (e que não procuramos esgotar), faremos a seleção dos atributos mais gerais para traçar este perfil. Então, para começar, nos perguntamos: o que é essa tal feira-livre?

Recorrendo ao Dicionário Houaiss Conciso (2011, p. 431), o termo feira-livre pode ser definido como um “venda de produtos hortigranjeiros, frutas, pescados etc., ger. [geralmente] ao ar livre e em dias certos da semana.” De acordo com Mascarenhas e Dolzani (2008), a feira-livre brasileira é a amalgama do modelo comercial de origem ibérico e africano, que se realiza por todo o território nacional. Os mesmos autores complementam ao dispor sobre as características mais gerais deste modelo comercial, situando a feira-livre como uma “modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos” (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008, p. 75).

Para Santos (2013), as feiras desempenham um papel fundamental para o abastecimento das cidades e são motores de transações comerciais. Elas aquecem e movimentam a economia, sendo “uma realidade e envolvem significativos fluxos de mercadorias, pessoas e informações, integrando áreas rurais, e pequenas, médias e grandes cidades, manifestando uma atividade [...] importante para muitos sujeitos urbanos e rurais.” (SANTOS, 2013, p.42).

Entretanto, as feiras-livres ultrapassam uma perspectiva econômica, pois sua ocorrência se dá pela ocupação de um espaço por sujeitos que atribuem a este outras funções.

Assim, o espaço público ressignifica-se em um território comercial repleto de sociabilidades (SILVA; MIRANDA; CASTRO JUNIOR, 2014). Ou seja, apresenta traços particulares de sociabilidade e pessoalidade decorrentes de relações de negociação, diálogo e fidelidade. Esses traços se fazem inimagináveis em um modelo de comércio baseado em supermercados e *shoppings centers*. Nestes espaços, a construção de fidelidade tem recentemente sido buscada pelas redes comerciais através do registro de CPFs, contatos telefônicos e e-mails para o compartilhamento de propaganda, mas sem o traço de sociabilidade presente nas feiras. A finalidade é fidelizar o consumidor e obter um maior volume de vendas. Assim, as ruas tornam-se locais de festa e as feiras-livres ocupam a função de regência.

Etimologicamente o termo feira se aproxima de celebração, sendo derivado do latim “*ferīa,ae* no sentido de 'dia de festa', mais comum no pl.[plural] *ferīae,ārum* no sentido de 'dias consagrados ao repouso, festas, férias'. Em lat.vulg.[latim vulgar], 'mercado, feira', porque os dias de festa religiosa eram aproveitados para comércio no local daquelas manifestações” (DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2021). Tal definição entra em acordo com o entendimento de feira apontada por Dantas (2008), que a situa como uma manifestação além da comercialização; a feira se faz espaço de festa:

As feiras são centros populares destinados a comercialização dos mais diferentes produtos e ao abastecimento da população, restrito exclusivamente a um centro urbano ou ainda a um conjunto de municípios ou mesmo toda uma região; ao mesmo tempo, é o lugar onde se dá uma grande diversidade de atividades paralelas, onde se dão uma série de encontros e reencontros, de conversas, de manifestações populares e da sociabilidade em todas as suas dimensões. Entendemos que a feira não envolve somente o ato de compra e venda, o qual se encerra com o pagamento e a aquisição dos produtos. As relações que se estabelecem na feira envolvem uma série de outros momentos que são cada vez mais evidenciados no contato entre os diferentes atores existentes (DANTAS, 2008, p. 99).

A festa é balbúrdia, e a feira não destoa dessa característica. Tomando a balbúrdia como ato criativo e inovador, Santos e colaboradores (2020) declaram que as feiras são vistas por alguns como espaços de tumulto, bagunça e confusão. Isso ocorre devido ao caráter itinerante e periódico das feiras, que fogem de um controle estrito dos corpos encontrado na pessoalidade, no anúncio dos produtos e nas negociações,

CONfunde tempos-espacos, proximidades-distanciamentos, atrativos-restrições. Fenômeno tradicional, mas atento às inovações, a feira produz interações espaciais, lugaridades, socialidades e sociabilidades em sua ocorrência semanal no tumultuado e plástico-local-período de montagem e desmontagem das barracas. (SANTOS et al., 2020, p. 56)

Dantas (2007, p. 34), em outra obra, afirma que “as feiras se caracterizam por ser uma atividade que serve principalmente para a comercialização da produção de pequenos produtores que se deslocam com suas mercadorias para os núcleos urbanos”. Portanto, a feira seria uma forma espacial de interface campo-cidade. Segundo o mesmo autor, trata-se de uma atividade comercial marcada pela relação feirante e consumidor, onde a figura do feirante pode ser a do próprio produtor, como também a de intermediários, os quais têm ocupado cada vez mais espaço (DANTAS, 2007). Portanto, um conjunto de sujeitos cada vez mais complexo acaba promovendo esta interface e alongando a cadeia entre o campo e o consumidor final.

Menezes (2005) apresenta uma interpretação da feira-livre como uma poesia e um retrato das durezas do cotidiano, marcada por ser um espaço polissêmico. De acordo com o autor:

Cada vez mais penetramos numa profusão de sentidos, é como se a feira-livre fosse paço a paço desvelando suas formas e seus sentidos, seu lado lúdico, seu encantamento e desencantamento, seu lado profano, sua lógica e seu caos, sua antiguidade e sua modernidade. A feira-livre consegue imprimir no ideário urbano o verdadeiro sentido do termo “modernidade” (MENEZES, 2005, p. 40).

Esse autor também olha para as feiras por meio da demolição diária, da cotidianidade e do trabalho, situando-as como espaço de oportunidade com capacidade de captar uma grande massa e de gerar trabalhos formais e, principalmente, informais (MENEZES, 2005).

A demolição diária consiste em uma característica da periodicidade desta modalidade comercial que está atrelada ao seu surgimento. Bromley, Symanski e Good (1980), avaliando os mercados permanentes e fixos e os periódicos e móveis, buscam a resposta para a periodicidade na divisão social do trabalho e no enraizamento deste formato pelo grupo social: “acreditamos que os mercados periódicos resultem das necessidades dos produtores, da organização de tempo, da inércia e da vantagem comparativa e persistam pelos mesmos motivos.” (BROMLEY, SYMANSKI; GOOD, 1980, p. 185).

Ainda concordando com Bromley, Symanski e Good (1980), indicamos que o comércio e a feira são modos de complementação de renda e também de saída do excedente produtivo. Dessa forma, tomando como exemplo os casos de produtoras e produtores, afirma-se que dedicam a estas atividades uma parcela do seu tempo não empregada na sua atividade principal. Apesar da atividade comercial não constituir a forma basilar de renda de muitas e

muitos dos que se inserem nos comércios periódicos, verifica-se que há uma grande parcela de comerciantes e feirantes que tem os mercados periódicos como sua atividade principal (CAMPOS et al., 2017; MORAIS; HANASHIRO, 2015; VERANO; MEDINA, 2019).

Além de Dantas (2007, 2008), Menezes (2005), Silva, Miranda e Castro Junior (2014), que discutem sobre as feiras realizadas no Nordeste brasileiro, Forman (2009) realiza uma categorização dessas, dividindo-as em três tipos de feiras no Nordeste. A primeira é a feira local ou de consumo dos compradores rurais, marcada pela circulação de mercadorias e serviços em locais de difícil acesso, com pouca distinção entre vendedores e compradores. A segunda é a feira de distribuição, funcionando como centralizadora da produção para posterior distribuição, frequentada basicamente por atacadistas que buscam produtos para revender em outras feiras. A terceira é a feira urbana de abastecimento ou de consumidores urbanos, que ocorre nas ruas próximas ao mercado permanente como uma espécie de apêndice, marcada pela presença tanto dos vendedores do mercado permanente como intermediários e por uma pequena presença de produtores. “Estes tipos existem simultaneamente, mas não há um fluxo permanente de mercadorias e de pessoas de uma para outra; e tampouco o sistema de comercialização interna do Nordeste brasileiro se limita a estas arenas de trocas.” (FORMAN, 2009, p. 116).

As feiras-livres são analisadas também a partir das relações sociais (re)produzidas pelos grupos que as frequentam, evidenciadas por meio da cooperação e competição, formando redes de relações que a extravasam (SATO, 2007; SATO, BERNARDO; OLIVEIRA, 2008). Por vezes, essas feiras são marcadas pela jocosidade e laços de amizade entre os trabalhadores feirantes, “a feira livre como espaço de trabalho faz-se da beleza, da brincadeira e move-se num mundo ritual, o que faz sobressair sua dimensão como espaço de convivência social” (SATO, 2007, p. 101).

Em um outro ponto de vista, as feiras são interpretadas enquanto espaço de resistência cultural, principalmente, quando assumem o caráter de comércio de produtos regionais. Vargas (2015), ao analisar este tipo de feira em Manaus (AM), identifica que:

Em Manaus, as feiras de produtores rurais, se tornaram espaços de (re)existência. O trabalho camponês se (re)forma através de seu “pensamento social agrário alternativo” e vem se firmando através de atitudes que comprovam a sua resistência em versatilidade em produzir e resistir, lutando contra toda a forma de dominação e discriminação (VARGAS, 2015, p. 48).

Vargas, Fraxe e Castro (2013) refletem sobre a inserção das mulheres agricultoras nessas feiras de produtos regionais e indicam que, por meio dessa participação, existe a

possibilidade de rompimento de laços do sistema patriarcal e valorização do trabalho. Assim, as feiras “criaram um espaço onde o papel da mulher sofreu alterações nas relações com a família e a sociedade, incorporando o trabalho com o objetivo de gerar renda e dignidade. Bem como contribuem sobre modo para a reprodução dos saberes-fazer da cultura camponesa.” (VARGAS; FRAXE; CASTRO, 2013, p. 84).

Uma leitura das feiras-livres através da sua participação no sistema econômico local é feita por Godoy (2005), que analisou feirantes e consumidores de feiras convencionais e ecológicas de Pelotas (RS) em meio à globalização e seus instrumentos. O autor identifica que mesmo com o avanço de outros equipamentos de varejo as feiras mantêm-se fundamentais ao abastecimento devido à “diversidade de produtos, o frescor, a aparência, a atenção dispensada pelo vendedor, o relacionamento social e afetivo entre as pessoas, a possibilidade de negociação do preço (pechincha) e o prazer em fazer as compras” (GODOY, 2005, p. 225-226). Esse apontamento perfaz na disposição das feiras como locais de conversação, além do comércio, “as feiras-livres caracterizam-se como espaços socialmente construídos, os quais oportunizam aos atores envolvidos um lócus privilegiado de interlocuções e troca de saberes” (GODOY, 2005, p. 220).

Godoy (2005) concebe as feiras de Pelotas no circuito inferior da economia ao verificar elementos característicos deste circuito nas feiras-livres como capital escasso a ser usado, emprego de trabalho intensivo e, por vezes, informal (SANTOS, 2004a). O mesmo itinerário foi seguido por tantas outras investigações sobre feiras, como: Mascarenhas (1992), ao tratar das feiras-livres no Rio de Janeiro (RJ); Porto (2005), ao tratar das feiras-livres de Itapetinga (BA) e região; Trevisan (2008), ao estudar a Feira Livre de Igarassu (PE); Firmino (2019), em pesquisa sobre as feiras em Arapiraca (AL); Brugger (2013, 2014), ao investigar a feira, na época informal, organizada paralelamente à Feira-livre da Avenida Brasil em Juiz de Fora, atualmente regulamentada e chamada de Feira da Pechincha.

Em outro texto, Godoy, em parceria de Anjos (2007), enquadra a feira como campo de troca de saberes, uma particularidade própria a esta forma comercial.

Este canal de comercialização tem uma característica muito particular de interação, proporcionando a aproximação e a troca de saberes, não apenas entre o rural-urbano, mas, sobretudo, do próprio rural. O “espaço-feira” tem proporcionado o conhecimento recíproco dos agricultores e das suas experiências, fato este que dificilmente poderia ocorrer se fossem utilizados outros canais de comercialização mais individualizados (GODOY; ANJOS, 2007, p. 366).

Identificamos abordagens sobre as feiras-livres a partir de pontos de vista regionais ou locais, explorando muitas das vezes uma gama de particularidades específicas. Araujo e Ribeiro (2018), em trabalho de revisão bibliográfica sobre as feiras-livres brasileiras, investigaram mais de quatrocentas publicações e, a partir desta análise, indicaram uma série de características presentes nas feiras que conferem a elas variações regionais. Essas variações incluem, por exemplo, a técnica empregada na produção (orgânicos, agroecológicos, convencional), a divisão das feiras em setores com áreas específicas para a venda de certos produtos, ou ainda a existência de programas de apoio público à realização das feiras. Embora tenhamos consciência da existência dessas particularidades, nosso objetivo é traçar um perfil mais geral da nossa personagem principal para, posteriormente, investigarmos as particularidades da Feira-livre da Avenida Brasil de Juiz de Fora.

Lançando mão do artifício da síntese, vamos situar as feiras-livres como uma forma comercial varejista de periodicidade semanal, marcada pelo comércio de artigos de base hortifrutigranjeira, preferencialmente estabelecida em espaços públicos ao ar livre. Uma forma espacial que a partir das relações e usos que estabelece, materializa disputas de poder em meio ao espaço público e o converge ao abastecimento local de produtos de primeira necessidade. As feiras-livres ultrapassam ainda os limites comerciais para se tornarem espaço de lazer, trocas de saberes, consumo, (re)apropriação, trabalho e reprodução da vida, forma de produção de conhecimento, de ser e fornecer sustento. Uma forma socioespacial.

Os usos que as feiras-livres implementam ao serem estabelecidas, mesmo que temporariamente, não são únicos e, por vezes, são divergentes, contraditórios e contrarracionais. Estas características acarretam uma ebulição de facetas, desejos e fluxos, ambas orbitando e integrando a forma. Em conceitos geográficos, trata-se de um território usado, espaço do cotidiano, espaço habitado e banal. “As feiras estão inseridas numa totalidade socioespacial e econômica e estão sempre se movimentando, ao mesmo tempo que integram o espaço banal de parte considerável das cidades brasileiras” (PORTO, 2021, p. 189). Deste modo, por entre lentes e apontamentos geográficos, seguiremos.

1.2 Algumas tratativas quanto aos conceitos espaço e ao território

O território é onde vivem, trabalham, sofrem e sonham todos os brasileiros. Ele é, também, o repositório final de todas as ações e de todas as relações, o lugar geográfico comum dos poucos que sempre lucram e dos muitos perdedores renitentes, para quem o dinheiro globalizado – aqui denominado “real” – já não é um sonho, mas um pesadelo.

Milton Santos (1999).

Tendo situado o conceito de feira-livre que encabeçará nossas interpretações, seguiremos explorando o rol teórico de modo a amarrar essa compreensão da feira como forma espacial e a entender as disputas que ocorrem por seu uso. Assim, nesta parte do texto, buscaremos tecer a articulação de conceitos que permitam a leitura da realidade de um ponto de vista crítico, preocupados com o jogo de poder e forças e suas implicações na sociedade e na produção do espaço geográfico. Dessarte, buscamos nesta parcela do texto traçar uma análise do território como forma espacial a partir da contribuição da Geografia de base crítica. Salientamos, como fizemos outrora, que nossa jornada não tem o intuito de exaurir o diálogo quanto aos conceitos, longe disso, é um esforço primeiro de compreensão de contribuições a respeito de conceitos.

O termo território comumente retrata o esforço de delimitação de um domínio, uma ideia que muitas vezes não considera escalas e multidimensionalidades. No senso comum, o território pode tanto ser de animais territorialistas como o território dominado por um Estado, o território nacional. Mas na Geografia, este termo ultrapassa o comum e assume um caráter distinto e mais amplo, recebendo o status de conceito.

O território é um dos conceitos de maior centralidade na Geografia, ligado a esta mesmo antes da sua instituição enquanto ciência moderna. Todavia, não planejamos traçar uma linha cronológica remontando o uso histórico do conceito de território e suas interpretações para a Geografia, algo efetuado em um sem número de textos acadêmicos⁴. Propomos um olhar mais pontual para contribuições recentes de alguns autores, os quais se enquadram dentro da busca de uma leitura da realidade de modo crítica, refletindo sobre o modo de formação da sociedade e os conflitos que a permeiam.

⁴ Haesbaert (2007, 2010), Raffestin (1993), Saquet e Sposito (2008), Silva (2015) e Strümer e Costa (2017) são exemplos de obras que buscam empreender revisões bibliográficas e teóricas quanto ao conceito de território.

Creemos que devemos partir daquilo que nos chama a atenção, que nos instiga a ler, reler e refletir, daquilo que nos indica ser capaz de fornecer subsídios para a compreensão do objeto dessa pesquisa. O legado de Milton Santos⁵ desponta como possibilidade para essa empreitada devido seu longo esforço na formulação de uma teoria da Geografia, na qual o território e seu uso, conceito que nos interessa, figura como um dos pontos principais. Tomaremos como mote principal algumas obras de Santos (2001, 2004b, 2008, 2009).

É importante lembrarmos que Santos não teve receio de rever suas formulações; inclusive, incorreu em momentos de rupturas metodológicas para tal. Esses movimentos são passíveis de serem notados no trato aos conceitos nas obras miltonianas, porém não se deram de modo linear.

Moraes (2013) acompanha essas oscilações a partir da conceituação do território⁶. Primeiramente, este está ligado ao caráter político-administrativo e, em um segundo momento, ao conceito se engloba uma análise de espaço de circulação e fluxos materiais. Posteriormente, ao conceito de território, associa-se uma concepção de superfície de domínio estatal, avançando em direção à ideia de configuração territorial devido ao caráter material. Mais adiante, Santos efetua distinções entre configuração territorial de território material, no qual o primeiro tem caráter de uso social e, por fim, inverte esse raciocínio, atribuindo o caráter de uso do território: o território usado.

Inicialmente, inserido metodologicamente no campo da geografia regional francesa e com uma grande carga empírica, Milton Santos, no início da carreira, dá mais centralidade para o desenvolvimento e subdesenvolvimento de um ponto de vista regional. O território desponta para Santos, neste momento, em poucas menções como delimitação administrativa. No entanto, o território angaria espaço à medida que a política consegue ter mais peso em seus estudos (MORAES, 2013).

Podemos indicar que o território recebe maior centralidade em *Espaço do Cidadão* (SANTOS, 2007), obra em que as relações de poder e a cidadania são postos como primordiais. Moraes (2013, p. 60) coloca que “o apelo a esse conceito ocorre mais uma vez associado a propósitos claramente políticos, o que reforça o entendimento de que ele seria no rol conceitual

⁵ Nos referimos a legado pois compreendemos que a contribuição de Milton Santos vai para além dos seus escritos acadêmicos, somando-se principalmente palestras, entrevistas, falas e militância por uma Geografia ativa e transformadora.

⁶ Na obra *Território na Geografia de Milton Santos*, Moraes (2013) busca atender a demanda de Milton Santos por crítica às suas publicações. Desse modo, o autor empreende um esforço de elucidação do território nas obras miltonianas.

da Geografia o mais adequado para investigar o universo do exercício do poder”. O território assume também caráter ativo, adicionando à ideia de suporte às funções e equipamentos, compreendido então como participante da produção social. Assim, entender e pensar o território é essencial para a busca de uma cidadania, propõe Santos (2007, p. 18) que “mudanças no uso e na gestão do território se impõem, se queremos criar um novo tipo de cidadania”.

Mas o território ganha maior sentido e torna-se essencial na geografia de Santos, juntamente com o aprofundamento do estudo da globalização, passando a ser entendido como “uma sobreposição de sistemas de engenharia diferentemente datados, e usados, hoje, segundo tempos diversos” (SANTOS, 1994, p. 21). A partir deste estágio, do meio técnico-científico informacional, o autor afirma que há uma atuação das corporações transnacionais no território. Estas ações ocorrem através da especialização capitalista, promovendo transformações brutais no território, transformações que historicamente iniciaram sobre a natureza e avançam para o território, o que Milton chama de “racionalidade social” (SANTOS, 1994, p. 21).

O processo da modernização e reorganização do território são necessidades impostas pelo avanço técnico, transformando o espaço em território da racionalidade. Essa transformação é desigual e promove uma hierarquização do território, pensando que o território é material. Segundo Santos (2009, p. 220-221), “a materialidade do território é dada por objetos que têm uma gênese técnica, um conteúdo técnico e participam da condição técnica, tanto na sua realização como na sua funcionalidade”. Para a atuação dos agentes hegemônicos, é necessário um nível técnico que facilite a troca de informações; esses níveis satisfatórios são encontrados primeiro nas metrópoles, que se tornam *locus* de estratégias de financeirização e informatização do território, e em rede se espalham pelo restante do espaço.

Para outros autores, como Souza (1995, p. 78), o território é “fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Para compreendê-lo, devemos observar qual é o entendimento de poder adotado pelo autor; assim, o poder aparece como um acordo de subordinação “de alguns indivíduos e grupos por outros” (SOUZA, 2013, p. 83). Essa subordinação pode ocorrer através da violência, da imposição da força, da autoridade ou do consentimento.

A relação do poder com o espaço evidencia-se, de acordo com Souza (2013), a partir do território:

Se o poder é uma das dimensões das relações sociais, o território é a expressão espacial disso: uma relação social tornada espaço – mesmo que não de modo

diretamente material, como ocorre com o substrato, ainda que o território dependa, de várias maneiras, deste último (SOUZA, 2013, p. 97-98).

Porém, o território, no sentido miltoniano, vai para além dessa compreensão, não se consubstanciando apenas a partir das dimensões políticas estabelecidas por meio das relações de poder. Agrega-se ao poder – e dando motivação a este – a apropriação e o uso do território. Através de tal ótica, o território envolve e é envolvido por relações políticas, simbólicas e econômicas.

O território também é mutável e, portanto, histórico. Seu uso é alterado, moldado e disputado, e sua análise, conforme exposto por Santos e Silveira (2006, p. 247), “revela também as ações passadas e presentes, mas já congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações”. Nesse jogo, enquadram-se o Estado, as empresas, o mercado e os sujeitos como atores das ações.

Objetos e ações constituem um par dialético extremamente importante para a compreensão da formação socioespacial, pois, a partir desse, temos o espaço geográfico e caminhamos para a apreensão da “realidade em sua integralidade” (SANTOS, 2009, p. 74), ou seja, a totalidade. O espaço geográfico pode ser concebido como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2009, p. 39).

Por objetos, entendemos como toda a materialização do trabalho humano; trata-se da objetivação da ação humana. São todos os instrumentos materiais historicamente elaborados e/ou alterados pelos sujeitos, consciente ou inconscientemente. O sistema de objetos é mais que uma coleção de objetos, pois o cerne desse sistema está no uso combinado de objetos de diversos momentos que convivem e são transformados pela ação humana. O objeto é “um dado, cujo exame permite, depois, a construção intelectual de sua realidade” (SANTOS, 2009, p. 49).

Por ação, compreendemos o processo dotado de propósito e efetivado por um sujeito que, ao alterar um objeto, acaba alterando a si mesmo. O propósito deriva das necessidades e de um conjunto de normas que são explícita ou implicitamente estabelecidas e seguidas. Trata-se de uma ideia que deriva do pensamento marxiano, segundo o qual “quando, através do trabalho, o homem exerce ação sobre a natureza, isto é, sobre o meio, ele muda a si mesmo, sua natureza íntima, ao mesmo tempo em que modifica a natureza externa” (SANTOS, 2009, p. 50).

A indissociabilidade destes dois sistemas que confluem o espaço geográfico deve ser percebida a partir de sua dialética, pois:

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2009, p. 39).

Há um processo constante nessa interação, em que, ao se transformarem, o sistema de objetos e o sistema de ações passam a ser uma nova realidade, em um movimento permanente, uma metamorfose. No entanto, nem todas as possibilidades se materializam; há a necessidade de um catalisador para que a ação se realize e se torne existência. Cassab (2009) esclarece que a totalidade, como essência e existência, também está em um movimento dialético. A essência é a sociedade e um conjunto de possibilidades que, ao se realizarem por algum agente, tornam-se existência no território, material ou imaterialmente. Para a totalidade, “as existências são uma técnica em funcionamento, um objeto operacionalizado, uma ação historicizada e geografizada, uma norma em vigor como resultado de um jogo de forças possível, em um dado momento e lugar” (SANTOS, 2009, p. 80). É a sociedade que anima o espaço; o espaço é a realização/materialização da sociedade (CASSAB, 2009).

O todo não se manifesta de maneira igual em todo lugar (CASSAB, 2009), assim como as possibilidades não se efetivam de maneira aleatória. Há um princípio da seletividade, pois esta efetivação e posterior existência são disputadas, e “determinados sujeitos ou grupos sociais possuem muito mais chances de colher e realizar essas latências” (CASSAB, 2009, p. 51). Portanto, no movimento de interação objetos-ações, local-global, forma, conteúdo e função, o espaço geográfico torna-se repleto de desigualdades, que são produzidas e disputadas histórica e espacialmente. O território nos retorna como chave para visualizar esse conflito.

Pois bem, ao tomarmos o espaço geográfico, o principal conceito na geografia crítica, como conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que são usados/transformados e disputados em sua materialidade e imaterialidade ao longo do tempo, não estaríamos, nessa concepção, tratando do território? Sim e não! Na organização socioespacial, espaço geográfico e território estão em níveis diferentes. Território é espaço geográfico, não o todo do espaço, mas está contido nele. Podemos compreendê-lo, o território, como a forma material do espaço, produzido socialmente e disputado no seu uso. Ao olharmos

para nossa temática, interessa-nos o território usado e, este sim, é sinônimo de espaço geográfico (SANTOS, 2005).

Ao estabelecer o processo de modernização espacial de acordo com as forças globalizantes, o território torna-se campo de enfrentamento. Milton Santos (2009) coloca que:

O território é a arena da oposição entre o mercado – que singulariza – com as técnicas da produção, a organização da produção, a ‘Geografia da produção’ e a sociedade civil – que generaliza – e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas. Com a presente democracia de Mercado, o território é suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoísticas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações (SANTOS, 2009, p. 259).

Assim, Santos (2001, p. 89) define que o território é “um conjunto de equipamentos, de instituições, práticas e normas, que conjuntamente movem e são movidas pela sociedade”. O território, deste modo, torna-se forma-conteúdo⁷, perspectiva que é reafirmada ao refletir sobre a influência do dinheiro no território, adquirindo parcelas deste. Então, o autor amplia o conceito e nosso olhar sobre, afirmando que:

o território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi. Quando se fala em território deve-se pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (SANTOS, 2001, p. 96-97).

Deste modo, um trabalho que se destina a analisar a continuidade de feiras-livres na contemporaneidade não deve preocupar-se unicamente com a disposição das barracas e mercadorias comercializadas em meio ao espaço público, pois estas tratam-se da forma, território-forma, objetos. Nos interessa e explica a continuidade as relações estabelecidas e dialeticamente complementares em torno do uso do território e que vão se expressar a partir da Feira-livre da Avenida Brasil.

⁷ Por meio da ação a forma é transformada em forma-conteúdo (SANTOS, 2004b), ou seja, este conceito é capaz de representar a dialética do espaço e unir forma e função, sujeito e objeto, processo e resultado.

1.3 Território usado em Milton Santos e as conexões com a feira-livre

Olhar apenas para as formas reduz e impossibilita a análise geográfica, pois não a aproxima da totalidade. Desta maneira, o território-forma não responde sozinho as questões que nos impulsionam. Necessitamos partir para as motivações e relações que o envolvem, partir para o conteúdo – estrutura, processo e função (SANTOS, 2020). Assim, o território usado é exposto como conceito capaz de apresentar as facetas espaciais, pois é material e social, é objeto e ação.

Milton Santos (2005, p. 255) inicia seu texto, *O Retorno do Território*, apontando que “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Ao situarmos as feiras-livres como forma comercial varejista de hortifrutigranjeiros de ocorrência semanal, não estamos tratando apenas da feira-livre enquanto forma material; pouco teríamos a agregar, teceríamos uma análise espacial esvaziada de sentido. Muito nos interessa a vida que dá sentido a esta forma. Esta vida garante à forma suas particularidades, seu funcionamento, sua constante transformação.

Ao pensarmos na feira-livre enquanto forma socioespacial, repleta de fluxos, motor de relações comerciais, simbólicas e subjetivas, ponto de vida coletiva, foco de reprodução humana e reproduzida pela humanidade, estamos tratando do seu uso. Assim, a feira revela-se como um espaço banal.

A noção de espaço banal remete ao espaço da vida coletiva, onde tudo – objetos – e todos – sociedade – se encontram, estão e se reproduzem. De acordo com Cassab (2009, p. 57), “a força desse conceito está na afirmação de que todos estão no espaço e que a ele pertencem. Portanto, os sistemas de objetos e de ações que compõem o espaço são resultantes da vida coletiva, ou seja, de todos.” Santos (2005) expõe a necessidade de contrapor este conceito ao conceito de rede, porque a rede é o espaço de alguns, uma parcela do espaço, enquanto o espaço banal é mais amplo, incorpora e existe com/e para além das redes.

O território usado é constituído pelo espaço material – território-forma – e pelo espaço social. O território usado é o “uso, apropriação, produção, ordenamento e organização” (QUEIROZ, 2014, p. 157) do território-forma pelos diversos atores que o compõem: instituições (governamentais ou não), firmas e pessoas. Assim, podemos falar em um território usado que se expressa pela feira-livre, onde o Estado, feirantes, consumidores, produtores,

curiosos, empresas de alimentos, comércio e logística se encontram e discutem os rumos da forma. Apontamos em concordância com Porto (2021) quando afirma que:

O território é usado por empresas nacionais e multinacionais, por instituições políticas, culturais e financeiras, mas é também usado por mulheres e homens trabalhadores, imigrantes, vendedores ambulantes, feirantes – enfim, por todos os homens e mulheres lentos que reproduzem suas vidas no espaço banal, espaço de todos, território de todos (PORTO, 2021, p. 198, grifo do autor).

A ideia de espaço banal é retomada do economista francês François Perroux e passa a ser tratada na geografia miltoniana como sinônimo de território usado. O termo espaço banal é cunhado na década de 1950 no intuito de separar a dinâmica econômica de uma base físico-territorial restrita, pois a análise do espaço apenas a partir deste último tornaria a visão limitada. Assim, Perroux, nos dizeres de Santos (2021a, p. 96):

Buscando superar tal limitação, propôs os conceitos de espaço geonômico ou espaço banal e espaço econômico. O primeiro é o espaço concreto de relações materiais, no qual se localizam homens e grupos e objetos e grupos de objetos. O segundo seria o espaço abstrato, definido a partir de relações econômicas, que não necessariamente ocorrem materialmente localizadas, como os fluxos monetários e os espaços de circulação.

A retomada deste conceito por Milton Santos ocorre em meio a um avanço do neoliberalismo, no seio do qual se apontava o fim dos territórios estatais e a supressão das fronteiras em favor do mercado. Porém, em meio a este ambiente intelectual, Santos aponta o espaço geográfico como o meio para a compreensão de tal complexidade, e para o território como o campo de encontro de múltiplos atores e forças, assim retorna-se ao território. Justifica-se a adoção de espaço banal como sinônimo de espaço geográfico, logo território usado.

A compreensão do espaço geográfico como sinônimo de espaço banal obriga-nos a levar em conta todos os elementos e a perceber a inter-relação entre os fenômenos. Uma perspectiva de território usado conduz à ideia de espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço. Trata-se do espaço de todos os homens, não importa suas diferenças; o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder. Esse é o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social. É uma visão que incorpora o movimento do todo, permitindo enfrentar corretamente a tarefa de análise (SANTOS, 2006, p. 1).

No período atual, técnico-científico-informacional, os atores, ao utilizarem os objetos, acarretam e participam da dialética do território. Nesse contexto, coexistem um jogo de tensões e promovem a reorganização produtiva, implementando novos usos e selecionando pontos

espaciais no processo de modernização. Neste momento da globalização, implementaram-se os fluxos comerciais, financeiros e de informação, amplia-se o consumo e os níveis de vida. E os territórios e seus usos, seletivamente, têm sido atravessados – reformulados e obliterados.

A dialética do território se dá entre o velho e o novo, interno e externo, local e global, Estado e mercado (SANTOS, 1988). A esta dialética sucedem-se as rugosidades do espaço, a cooperação e o conflito. “O conflito entre o mercado, que geralmente é o elemento externo e novo, e o Estado, que na maioria das vezes atua como o elemento interno e velho” (QUEIROZ, 2014, p. 157).

Ao redor do uso do território, há uma constante luta entre os agentes, onde não há equivalência de forças. O poder – político, econômico e cultural – não está distribuído da mesma forma e reproduz desigualdades ao impor-se quanto às oportunidades e ao acesso ao espaço. As corporações, agentes do mercado, são hegemônicas nas decisões, pois contam com o capital e a capacidade de subordinação; os demais são subordinados.

Essa é uma situação de conflito, a ser mantida, atenuada, suprimida, segundo as circunstâncias, mas, em todo caso, regulada. O ‘mundo’ não dispõe dos respectivos instrumentos de regulação, o que constitui tarefa do poder nacional e dos poderes locais, nos seus diversos níveis (SANTOS, 2009, p. 228).

Dessa forma, o território se impõe fisicamente e imaterialmente em razão da proximidade e da convivência. Através da interação complexa entre as relações interpessoais, as disparidades sociais e o território, configura-se o cenário propício para o surgimento e a intensificação dos conflitos. O cerne está no acesso, que garante a possibilidade do uso do território.

Mais do que a formação socioeconômica, é a formação socioespacial que exerce este papel de mediação: esse não cabe ao território em si, mas ao território e seu uso, num momento dado, o que supõe de um lado uma existência material de formas geográficas, naturais ou transformadas pelo homem, formas atualmente usadas e, de outro lado, a existência de normas de uso, jurídicas ou meramente costumeiras, formais ou simplesmente informais (SANTOS, 2009, p. 229)

As normas, ao longo do tempo, se institucionalizam e deixam de ser simples regras para se tornarem uma instância social, uma instituição, a qual dita práticas espaciais, assim como as instituições materiais. A partir disso, o território torna-se ambiente de “coexistência de agentes e instituições” (SANTOS, 2021, p. 105) e, por meio de normas, que geralmente são

alienígenas, os sujeitos vão perdendo o controle de suas ações, são alienados de suas forças e do espaço. Por fim, conforme Santos (2021, p. 105):

As instituições [normas] são obviamente criadas por agentes, construídas historicamente como padrões de comportamento e hábitos de pensamento, mas a partir do momento que se cristalizam – dada sua natureza de longo prazo –, tornam-se externas aos atores, passam a oferecer possibilidades e impor limites aos indivíduos, grupos e arranjos sociais e econômicos mais complexos, como empresas e demais organizações.

Assim, o espaço passa a ser comandado por uns poucos agentes. Aos demais, resta-lhes subordinar-se, definir ou resistir. Os modos de agir e de se organizar em torno da possibilidade de uso do território dizem muito sobre os próprios atores. Quanto mais requerem controle, mais rígido deve ser o sistema de normas estabelecidas; ao contrário, a hegemonia e a capacidade de alienação das ações dos subordinados escaparia pelos dedos. E escapam, pois os atores não-hegemônicos conseguem estabelecer sistemas alternativos para viver. De acordo com Milton Santos (2009, p. 152), “A força própria do lugar vem das ações menos pragmáticas e mais espontâneas, frequentemente, baseadas em objetos tecnicamente menos modernos e que permitem o exercício da criatividade”. A partir do lugar, estabelecem-se relações menos pragmáticas, rígidas e racionais.

A feira-livre, pensada enquanto território usado, é disputada, normatizada e conflituosa. Não há uma coesão entre os atores envolvidos nela. Há uma discrepância no poder entre feirantes, consumidores, produtores, Estado e instituições ligadas à produção e comércio de bens de primeira necessidade. Por vezes, o Estado é cooptado por essas últimas para a elaboração de normas e objetos que as favoreçam; em outras, acaba se ausentando. Nos parece que os homens e mulheres que realizam a feira-livre continuam escapando pelos dedos “dos uns”, e o território-forma continua se armando em meio ao espaço público.

Em *Por uma outra globalização*, Santos (2001) aponta que, ao mesmo tempo em que a globalização perversa penetra seus tentáculos nos territórios com o neoliberalismo e a democracia de mercado, criando alienação, exclusão social e aprofundando a miséria, também há a difusão de conhecimento, de luta em resistência e aspirações para transformar o mundo. “Em sua ideia de futuro, ele acreditava na construção do período demográfico-popular, quando a luta cotidiana do povo abrirá novos caminhos e a solidariedade horizontal predominará em substituição às verticalidades opressivas das corporações” (ELIAS, 2022, p. 125). Diante disso,

devemos tratar dessa ideia de verticalidade e horizontalidade, um par que abre portas a pensar no funcionamento atual e nas possibilidades por vias menos excludentes de uso do território.

1.3.1 Horizontalidade e verticalidade, verticalidade e horizontalidade

Convivência necessária, conflito inevitável.

Milton Santos (2009, p. 228).

Compreendemos que há no uso do território dissonâncias de poder, já que os atores não contam com igual possibilidade de agir e nem a mesma capacidade para utilizar os recursos do território. Há atores que contam com uma posição privilegiada para organizar o espaço. Essa dissonância ocorre, influencia e é gerada pela presença de distintas lógicas que regem a dinâmica de uso e apropriação do território.

Preocupado em fornecer subsídios para analisar estas diferentes lógicas e que considerem a inseparabilidade de objetos e ações, local e global, Milton Santos (2005) propõe o uso das categorias verticalidade e horizontalidade. Estas categorias servem para realizar uma reflexão sobre o território, seu uso e transformações, uma vez que se torna campo de enfrentamento.

Ao identificarmos que ocorrem disputas entre os agentes envolvidos no entorno da feira-livre devido às diferenças em suas capacidades de uso do território, compreendemos que esses não adotam métodos semelhantes, e têm objetivos diversos. Portanto, nesta parte do texto, propomos investigar a possibilidade de utilizar esse par conceitual para analisar o território e averiguar seu potencial em esclarecer a dinamicidade das relações que ocorrem nele de forma não dicotômica e complementar.

Começamos pelas horizontalidades, as quais são dadas pelo domínio da continuidade territorial, marcadas pelas relações fundadas a partir da vizinhança, proximidade e na interdependência mútua entre pessoas e lugares. Elas representam o domínio do cotidiano, onde ocorrem as interações sociais e as trocas diárias, da vivência política dos sujeitos, da cooperação e também da produção (SANTOS, 2001, 2005, 2009).

Por outro lado, as verticalidades são compostas por pontos territorialmente distantes, mas conectados por meio de estruturas e processos organizacionalmente articulados por fluxos.

Essas conexões são dadas através das redes e são impulsionadas pelos interesses de agentes hegemônicos, que podem exercer influência e controle sobre essas conexões, mesmo sem estarem fisicamente presentes nos locais envolvidos (SANTOS, 2001, 2005, 2009).

A ideia de verticalidade aproxima-se muito do espaço econômico proposto por Perroux, na qual, interessam aos agentes hegemônicos, pontos que garantam o controle produtivo, controle este que advém do exercício do poder por meio das redes e, de acordo com Santos (2009, p. 183), “[...] a existência das redes é inseparável da questão do poder. A divisão territorial do trabalho resultante atribui a alguns atores um papel privilegiado na organização do espaço”. Através desta organização, pontos de enlace para as redes são selecionados, tornando-se vetores de difusão dos interesses hegemônicos globalmente efetivados sobre o lugar. Nós de proliferação da democracia de mercado e do neoliberalismo que promovem alienação dos espaços e sujeitos. Este controle só se torna possível, como tratamos outrora, a partir de um conjunto de normas rígidas.

As verticalidades ocorrem através das redes, mas o espaço, como um todo, não se resume as redes; as redes constituem apenas uma parte, a totalidade é o espaço banal (SANTOS, 2005). O espaço banal é composto para além da lógica das redes, contém também o território de maneira contínua, no qual o cotidiano realiza-se aonde todos os atores vivem e se (re)produzem. No traço da continuidade, encontram-se as horizontalidades. De acordo com Santos (2009, p. 191), “o espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente”.

Os atores que operam a partir da verticalidade são aqueles que representam os interesses globais da reprodução continuada do capital. Esses atores incluem empresas multinacionais, bancos e acordos internacionais, fundações e universidades mundiais, grandes conglomerados industriais, logísticos e comerciais. Em suma, abrangem todos aqueles que pretendem homogeneizar os saberes e as formas de organização em favor da globalização perversa (SANTOS, 2005). Ao olharmos para a comercialização, distribuição e consumo de alimentos, campo em que se insere este trabalho, podemos identificar como agentes da verticalidade os grandes conglomerados industriais, como Nestlé S.A., Grupo Unilever e PepsiCo Inc., e grandes nós de distribuição, como Walmart Inc., Carrefour S.A. e o Casino Guichard Perrachon S.A. (BEZERRA, 2017; MARTIOLI; PERES, 2020; SILVA, 2005), ambos penetrando suas operações no local em favor de uma lógica global.

Milton Santos (2009) chama a atenção para uma tendência cada vez maior de união vertical dos lugares. Nesse sentido, são implementados processos de modernização territorial que causam desordens locais em favor de uma ordem que atende interesses exógenos. Por exemplo, ocorrem modificações nos padrões de consumo, como nas dietas alimentares, que acarretam imediatas transformações nos costumes, mas também nos processos produtivos e infraestruturas. Essas tendências de unificação vertical, de acordo com Santos (2009, p. 174), “trazem desordem às regiões onde se instalam, porque a ordem que criam é em seu próprio e exclusivo benefício. Isso se dá ao serviço do mercado, e tende a corroer a coesão horizontal que está posta ao serviço da sociedade civil tomada como um todo”.

Entretanto, este mesmo território, que é alvo de transformações quanto ao uso, ao se materializar como espaço banal, é marcado por traços das horizontalidades. Nesse contexto, tanto objetos quanto ações são pensados, realizados e utilizados pelos atores não-hegemônicos: os trabalhadores e organizações de atuação local e regional. É nesse espaço, o lugar, que ocorrem os processos produtivos, o consumo e as trocas de saberes. São partes desse espaço que interessam às redes.

Os atores que operam nas horizontalidades não assumem uma lógica única; em algumas instâncias, podem não objetivar a reprodução do capital, como no agir baseado na coletividade ou comunidade. Essas lógicas são consideradas como contrarracionais, uma vez que sugerem abordagens ou formas de raciocínio que vão além ou se opõe às normas e padrões estabelecidos pela racionalidade hegemônica. Para Santos (2001, p. 110), a contrarracionalidade pode ser definida como “formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização, características da racionalidade hegemônica típica das verticalidades.” A respeito dos agentes que atuam na horizontalidade e de modo contrarracional, Santos (2009) declara:

Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista económico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais "opacas", tornadas irracionais para usos hegemónicos (SANTOS, 2009, p. 210).

O par proposto por Santos (2001, 2005, 2009) evidencia a dialética do território que, devido ser humanamente usado, comporta relações distintas e contraditórias em uma tensa sincronia. Há um controle técnico local de parte da produção e um controle remoto da parte

política da produção. A parcela técnica permite que haja controle do território local, sua configuração e densidade técnica e funcional, a densidade informacional. A parcela política se efetiva localmente através das cidades mundiais e das transmissões e efetivações nos territórios, resultando na alienação dos homens e dos espaços, sendo a mobilidade seu propulsor. Assim, há uma tensão entre a regulação, a produção e a vida. O trabalho aparece, então, como dependente da configuração técnica do território e ao processo imediato de produção, o que gera uma nova geografia do trabalho (SANTOS, 2005).

As segmentações e partições presentes no espaço sugerem, pelo menos, que se admitam dois recortes. De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente (SANTOS, 2009, p. 192).

A potencialidade da ação e organização dos agentes das horizontalidades advém da espontaneidade, do acaso, das experiências incertas e não-hierárquicas, do não-planejado e das rápidas adaptações (RIBEIRO, 2009). O território é o lugar da organização cotidiana, da festa, dos velhos e novos significados, das velhas e novas instalações, onde tais agentes fazem uso dos objetos indistintamente de sua temporalidade.

As feiras-livres são campos de manifestação das horizontalidades. Apesar de comportarem uma relação de comércio e consumo, destoam da lógica hegemônica ao imprimirem ações não-rationais, como a organização coletiva e as trocas não monetárias, a fidelização a partir do convívio, dos descontos e ofertas, o estabelecimento de laços sociais por meio de conversas e trocas de experiências. Essa dimensão colaborativa e de proximidade das feiras-livres reforça o caráter horizontal desses espaços, que proporcionam uma experiência diferenciada em relação à lógica de consumo predominante em outros ambientes comerciais.

É importante frisar que, com a acelerada inserção técnica, o território passa por transformações no período do meio técnico-científico informacional. Essa inserção é desigual e ditada pela ação hegemônica sobre o território. Concordamos com a observação de Santos (2001, p. 124), para quem, ao invadir “a economia e o território com grande velocidade, o circuito superior busca destruir as formas preexistentes. Mas o território resiste, sobretudo na grande cidade”. Sobrevive a partir da não-rigidez e maleabilidade que parte de seus atores adotam, de modo que “a força do lugar está ali, no cotidiano, nos lugares, no mundo vivido, na vida em ato” (SANTOS, 2009, p. 194).

A eficácia das ações verticais se mantém e só sobrevive a partir da ordem estabelecida por meio de normas que são criadas ao seu benefício. O Estado diversas vezes atua para elaborar, implementar e fazer valer essas normas. Mas a partir das ações localmente constituídas baseadas nos interesses coletivos, a sociedade civil, demonstra capacidade de elaborar e/ou manter suas próprias formas de produção, consumo e vida, são seus saberes localmente efetivados. “Mas os lugares também se podem unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum, susceptível de criar normas locais, normas regionais... que acabam por afetar as normas nacionais e globais” (SANTOS, 2009, p. 174). A sociedade civil pode, a partir da organização, apropriar-se da ação do Estado, dobrar as normas hegemônicas a seus interesses, ou ainda, estabelecer-se nas frestas (SIMAS, 2019), elaborando outra alternativa de globalização (SANTOS, 2001).

O peso da organização, que por vezes é involuntária – devido à alienação –, representa o papel político dos sujeitos, que disputam o território na arena política

Entende-se que o território usado concretiza o agir político entre os usos econômicos e os sociais dos recursos, entre as ideologias do crescimento e da globalização e as formas de resistência a partir da criatividade e do saber local, elementos da política elaborada de baixo para cima. Constituída no cotidiano vivido por todos, a força do lugar expressa corporeidades redescobertas em contraste à fluidez e vertigem da aceleração contemporânea. É chave analítica para se desvendar a resistência do homem lento e da cultura popular, fundamentos, pois, de um período popular da história no tempo presente. (ARROYO, BERNARDES, 2022, p. 16-17).

As feiras são, na contemporaneidade, materialização dos homens lentos, a imagem do velho. Elas se encontram na dialética do território ao se deparem com um campo disputado por modernas formas comerciais, refletindo a lógica global e imbricadas no local por meio da homogeneização dos tipos de alimentos, das estruturas comerciais padronizadas e do padrão de consumo. As feiras também se veem na dialética com o estabelecimento de normas que as impõem padrões inatingíveis ou que individualizem os feirantes, desmobilizando pouco a pouco as feiras, em favor das formas mais modernas, como supermercados, *shoppings*, *e-commerce*.

Este território da feira-livre, ao se efetivar por meio do uso, oferece a possibilidade para serem “reafirmadas relações de vizinhança, e a comunicação que se estabelece abrange desde os preços praticados até os últimos acontecimentos políticos, passando pelas receitas culinárias e pelo capítulo da novela” (PANDOLFO, 1987, p. 27-28). A feira livre, então, é capaz de romper com a formalidade e frieza dos supermercados, se mostrando como um espaço

de festa, da maleabilidade, do encontro e da comunidade. Um espaço banal marcado pela cotidianidade e pelas relações horizontais.

Pensamos que a partir do par analítico horizontalidade-verticalidade temos a possibilidade de interpretar as feiras-livres como território usado, espaço banal que se encontra atravessado de maneira dialética pelos espaços econômicos. Tal par apresenta-se como um caminho de leitura da realidade das feiras-livres e sua (re)produção para além dos dois circuitos econômicos propostos por Santos (2004a) e muito bem executada por outros autores como pontuamos outrora. Buscamos por meios dessas categorias atender a demanda de Milton Santos pela compreensão do espaço na sua totalidade, deste modo “nossa busca é a das categorias analíticas simples que dêem conta da inseparabilidade do **funcional** e do **territorial**” (SANTOS, 2009, p. 191, grifo do autor).

Estabelecido agora solo firme, avançaremos na investigação pelo processo de aparecimento das feiras-livres. Identificar a sua origem é uma empreitada ampla e que nos exige, de acordo com Costa (1950), conforme citado por Godoy e Anjos (2007, p. 364), “perder-se no ignoto de um passado distante.” Para tal, tomaremos como farol este processo de surgimento arraigado a suas implicações no espaço e sua produção, lançando perspectivas para um futuro pautado em uma possibilidade alternativa e horizontal.

Partindo da consideração da relação indissociável entre objetos e ações que é histórica e encontra-se em constante transformação, somos capazes de adentrar o passado para compreender o presente sem incorrer em anacronismos, conforme afirma Santos (2009, p. 64), “O enfoque do espaço geográfico, como o resultado da conjugação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, permite transitar do passado ao futuro, mediante a consideração do presente”. Portanto, dialoguemos sobre a geografia histórica das feiras-livres em espacial da personagem central desta pesquisa, a Feira-livre da Avenida Brasil.

2. GEOGRAFIA HISTÓRICA DAS FEIRAS-LIVRES

Desde 1967, nas manhãs de domingo, ocorre na Avenida Brasil, no Município de Juiz de Fora – MG, a tradicional Feira-livre da Avenida Brasil. É um evento que semanalmente reúne milhares de pessoas, como feirantes, vendedores, atravessadores, compradores, turistas, curiosos e pessoas a passeio. Historicamente, as feiras neste município estão relacionadas ao crescimento urbano, a uma conjuntura de encarecimento do custo de vida, ao movimento proletário urbano e à extinção do Mercado Municipal. A pequena feira dominical organizada na Avenida dos Andradas em 1924, após seguidos deslocamentos, deu origem à Feira-livre da Avenida Brasil, a principal e maior feira-livre do município.

Buscamos assim, para este segundo capítulo, situar as feiras-livres como forma-conteúdo que auxiliam na compreensão das cidades e a sua dinâmica de produção, percebendo que essa passa por deslocamentos físicos e anímicos. Ao tomarmos a Feira-livre da Avenida Brasil como foco de análise, buscamos retomar e sistematizar a história das feiras-livres em Juiz de Fora sem perder de vista seu caráter territorial e de espaço banal. Tomamos os pontos indicados por Santos (2021) como norteadores:

A dependência da trajetória, numa perspectiva histórica, o cálculo estratégico e a expectativa das respostas por parte dos indivíduos ou organizações, a formação de um espaço de relações permeado por hábitos, signos e regras, que extrapolam o âmbito individual, constituindo um espaço social, bem como o papel das instituições nos processos econômicos, são elementos fundamentais para a compreensão desse campo de forças e tensões, de potencial cooperação e conflito que é o espaço banal, o território simultaneamente usado por múltiplos agentes e organizações (SANTOS, 2021, p. 105).

A indicação de Santos (2021) conecta-se às feiras-livres e estimula avanços em nossa compreensão. A feira-livre tem seu uso marcado pelo conflito manifesto ou dissimulado. Esse uso é histórico, e sua compreensão não pode ser dada apenas a partir do hoje; faz-se necessário uma análise histórica e ampla. Assim como os grupos interessados podem fornecer evidências das relações que estabelecem na/com a feira-livre, um espaço de relações permeado por hábitos, interesses, símbolos e regras, um espaço social, banal. Esses elementos nos parecem indicar caminhos para a compreensão das tensões que envolvem a feira-livre. A partir daí, podemos obter respostas à questão que nos provocam.

Amparados na produção acadêmica, discutiremos o surgimento e o caráter espacial das feiras-livres, sua participação na produção do espaço geográfico e sua realização junto aos espaços de livre acesso ao público. Conjuntamente, olharemos para o surgimento das feiras no Brasil, as quais remontam ao trabalho escravizado das quitandeiras, a tradição lusitana, a ocupação dos sertões, o abastecimento urbano e a reforma modernizante do Rio de Janeiro empreendida por Pereira Passos.

Na última parcela deste capítulo, focaremos nas feiras-livres em Juiz de Fora, recorrendo a artifícios e técnicas da geografia histórica que culminam na obtenção de “vestígios” (ABREU, 2000, p. 24) das circunstâncias que favoreceram o surgimento de feiras-livres nessa cidade. O diálogo desenvolvido com fontes primárias e secundárias nos permite entender a formação da feira dominical em Juiz de Fora, a qual passou por deslocamentos espaciais até chegar nas vias às margens do Rio Paraíba, onde acompanhou as obras no trecho que se aconchegou e se realiza atualmente.

Ao fim deste capítulo, caracterizaremos a presente Feira-livre da Avenida Brasil, de modo a enfatizar seu papel de abastecimento e distribuição de hortifrutigranjeiros, sua periodicidade e ainda, a regulação do uso desse território e organização pela prefeitura do município. Paralelamente à bibliografia, apresentaremos observações que realizamos *in loco* durante o período que vivenciamos esta feira-livre.

2.1 “Tudo se acelera com a feira”: surgimento do capitalismo e produção do espaço geográfico

Jamais existe entre passado, mesmo passado longínquo, e tempo presente uma ruptura total, uma descontinuidade absoluta ou, se preferirem, uma não-contaminação. As experiências do passado não cessam de prolongar-se na vida presente, de a fecundar.

Fernand Braudel (1987, p. 33).

O estado de latência de uma semente perdura até que se encontre em condições ambientais favoráveis para a germinação. A bibliografia associa, em grande medida, o surgimento das feiras em momento do renascimento das cidades europeias. Até então, as cidades, conforme Sposito (1988), após a queda do Império Romano, foram reduzidas a centros de administração eclesiástico e pontos de refúgio, não exercendo papel político, econômico ou

de moradia permanente. A economia europeia se restringiu aos “muros” do feudo e ao trabalho da terra. Mas, e antes?

Façamos, então, um movimento de regressão para observar nuances nas entrelinhas tortas e múltiplas da história. Será que nossa personagem somente surge no período de Renascimento? A troca é o elo entre a produção e o consumo, uma parte do que permitiu e mantém a roda girando. Acreditamos que a troca surge no momento em que algo tem uma utilidade para um sujeito e a ele é entregue mediante uma contrapartida. O mercado surge para organizá-la; Mumford (2004) afirma que

Não há necessidade de duvidar de que o mercado apareceu inicialmente para regular a troca local, muito antes que qualquer 'economia de mercado' baseada em transações tendo em vista um lucro monetário e a acumulação de capital privado, viesse a existir. Se essas alusões ao mercado podem ser tomadas seguramente como indicações de um uso mais geral, as duas formas clássicas do mercado, a praça aberta ou o bazar coberto, e a rua de barracas ou de lojas, possivelmente já tinha encontrado sua configuração urbana por volta de 2000 a.C., a mais tardar. Mas pode ser que fossem precedidas pela forma ainda mais antiga do supermercado - dentro do recinto do templo. (MUMFORD, 2004, p. 65)

O mesmo autor ainda afirma, a partir de registros, que os templos exerciam funções mais do que as religiosas; eram espaços de armazenagem, para o trabalho artesão e comércio. “Apenas com o crescimento da população urbana e a complexidade cada vez maior das operações econômicas, foi uma parcela dessa economia entregue à empresa mais puramente secular, noutras partes da cidade” (MUMFORD, 2004, p. 66). Desta maneira, as diversas formas comerciais que se criam são meios que possibilitaram e possibilitam essa relação de troca.

De acordo com Pintaudi (1999, p. 144), o comércio é a chave para o entendimento da produção do espaço urbano: “entendemos que a análise do comércio permite uma melhor compreensão do espaço urbano, na medida em que comércio e cidade são elementos indissociáveis, como podemos comprovar historicamente” (PINTAUDI, 1999, p. 144). Essa indissociabilidade é anterior ao capitalismo, de modo que o comércio permitiu o renascimento da cidade na Europa Medieval, à medida que ela se torna o local privilegiado do desenvolvimento comercial. “[...] ao se desenvolver, esse comércio foi criando as condições para a estruturação do modo de produção capitalista e, simultaneamente, a destruição dos pilares da economia feudal” (SPOSITO, 1988, p. 32). Assim, ao voltarmos o olhar para o

comércio e, conseqüentemente, o consumo, estamos observando o próprio processo de produção do espaço.

No segundo volume de *Civilização material, economia e capitalismo*, Braudel (2009), situando a base de sua pesquisa entre os séculos XV e XVIII, trata acerca das relações de troca, das formas que as possibilitaram, suas implicações para o florescimento do capitalismo e seus papéis sociais. Nesta busca, o autor nos auxilia a compreender o *modus* de funcionamento das feiras tanto na Europa como para além dela, e afirma que:

Se este mercado elementar, igual a si próprio, se mantém através dos séculos, é certamente porque, em sua simplicidade robusta, é imbatível, dado o frescor dos gêneros perecíveis que fornece, trazidos diretamente das hortas e dos campos das cercanias. Dados também seus preços baixos, pois esse mercado elementar, onde se vende sobretudo “sem intermediários”, é a forma mais direta, mais transparente de troca, a mais bem vigiada, protegida contra embustes. [...] a troca imediata: o que se vende, vende-se sem demora, o que se compra, leva-se logo e paga-se no mesmo instante: o crédito é pouco utilizado, e só de uma feira para outra. Este antiquíssimo tipo de troca já era praticado em Pompéia, em Óstia ou em Timgad, a Romana, e séculos, milênios antes: a Grécia antiga teve suas feiras; havia feiras na China clássica, bem como no Egito faraônico, na Babilônia, onde a troca foi tão precoce. Os europeus descrevem o esplendor colorido e a organização da feira “de Tlaltecó que fica perto de Tenochitlan” (México) e as feiras “regulamentadas e policiadas” da África Negra, cuja ordem os impressionou favoravelmente, a despeito da exiguidade das trocas. Na Etiópia, a origem das feiras perde-se na noite dos tempos (BRAUDEL, 2009, p. 15).

As feiras, como se pode inferir, têm seu surgimento perdido no tempo. Elas se organizam em diversos locais, assim como outros mercados urbanos, mas tendo suas particularidades. Aldeias, vilas, cidades, onde quer que haja um grupo humano estabelecido, há a possibilidade desta forma mercantil se instalar, considerando que as relações são mediadas por trocas. “Mesmo na economia mais crua, alguma forma de distribuir os excedentes e trocar produtos especiais de demanda limitada deveria ser encontrada, quer pela simples troca, quer por meio de presentes, quer em banquetes” (MUMFORD, 2004, p. 66). O homem está sujeito a consumir, mas não são todos que tem condições técnicas e materiais de produzir, desse modo, depende da produção alheia e da troca.

Em momentos de predomínio de economia autossuficiente, típicas da produção espacial feudal, os mercados, feiras e cidades padeceram. Não deixaram de existir, de forma alguma, mas entraram em estado de marasmo, marcadas por pequenas trocas, pequenos volumes e até uma ausência de dinheiro. Pouco a pouco as sementes foram encontrando condições para brotar.

O crescimento da cidade comercial foi um processo lento, pois teve de enfrentar resistência tanto na estrutura quanto nos costumes da cidade medieval; e, embora tirasse partido da regularidade barroca, e fosse, na verdade, parcialmente responsável por ela, não tinha como usar as extravagâncias da exibição principesca. Mas o resultado final do capitalismo foi introduzir os costumes da praça de mercado, de maneira universal, em todos os cantos da cidade: nenhuma parte ficava imune à mudança, se esta pudesse ser conseguida em troca de um lucro (MUMFORD, 2004, p. 446).

Gradualmente as cidades vão se recuperando econômica, política e socialmente, multiplicam-se e ampliam suas redes urbanas. Há incremento populacional, dinheiro em circulação e demanda. “Adstritos às cidades, os mercados e feiras crescem com elas. Multiplicam-se, explodem em espaços urbanos pequenos para os conterem” (BRAUDEL, 2009, p. 17). O espaço urbano borbulha por expansão, as áreas do entorno vão se transformando, se incorporando ao tecido urbano. As feiras foram ferramentas que indicavam os sentidos das intervenções. “E, como são a modernidade em marcha, sua aceleração não aceita muitos entraves [...]. A solução seria removê-los para as portas das cidades, mais além das muralhas, para os arrabaldes, o que mais vezes acontece com a criação de uma nova feira” (BRAUDEL, 2009, p. 17).

Além das feiras locais, como lojas e mercados públicos, que abasteciam as cidades de gêneros alimentícios e outros bens como madeira, lã, roupas e ferramentas, eram organizadas no espaço público em momentos estratégicos, principalmente em dias festivos do calendário cristão, eventos relevantes como as chamadas “grandes feiras”. Estas eram caracterizadas pela presença de mercadores vindos de diversas regiões, assim como de uma grande sorte de produtos, texturas, gostos e formas. Nesses eventos, contava-se com a presença de camponeses, artesãos e lavradores, mas, conforme relata Braudel (2009, p. 72), “o essencial das feiras, economicamente falando, está relacionado com a atividade dos grandes mercadores. Foram eles que, ao aperfeiçoarem o instrumento, fizeram delas o ponto de encontro dos grandes negócios.” Grandes volumes, dias e dias de festa (dizemos, feira), produtos mercantis, e várias moedas correndo. Aparecem e crescem as transações via crédito, inclusive, havia nas feiras, lojas com essa especialidade. Paralelamente, nas principais cidades são criadas as Bolsas de Valores, as quais juntamente às grandes feiras se tornaram a engrenagem que permitiu a dominância da economia capitalista (BRAUDEL, 1987; 2009).

Mas as grandes feiras não conseguem se sustentar, o domínio do crédito é perdido para as praças de comércio, cujo marco histórico é Amsterdam, em 1622. Não distante também, um sistema de abastecimento pautado em celeiros, depósitos, entrepostos e armazéns veio a suprir

o espaço que as feiras não conseguiam satisfazer, seja pela perda do domínio sobre o capital, seja pelo crescimento da população e das cidades, além da demanda diária. Ambas estruturas não despontam de uma hora para outra, à sombra das velhas formas vão se expandindo.

Com o advento da empresa capitalista, as formas mais antigas de mercado não desapareceram por completo no mundo ocidental; mas, desde então, ficaram em grande parte restritas aos mercados de provisões. Mesmo no Novo Mundo, tais mercados muitas vezes se reuniam sob o mesmo teto, algumas vezes imitando mesmo os mercados europeus (MUMFORD, 2004, p. 470).

Comércio marítimo de longas distâncias, crédito, bancos e lojas, tornam-se as novas polias que vão tocar as engrenagens. As feiras, grandes ou locais, deixam sementes aguardando o momento de florescimento. Algumas resistem por seu peso frente a uma grande população rural e pelo papel no abastecimento da população urbana que cresce e se proletarizava mediante a industrialização. “Com efeito, se a vida econômica se acelera, a feira, relógio velho, não acompanha a nova aceleração; mas, se essa vida se desacelera, a feira recupera sua razão de ser” (BRAUDEL, 2009, p. 76).

A indústria se incorpora à cidade e incorpora cidades, alterando até as pré-industriais, exemplo da divisão entre cidade antiga e cidade moderna ou industrial. Transforma pensamentos e acentua a condição de dependência dos sujeitos à produção e ao consumo. “Houve um grande avanço técnico e científico, formou-se uma rede bancária e um mercado urbano, pois [...] afastados de suas condições de produção no campo e impedidos de continuar a realizar sua produção artesanal, os trabalhadores tornaram-se consumidores” (SPOSITO, 1988, p. 51).

Engels (2010), ao tratar da situação da classe trabalhadora na Inglaterra, indica que tempos de urbanização, proletarização e industrialização também eram tempos de carestia e fome. Fora de um domínio da competitividade e de superexploração da força de trabalho, as feiras poderiam ter sido mais efetivas como formas do proletariado obter os gêneros necessários à subsistência, mas isso não estava no rol de interesses da burguesia.

Nos aponta Hobsbawm (2015), que o impacto do capitalismo sobre a sociedade não pode ser mensurado somente através da industrialização e da urbanização, apesar de terem um grande papel. Devemos observar que as antigas formas comerciais que resistiram ou se adaptaram à cidade capitalista também tiveram participações relevantes na produção espacial. As lojas demandaram vitrines, galerias, espaços para venda e estocagem; os bancos precisaram de localizações estratégicas e de estrutura para comunicação; as indústrias precisaram de

armazéns, portos, rodovias e tecnificação da mão de obra. Já as feiras, quando suprimidas, seus praticantes se voltaram para mercados urbanos ou lojas. Quando elas persistiram, necessitaram de espaços abertos para instalar-se e, desse modo, ruas e praças as sediavam. O espaço público, por necessidade e periodicamente, era ocupado e tornava-se espaço de comércio de gêneros alimentícios e produtos básicos, por vezes espaço banal, território da festa.

A feira vai se mantendo através da brecha dada pelo problema do abastecimento urbano. Por seu caráter periódico, consegue abarcar vários cantos da cidade ou várias cidades. Mesmo perdendo a centralidade no jogo das trocas, continua importante, espalhando frutos e esperando que sejam dispersos. “Nesse ambiente, é natural que as feiras saiam perdendo: feitas para ativar as transações tradicionais pela outorga de vantagens fiscais, entre outras, elas perdem sua razão de ser em período de trocas e de crédito fáceis” (BRAUDEL, 1987, p. 21).

Nesse contexto, as feiras ainda prosperam fora dos grandes centros da Europa, como Polônia, França, Itália, Rússia, e também para fora deste continente, como na Índia, China, Oriente Médio, Sudeste Asiático, em vários pontos da África e de além-Atlântico. “A Índia é, por excelência, o país das feiras, vastas reuniões simultaneamente mercantis e religiosas, porquanto se celebram a maioria das vezes nos lugares de peregrinação” (BRAUDEL, 1987, p. 24). O Japão contava com complexas e organizadas redes de comerciantes, o Sudeste Asiático registrava a presença de grandes feiras e Bolsas, como as de Bantém, na Indonésia.

No Marrocos, como em todo o Magrebe, são abundantes os locais santos ou as peregrinações. É sob sua proteção que se instalam as feiras.[...]. Mas em terra do Islã as feiras mais ativas ocorrem no Egito, na Arábia, na Síria, nessas encruzilhadas onde seriam de esperar (BRAUDEL, 2009, p. 106).

Dentre todas as contribuições mencionadas até então, Braudel (2009) deixou uma muito importante ao afirmar que não é possível estudar e descrever todas as formas de mercado de todos os lugares e de todos os momentos históricos, uma vez ao se dispersarem, se diversificam e também pela ausência de registro de muitas dessas formas mercantis. Do mesmo modo, compreendemos que não seremos capazes de abarcar toda a história das feiras. Mesmo assim, devemos caminhar em direção a algo.

Buscando deixar sementes ao seguimento deste texto questionamos: qual a participação das feiras na formação territorial do Brasil? Se nos dispomos a investigar uma feira ocorrente no Brasil, nada mais justo que olharmos para a incorporação dessa forma comercial nessas terras.

2.1.1 As feiras-livres no Brasil

O conjunto de ordens do Regimento que tornou Tomé de Souza, governador do Brasil, redigido por Dom João III, rei de Portugal, em 17 de dezembro de 1548, colocava entre as menos de cinquenta ordens o estabelecimento de feiras semanais para o abastecimento dos colonos: “E assim ordenareis que, nas ditas vilas e povoações, se faça em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem necessários, feira, a que os gentios possam vir vender o que tiverem e quiserem, e comprar o que houver mister” (REGIMENTO, 1548). Este é o primeiro registro documental desta forma comercial no Brasil. Tal colocação no conjunto de prioridades associa-se a duas noções: primeiro, por ser esta a forma comercial de êxito adotada internamente em Portugal; segundo, por garantir o abastecimento dos colonos.

O regimento seguinte, de 1588, que elevava ao status de governador-geral Francisco Giraldes, também dispunha sobre a necessidade do estabelecimento de feiras para o abastecimento (VIANNA JR, 2008). O que pode subentender que essa prática pouco se efetivou em terras brasileiras a partir do primeiro regimento, o de 1548.

Baseado em registros de cronistas, Mott (1975), conforme tratado por Dantas (2007), indica que a primeira menção à realização de uma feira na colônia é de 1587. No entanto, segundo o mesmo autor, essa forma de comércio só se efetivou no século XVIII, com repetidos relatos de feiras voltadas para a comercialização de farinha e bovinos no Nordeste, preferencialmente em torno da área de produção açucareira. A exemplificar, Mott (*apud* DANTAS, 2008) aponta a feira de Capoame, da freguesia da Mata de São João, Vila de Nazareth, Feira de Santana, Vila do Conde, Goiana e Itabiaiana. Fora do Nordeste, por volta dos anos de 1750, ocorreu a feira de muares em Sorocaba, que buscava abastecer o Brasil de meio de transporte e tração animal, principalmente a região mineradora (STRAFORINI; GARCIA; CASTRO, 1998).

O modelo implantado de colonização baseado na produção para exportação de *plantations* a partir do uso de trabalho escravizado criou uma demanda interna de produtos básicos. Junto ou próximo das propriedades agroexportadoras e visando o abastecimento, surgiram uma série de propriedades. Dedicado a analisar os camponeses e sua participação na formação do Brasil, Forman (2009, p. 33) nos relata que “desde o princípio da colonização, a economia brasileira de exportação esteve entrecortada por uma rede de outros vínculos econômicos, que deram lugar a uma economia doméstica consideravelmente articulada.”

Devido ao regime de distribuição de terras nas áreas mais ocupadas da colônia, estes camponeses, apesar de livres, viviam presos aos engenhos, uma vez que dependiam de autorização dos senhores de engenho para cultivar as terras. Além disso, sua produção deveria se voltar ao abastecimento do engenho, o que sobrava era destinado às trocas entre propriedades ou ao pequeno comércio.

Enquanto que a maior parte da produção dos camponeses era certamente para consumo doméstico, o fato de se destinar os excedentes para venda marcou o princípio de uma atividade comercial interna no campo brasileiro. A entrada do campesinato nesta arena comercial foi instigada pela falta crônica de alimentos numa economia orientada para a exportação, o que o levou (e, em certas circunstâncias, ao escravo) a vender uma parte de sua safra na fazenda vizinha, na cidade mais próxima, e mesmo nas cidades costeiras em crescente desenvolvimento (FORMAN, 2009, p. 47).

Criadores de gado e camponeses que não quiseram se enquadrar a este regime *à mercê* da autorização dos engenhos, acabaram por adentrar as terras. Nos caminhos do gado, foram se estabelecendo estradas, hospedarias, pequenos comércios, aglomerações e pontos de convergência de camponeses e suas produções. Dantas (2008) situa a criação de gado como um dos marcos civilizadores do Brasil Colônia e de posse das terras. Essa atividade favoreceu a ocupação e a surgência de cidades no interior, assim como o comércio a partir da feira do gado e, posteriormente, das feiras-livres. Nesse sentido, concordamos com Dantas (2007, p. 73), ao afirmar que:

É inegável que foi na região Nordeste que esse modelo de mercado tenha conseguido maior êxito em função, principalmente, da própria formação socioespacial da região, das condições socioeconômicas da população, dos meios de comunicação, do tipo de agricultura e pecuária praticadas na região.

À sombra das feiras do gado, as feiras-livres foram se organizando e tomaram robustez com o crescimento dos núcleos urbanos. À medida que os rebanhos deixaram de ser tocados e houve alteração na forma de transporte e comercialização do gado, as feiras-livres tomaram a cena central. “Desta forma, as feiras da atualidade são heranças das tradicionais feiras de gado e algumas destas ainda hoje são realizadas pelas diversas cidades nordestinas” (DANTAS, 2007, p. 81).

Reconhecendo a importância das feiras organizadas no Nordeste e buscando analisar a comercialização em outros cenários, esbarramos com a problemática do abastecimento de São Paulo na transição do século XIX para o XX. Este momento marca a passagem de um núcleo

urbano de poucas dezenas de milhares de habitantes para uma explosão demográfica do que viria a ser a maior metrópole da América Latina. Essa passagem de século também se faz interessante para compreender o impacto de processos que operaram na ordem política, econômica e social em âmbito nacional. Uma transição que deixou marcas no abastecimento e no modelo de feiras-livres que se realizam atualmente.

Na busca por evidenciar os sujeitos que passaram anônimos na história oficial – pobres, pretos e imigrantes –, Manzoni (2007; 2019) dedicou-se a investigar a participação deles na produção e comercialização de alimentos e outros bens de primeira necessidade na cidade de São Paulo entre os anos de 1867 e 1940. O autor também observa o impacto da urbanização nas atividades e territórios dessa massa de anônimos, intitulados de caipiras.

Até o final do século XIX, o abastecimento da cidade dava-se por ambulantes, pequenas lojas e pelo Mercado Municipal, o Mercado dos Caipiras. Essa rede era mantida pelas diversas chácaras que ocupavam as várzeas paulistas ou pelos produtos que chegavam através de tropeiros, trens ou em embarcações pelos rios. Segundo Manzoni (2007, p. 85),

a Várzea do Carmo constituía-se como um centro de convergência de tropeiros, caipiras e comerciantes, em função da proximidade do rio Tamanduateí, e do Mercado dos Caipiras onde trabalhadores pobres da cidade, comerciantes e produtores, conhecidos como os ‘caipiras’ da cidade, vendiam alimentos e mercadorias que conseguiam obter. Nas suas imediações estacionavam viajantes e tropeiros que chegavam à cidade e se destinavam ao mercado, além de inúmeras mulheres que, à beira do Tamanduateí, trabalhavam como lavadeiras.

Os projetos de urbanização que começaram a ocorrer com a virada para o século XX, apoiados pela elite paulistana (banqueiros, cafeicultores e comerciantes), e implementados pelos prefeitos Antônio da Silva Prado, Raymundo Duprat e Washington Luís, suprimiram rios, várzeas e chácaras, enquanto deixaram ruas largas e loteamentos (CUSTÓDIO, 2004; MANZONI, 2007). A partir disso, caçoa-se do caipira, tentam ocultar a pobreza e acabar com os ambulantes. A prefeitura submeteu os trabalhadores a tributação sobre o uso do espaço para o comércio e sobre suas vendas através da implantação de espaços controlados e fiscalizados para o comércio: mercados municipais e feiras-livres. Nesta ocasião, a criação das feiras-livres assume papel além do abastecimento: passam a ser utilizadas para promover o ordenamento territorial por meio do controle e ordenamento do comércio de rua e seus participantes, assim como estimula um apagamento de memórias urbanas, promove, segundo Majolo (2009, p. 32), “um processo de desvincular da memória das pessoas a figura e o falatório dos ambulantes.”

Com as mesmas intenções, foi implementado em Campinas, já no final do século XIX, mercados públicos⁸, códigos de postura, leis e uma grande rede de fiscalização em torno do comércio de bens de primeira necessidade. De acordo com os apontamentos de Martins (2010, p. 66), “o trabalho dos verdureiros, quitandeiras, leiteiros, peixeiros e tripeiros era útil à população, mas, para urbanistas e sanitaristas, o comércio ambulante era visto como obstáculo da livre circulação e que, muitas vezes, comprometia a salubridade urbana”. Parte da burguesia do início da República, que adotava um discurso higienista, via o comércio e o consumo também como meio de civilizar os corpos. Portanto, as formas comerciais deveriam ser tomadas e utilizadas por essa lógica em busca de uma cidade moderna em detrimento de um passado colonial.

A cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil até os anos de 1960, fez-se vitrine de execução deste discurso modernista. Os mercados públicos e as feiras-livres implementados junto à reforma urbanista de Pereira Passos fizeram parte do pacote de modernização do Rio de Janeiro. A busca pela extinção do comércio ambulante, que segundo Brandão (2008), fora estimulada com a chegada da Coroa Portuguesa, assim como a implantação de quiosques, quitandeiras e pontos de encontro de trabalhadores, marcavam uma mudança na paisagem urbana necessária a uma cidade que desejava ser moderna.

Mascarenhas (2005) nos conta que, já na década de 1870, havia o desejo da instalação de mercados cobertos pela cidade, mas que só passam a ser criados no início do século XX. Junto dos mercados, dá-se a criação das feiras-livres em caráter experimental, ocorrendo somente aos domingos e feriados. O mesmo autor atribui a elas um caráter simbólico e disciplinador, alinhado ao discurso da racionalidade urbana do momento:

os ideais de civilidade contidos no projeto modernizante de Pereira Passos eram incondizentes com a permanência de feiras africanas e outras práticas de comercialização pelas ruas da cidade. Não obstante a importância destas práticas no abastecimento urbano e na provisão de oportunidades de trabalho, bem como na manutenção de territórios de sociabilidade informal, a Reforma Passos banuiu tais usos, desterritorializando formas de sobrevivência e de sociabilidade tidas como impróprias. Em seu lugar estabeleceu territórios de alto grau de disciplina e controle: mercados cobertos e feiras livres (MASCARENHAS, 2005, p. 6).

⁸ Segundo Martins (2010), o primeiro mercado público de Campinas foi concluído em 1861, o segundo em 1872, conhecido como Mercado das Hortaliças. Este último foi demolido e substituído por um novo, inaugurado em 1886.

Rigor e fiscalização davam os tons das feiras-livres. Contavam com padrões de cores e dimensões para as barracas, alinhamentos, horários rígidos de montagem, comercialização e desmontagem, e grande rigidez com as condições higiênicas dos produtos. “Conseqüentemente, o ambiente das antigas quitandas passa a ser reconhecidos como arcaicos e a feira-livre passa a assumir uma posição de símbolo da modernização do comércio alimentar da cidade.” (BONAMICHI, 2013, p. 14). As feiras serviram, desta forma, a um projeto de ordenamento e remodelação do espaço urbano, reeducando os corpos e a sociedade, excluindo camponeses, caipiras, pobres, negros e imigrantes que não se enquadrassem à “nova” cidade.

Segundo Mascarenhas (2005), as feiras-livres passaram a ser efetivamente utilizadas e implantadas no Rio de Janeiro para fins do abastecimento da população somente em 1916, quando passam a ocorrer diariamente. O êxito (ou a propaganda) desta forma comercial aos padrões cariocas foi tamanho que logo espalha-se a sua fama, e as feiras-livres passam a ser reivindicadas pela população de fora da cidade do Rio de Janeiro. Juiz de Fora, incorporando as influências da capital e passando por problemas de abastecimento, não fugiu a esse caso, como veremos adiante.

As cidades brasileiras tornam-se terreno fértil para que a semente brote. Em um país em amplo crescimento populacional e com grande produção agrícola, as feiras-livres alcançam sucesso, e seu modelo comercial se espalha. De acordo com Mascarenhas (1997), a estrutura engessada, porém permeável, vai pouco a pouco sendo penetrada por formas de ação que fogem ao *script* de feira-livre idealizado pela modernidade no seu ato de implementação. A feira torna-se um “espaço popular plural” (MANZONI, 2019, p. 66), um território frequentado por sujeitos urbanos e rurais, proletários e pessoas de posse, artesãos, comerciantes, produtores, artistas e consumidores, um “espaço banal” (SANTOS, 2005, p. 256). “Continuamente desatado, o feixe de ingredientes da brasilidade conserva-se nos mercados e nas feiras ao lado de gêneros recentes, incorporados às gentes que os trouxeram.” (MANZONI, 2019, p. 186).

2.2 “Quando virão as feiras livres?” As circunstâncias para a criação das feiras-livres juiz-foranas

As solicitações pela implantação de feiras-livres em Juiz de Fora nos anos 1920 ganharam repercussão e ficaram registradas nas páginas dos jornais locais, como no “O Pharol”⁹. Nesses textos¹⁰, as feiras aparecem como a fórmula mais rápida e de fácil instalação para atender as necessidades da população:

O que se quer é mais simples e mais facil. Para começar, as feiras livres. Porque é que a Camara até hoje não tratou de estabelecel-as? As feiras não demandam grandes sacrificios, nem grandes despesas. Com um pouco de boa vontade e algum esforço, poderiam ellas funcionar normalmente em poucos dias, prestando ao publico os melhores serviços. Inspire-se a nossa Camara no exemplo do Rio, de Bello Horizonte, de São Paulo. Mesmo que as feiras não apresentem bom resultado (e ellas o apresentarão), mesmo assim a Camara, depois, não poderá ser acusada, porque terá cumprido o seu dever (O PHAROL, 13 mai. 1924).

As requisições culminaram na inauguração da primeira feira-livre do município em 20 de julho de 1924 (O PHAROL, 22 jul. 1924). Mas quais os motivos que levam a população a clamar por feiras-livres? O cenário político e econômico nacional do período influenciou no abastecimento do município, levando a tais reivindicações? Por entre recortes de jornais e fatos históricos – locais e nacionais – planejamos responder essas questões e buscamos compreender a conjuntura local que acarretam às requisições pela instalação de feiras.

Até o início do século XX, Juiz de Fora tinha sua economia baseada no setor primário. Apesar do discurso corriqueiro que apresenta Juiz de Fora apenas como uma economia agroexportadora de café, verifica-se que existia uma diversidade na produção local. Souza (1998) certifica que o município contava com grandes propriedades dedicadas ao café, mas também pequenas, médias e outras grandes que estavam voltadas a produção de alimentos, pecuária e aguardente. A mesma autora identifica ainda propriedades que se dedicavam a ambas atividades, mesmo que comercializassem apenas o café, usavam dos outros cultivos para alimentar os trabalhadores da propriedade (SOUZA, 1998).

⁹ O Pharol foi um jornal publicado entre os anos de 1866 e 1939, passou a circular em Juiz de Fora em 1871 (MUSSE, 2007). Grande parte do seu acervo encontra-se acessível por meio da Hemeroteca Digital, da Fundação Biblioteca Nacional e do Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

¹⁰ Optamos pela transcrição genuína das fontes documentais, respeitando a grafia da época e possíveis erros ortográficos e gramaticais.

Para além da produção, a sua posição comercial como entreposto é o que fundamenta o peso do café: para Juiz de Fora convergia a produção dos municípios do entorno para subsequente escoamento para a capital, na época o Rio de Janeiro. Essa característica estimulou a inauguração da Estrada União e Indústria em 1861 e da Ferrovia Dom Pedro II, em 1875.

O excedente de capital produzido pela agricultura foi investido na cidade em infraestrutura, em serviços e na indústria, conforme nos indica Duarte (2016, p. 197):

o setor primário foi, em grande medida, responsável pelo desenvolvimento urbano-industrial, num claro exemplo de inversão de investimentos dos setores tradicionais-agrícolas para os setores modernos da economia local.

A chegada do novo século colocou Juiz de Fora em processo de transformações. Por essas bandas, a crise do preço do café iniciada em 1896 e o subsequente desgaste dos solos acarretam um declínio da produção local, e mesmo com períodos de recrudescimento dessa produção (1921-1925) a atividade vai passando por um processo de substituição (DESTRO, 2006). Assim, o campo perde espaço e a indústria passa a ser o carro chefe da economia local: “o setor industrial atingiu seu ponto alto e fez de Juiz de Fora uma cidade cosmopolita e principal centro de desenvolvimento do estado de Minas Gerais” (FONSECA; COLCHETE FILHO, 2016, p. 51).

O mesmo capital que fora revertido em prol da indústria favoreceu investimentos em transporte, energia e a criação de instituições financeiras e de ensino, processo que se enquadra no que Rossini (1988) e Santos (2018) chamam de urbanização do interior. Através e com a industrialização, houve um aprofundamento da urbanização na Manchester Mineira¹¹, assim como um crescimento populacional, principalmente urbano: em 1890, Juiz de Fora possuía 55.185 habitantes; já em 1920, havia 118.166 habitantes (ANDRADE, 1987; OLIVEIRA, 2010), representando um crescimento de 114,12%.

Leite (1993, p. 69) indica que o crescimento da população urbana foi ainda mais expressivo, “aumentado em 80% contra 17% de crescimento da população rural.” Essas constatações dialogam com a afirmação de que a indústria atribui mais peso ao urbano. Segundo Carlos (1997, p. 78), “com o surgimento do fenômeno industrial, o urbano muda de conteúdo. Ao mesmo tempo, é na cidade, devido ao seu grau de concentração espacial, que aflora mais claramente a contradição de classes.” Cabe-nos, assim, olhar para o urbano e perceber a luta de

¹¹ A alcunha Manchester Mineira foi adotada para Juiz de Fora no final do século XIX, referindo-se ao crescente núcleo industrial em referência à cidade inglesa de Manchester (ANDRADE, 1987).

classes envolta na sua produção, tendo o surgimento da feira-livre em Juiz de Fora como um fenômeno proveniente dessa tensão.

Fora dos casarões da burguesia juiz-forana, nos interessa refletir sobre as práticas e mobilização adotadas por aqueles que enfrentavam as mazelas diárias pela sobrevivência nesta cidade. De acordo com Andrade (1987), havia 1.516 operários em Juiz de Fora no ano de 1907, uma força de trabalho que cresceu com o avanço da indústria e, em 1920, contabilizava uma massa de 8.353 operários, um crescimento de 450%. Ademais, acreditamos que outros muitos desempenhavam atividades ligadas a este setor ou até mesmo atuavam como trabalhadores temporários ou informais na indústria.

Esta força de trabalho urbana crescente, e agora desagregada do campo, necessitava adquirir seus alimentos, mas em razão dos baixos salários, combinados às condições caras e precárias de habitação e alimentação, eram submetidos a condições de vida que mal lhe permitiam viver. Condições semelhantes às encaradas pelos trabalhadores ingleses relatadas por Engels (2010): a referência a Manchester se aplica mais uma vez. Tratando dessas circunstâncias, o tabloide *O Lince*¹² relata: “com os gêneros alimentícios e tecidos caros, como é que um cidadão tendo família e ganhando de 120\$ a 180\$ por mês, pode pagar um aluguel de 80\$ ou 120\$000? Simplesmente passando miséria” (*O LINCE*, 9 jun. 1923).

O quadro vivido pela classe trabalhadora em Juiz de Fora acarreta mobilizações e greves ao longo dos anos, reivindicando-se condições mínimas de reprodução da força de trabalho, como a redução das jornadas de trabalho, aumentos salariais, fim do trabalho infantil, direito ao descanso semanal e controle dos preços dos gêneros básicos. Um exemplo foi a mobilização e os protestos dos trabalhadores urbanos de março a agosto de 1892 contra a carestia e a especulação dos gêneros de primeira necessidade. Tal mobilização foi respondida pelo Poder Público com a adoção de algumas medidas regulatórias de veras contestáveis, no caso a Resolução nº 80 de 19/08/1892¹³ – que, na prática, pouco se efetivou (OLIVEIRA, 2010). Também citamos as greves gerais de 1912 e 1920, e a organização de entidades representativas de classe como ações dos trabalhadores urbanos (OLIVEIRA, 2005).

¹² Periódico que circulou em Juiz de Fora entre os anos de 1912 e 1979. Nasce voltado ao operariado, mas passa por seguidas mudanças editoriais, alterando público e formatos (REIS; MUSSE, 2014).

¹³ Autorizava o executivo municipal a promover medidas quanto à carestia como: isenção de impostos a novos açougues; incentivo aos industriais para a criação de cooperativas de consumo; suspensão de licença de negociantes especuladores ou fraudadores de pesos; obrigar as ferrovias a regularização do transporte de mercadorias; e repremir a ociosidade e vagabundagem (*O PHAROL*, 04 set. 1892; OLIVEIRA, 2010).

O cenário até o primeiro quarto do século XX foi marcado por um desenvolvimento industrial, crescimento de massa de operários e aporte na urbanização. Entretanto, com o caminhar para a segunda metade da década de 1920, começam a haver indícios de “desaceleração do setor secundário” (BARBOSA, 2017, p.115) e um consequente arrefecimento no crescimento econômico, que levou a um declínio industrial nos anos 1930. Barbosa (2017) lista fatores que, conjuntamente aos descritos anteriormente, impactam o município e promovem seu declínio industrial, incluindo o desenvolvimento da produção de café no Oeste Paulista, falta de integração econômica no estado de Minas Gerais, retenção do capital oriundo do café para o Rio de Janeiro e a transferência da capital estadual e investimento em Belo Horizonte.

Diversas crises em âmbito nacional-internacional trazem reflexos à nossa análise, como a crise Pós-Primeira Guerra Mundial (1920-1922), crise de preços do café (1921-1922) e a Grande Depressão de 1929. Somam-se, ainda, as instabilidades geradas pela alta dos preços, maior mobilização da classe trabalhadora ao redor da luta por direitos, instabilidades político-administrativas, expansão da capacidade produtiva industrial de São Paulo, o movimento tenentista, e outros conflitos que culminam no golpe de Estado em 1930 (CANO, 2012). Além das crises, na década de 1920, ocorre grande incremento no discurso de modernização e industrialização nacional, trazendo centralidade ao espaço urbano. Tais processos marcam uma ampliação da pauperização da força de trabalho brasileira e consequente dificuldade de adquirirem condições mínimas para a sua subsistência.

Outro ponto relevante, em escala local, para entendermos as reivindicações pela criação de feiras-livres em Juiz de Fora, decorre do fechamento do seu Mercado Municipal em 1923. Esse acontecimento decorreu do término do contrato de exploração concedido por vinte anos à empresa Teperini, Sista & Cia, empresa vencedora da licitação para construção do Mercado Municipal edificado entre 1903 e 1904, na Rua da Gratidão, atual Avenida dos Andradas¹⁴. Essa edificação (Figuras 1 e 2) colocava-se como importante veio para a concentração e escoamento da produção agrícola local, fundamental para o abastecimento do mercado juiz-forano. Inaugurado em 31 de dezembro de 1904, o edifício contava com 48 lojas, além de armazéns, celeiros para os animais e fartura de água para manutenção da higiene local (O PHAROL, 31 dez. 1904). Com o vencimento do contrato com a Teperini, Sista & Cia, o

¹⁴ O prédio do Antigo Mercado Municipal foi tombado pela Prefeitura de Juiz de Fora através do Decreto 7240/2001 e hoje acomoda alguns pontos comerciais, um estacionamento e uma quadra esportiva.

prédio do Mercado Municipal passou a servir de moradia para diversos juiz-foranos, transformando-se em um cortiço (O PHAROL, 12 fev. 1925).

Figura 1 – Antigo Mercado Municipal de Juiz de Fora - 1916.



Fonte: O Pharol, 31 dez. 1916.

Figura 2 - Prédio do antigo Mercado Municipal em Juiz de Fora - 2023.



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Com a mais significativa forma de abastecimento juiz-forana na situação descrita, atreladas às condições de vida da população urbana e às demais questões endógenas e exógenas apresentadas, constatamos que houve um encarecimento dos custos de vida em Juiz de Fora. O abastecimento urbano, não destoante desta constatação, marcava-se pelo aumento da demanda, altos preços e baixa produção local (DESTRO, 2006).

Em meio a essa peleja, os trabalhadores pleitearam aumento salarial e as feiras-livres foram reivindicadas às autoridades municipais como uma possível solução. Já a burguesia solicitava a importação de gêneros alimentícios com isenção de impostos. As experiências de feiras no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e São João del-Rei, conjuntamente à simplicidade do investimento, endossaram os argumentos da população e ficaram registradas nas mídias locais em diversas ocasiões, conforme se verifica:

Vae passando o tempo, e nada de pratico se faz em Juiz de Fóra no sentido de combater a carestia da vida. A grita dos jornaes, constantes, ininterrupta e enérgica, para nada tem servido. As providencias solicitadas não apparecem, nem sequer ha dellas a mais leve noticia. Toda gente está mais ou menos de accordo em achar que as feiras livres, estabelecidas pela Camara Municipal, viriam melhorar muito a situação, contribuindo para que baixassem de preço os generos alimenticios mais necessarios. Solicitada á Camara essa medida, a exemplo do que se tem feito no Rio e em Bello Horizonte, o digno sr. Agente executivo objectou que lhe não era possivel creal-as, por isso que o contrato da municipalidade com os arrendatarios Mercado Municipal não permitia tal [...]. Acontece, porém que os concessionarios do Mercado, sabendo do facto, abriram mão, ha mais de uma semana dos seus possiveis direitos, e declararam que não se oporiam de fôrma nenhuma á medida lembrada. Era de esperar, portanto, que as feiras livres fossem logo creadas em vista de ter desaparecido o obstaculo apontado pelo sr. Agente executivo. Tal não sucedeu. Até hoje as feiras não foram creadas, nem mesmo appareceu ainda uma declaração official demonstrando estar a Camara desejava de estabelecel-as. Isso que dizer que o clamor publico, tão justo, tão legitimo, não está sendo ouvido pelos poderes publicos, que parecem de todo desinteressados do assumpto, esperando que ele se resolva por si [...]. Ainda uma vez appellamos para o espirito de justiça do sr. dr. presidente da Camara Municipal. É necessário que a municipalidade, legitima defensora do povo, faça qualquer coisa em favor deste. A situação, dia a dia peiora. Urge dar-lhe combate decisivo e eficaz (O PHAROL, 12 maio 1924).

Apesar das sugestões e solicitações apresentadas, dos exemplos exitosos das políticas adotadas no Rio de Janeiro e Belo Horizonte, e mesmo com o argumento dos baixos investimentos necessários, pouco o poder público municipal se empenhou em resolver de imediato a situação. Para mais, a Câmara Municipal, ainda apresentou entraves como os questionamentos quanto ao impacto à liberdade de comércio (O PHAROL, 10 jun. 1924), faltas de quórum nas reuniões que pautavam o tema (O PHAROL, 24 jun. 1924) e oposição dos

vereadores, como, por exemplo, Procópio Teixeira, que deixou a presidência da câmara por ser contra as feiras, e seu vice, Eduardo Menezes Filho, o qual previa prejuízo aos comerciantes (O PHAROL, 14 jun. 1924). A composição da Câmara¹⁵ refletia a divisão de classes, com os detentores do poder fazendo parte da burguesia, incluindo fazendeiros e profissionais liberais, ligados à economia cafeeira e que investiam ou tinham relações com os industriais (ANDRADE, 1987).

A produção da cidade não é neutra, o espaço é produzido na contradição e na luta. As feiras-livres, enquanto formas espaciais, são produtos dessas contradições e as refletem, apresentam um diálogo entre a acumulação do capital e a socialização do espaço. A Manchester Mineira é fruto de um jogo intenso e desigual, no qual os juízes assumem um lado e a ele pertencem; do outro, estão os que trabalham mais de 10 horas por dia e dormem com o roncar de suas barrigas. Mas os fracos, quando organizados, colocam-se à luta e “a partir da luta no interior da sociedade entre o que é necessário ao processo de reprodução do capital e o que a sociedade como um todo necessita” (CARLOS, 1997) produzem espaço.

Frente à letargia do poder público municipal e às condições de vida e trabalho execráveis enfrentadas pelo operariado, um protesto iniciado no dia 10 de junho de 1924 culminou em uma greve geral dos proletários urbanos. A greve durou dez dias e “o número de grevistas chega a ser calculado em 10.000. Somente os comerciários e os funcionários públicos trabalharam. A solidariedade no interior da classe é grande” (ANDRADE, 1987, p. 159). As reivindicações visavam atender as condições mínimas de subsistência. Em Juiz de Fora solicitavam-se aumentos salariais, porcentagem sobre a produção, criação de caixa beneficente, pagamento ajustado de horas extraordinárias, fim da obrigatoriedade da contribuição com clubes e estabelecimento de feiras-livres na cidade (ANDRADE, 1987). Reivindicações e contexto que não foram restritos a Juiz de Fora, a classe trabalhadora nacionalmente mobilizava-se e organizava greves gerais como as de 1917, 1919 e 1922. Da mesma forma, entidades mobilizadoras de diversos pontos do país foram solidárias aos grevistas juiz-foranos e apoiaram o movimento de 1924.

¹⁵ Andrade (1987) traça um mapeamento dos integrantes da Câmara de Vereadores de Juiz de Fora, os ligando aos seus respectivos grupos políticos, econômicos e ideológicos. Na legislatura 1923-1926 compunham a Câmara os vereadores Procópio Teixeira (Presidente), Manoel Vidal Barbosa Lage, Francisco Ribeiro de Almeida Junior, Luiz Barbosa Gonçalves Penna, João Evangelista do Valle, Geraldo Figueiras Rezende, Mauro Roquette Pinto, Henrique Ribeiro Coimbra, ambos fazendeiros, e Eduardo de Menezes Filho (Vice-Presidente), Gonçalo Ribeiro Gonçalves, Virgílio Fabiano Alves Filho e Joaquim Simeão de Faria como liberais, sendo esses advogados e médicos.

Mantendo a indiferença¹⁶, a Câmara recorre ao Governo Federal para que por meio da Superintendência de Alimentação oferecesse auxílio e a instalação de medidas que barateassem os gêneros alimentícios (O PHAROL, 19 maio 1924). É de se pensar que a classe dominante defendia seus interesses, dentre eles, não estava ceder às reivindicações de trabalhadores grevistas, visto que a paralisação impedia, mesmo que momentaneamente, a reprodução do capital. A instalação de feiras-livres, sendo uma pauta do movimento, enfrentaria dificuldades de ser aprovada, porém, teve que ser aprovada.

O poder público não assume a função de reverter as mazelas enfrentadas pelos trabalhadores, mas sim mediar e fazer com que os trabalhadores retornem aos seus postos de trabalho para a continuidade da exploração, independente se tenham teto sobre as cabeças ou se estejam com suas barrigas vazias. De acordo com Carlos (1997, p. 85), “não cabe ao Estado capitalista eliminar as contradições do sistema, mas amenizá-las, mistificá-las, impondo à vida da sociedade as necessidades da dinâmica da acumulação”. Após a negociação, os trabalhadores voltam às suas incumbências e uma Comissão Arbitral é formada para levantar as condições vividas e a possibilidade de atender as pautas do operariado. O relatório produzido pela comissão aponta como medida para os operários apenas uma bonificação salarial e por apenas três meses, algo que não impactaria os apuros vividos. Devido à pressão, a Câmara autoriza a organização de feiras-livres na cidade, “uma vitória, no entanto, com muitos limites: a primeira feira-livre só se instala um mês após o fim da greve e não atende os objetivos dos operários. Isso só viria a acontecer meses depois” (ANDRADE, 1987, p. 160).

Em suma, a vida do trabalhador na Manchester Mineira não foi nada romântica, diferente do que prega o senso popular de saudosismo à modernidade da cidade no seu auge industrial. O quadro enfrentado em Juiz de Fora não fora diferente do cenário nacional: crises, movimentações políticas e revoltas ditaram o tom. Em meio à carestia, insegurança alimentar¹⁷ e péssimas condições de vida, a organização política e a ação de enfrentamento tornam-se os

¹⁶ No sexto dia de greve, 15 de junho, procurado pela comissão dos operários, o vice-presidente da Câmara, Eduardo Menezes Filho, afirma que aguarda retorno do contato realizado no dia anterior com a Superintendência do Abastecimento, o mesmo “empenha-se ainda em deixar claro não ser este gesto da Câmara resultado da greve ou da pressão que a mesma pudesse ocasionar, mas com a finalidade de fazer uma experiência na qual ele pessoalmente não acredita.” (ANDRADE, 1987, p. 147).

¹⁷ Uma ressalva faz-se necessário para evitarmos o risco do anacronismo: o conceito de segurança alimentar passou a ser usado apenas no contexto pós-Segunda Guerra Mundial. A ausência de acesso a alimentos seguros e nutritivos, ocasionada por questões socioeconômicas e políticas, configura como uma violação a segurança, logo, uma condição de insegurança alimentar (SCARABELI; MANÇANO, 2020). Ao olharmos para o contexto da carestia, uma conjuntura marcada pela dificuldade de acesso a alimentos, na qual sujeitos não conseguiam obtê-los, estamos tratando de uma conjuntura de insegurança alimentar. De tal modo, mobilizamos o termo insegurança alimentar como correlato a carestia.

únicos meios para que as reivindicações dos trabalhadores fossem ao menos ouvidas, e quando muito alguma foi atendida.

2.3 Feira-livre em Juiz de Fora: a feira dominical

*Amanhã haverá feira livre.
O povo está pedindo a Deus que o livre
dos vendedores de pratos, garfos e
colheres.
Toucinho e feijão, eis o que elle quer...
O Pharol (09 de agosto de 1924).*

Em meio à míngua vivida em Juiz de Fora, o anseio por solução conclamava por feiras-livres. E elas vieram. Domingo, 20 de julho de 1924, das sete horas da manhã ao meio-dia, na Avenida dos Andradas, entroncamento com a Avenida Rio Branco, quase às portas do prédio do Mercado Municipal (O PHAROL, 22 jul. 1924). Na Capital Federal o noticiário relatou:

Domingo ultimo foi inaugurada, nesta cidade [Juiz de Fora], a primeira feira livre. Foram expostos à venda peixe fresco, manteiga, verduras, batata doce, rapaduras e artigos de armarinho, ferragens e louças. O total das vendas realizadas foi de 1:067\$200. Domingo próximo será installada outra feira, na praça dr. João Penido. (CORREIO DA MANHÃ, 24 jul. 1924).

Revisitar os “primeiros passos” da feira-livre nos auxilia a identificar esta forma espacial como resultado da ação social, estimulada, estabelecida, usada e disputada por grupos e agentes. Um território usado para além da forma e do presente (SILVA, 2012). Seguindo a trilha de vagalumes (BRAUDEL, 1992) e vestígios (ABREU, 1998) buscamos criticamente apreender o passado por mais laboriosa que seja esta tarefa, pois conforme Abreu (2000) nos incumbe: “como geógrafos, o importante é que sejamos capazes de colocar questões relevantes para o entendimento da sociedade e do espaço geográfico que ela constrói, seja este o espaço do presente ou um espaço do passado” (ABREU, 2000, p. 20).

Com vistas à síntese para a totalidade (RODRIGUES, 2021), seguiremos examinando o passado por entre preceitos estabelecidos pela geografia histórica (ABREU, 2000), na tentativa de contextualizar os momentos através de pesquisa indireta e direta e de fragmentos que sobreviveram à corrosão dos anos e dos interesses. Continuaremos no fio da feira-livre

dominical juiz-forana explorando os registros documentais e também a ausência desses, um desafio à pesquisa, exatamente o que Vasconcelos (2009) chama respectivamente de períodos densos e hiatos temporais. Dificuldade documentais são apontadas por Porto (2021, p. 191) ao estudar as feiras-livres brasileiras: “o não registro desses eventos em relatórios de prefeituras e câmaras municipais constitui-se num obstáculo para a sua compreensão”.

Sabemos que, mesmo com a feira-livre inaugurada, houve descontentamentos por conta da qualidade e dos tipos de produtos oferecidos. Constatação que corrobora com o já apontado: a ação estatal nos limites capitalistas não visa solucionar os problemas que são inerentes ao próprio modo de produção, no caso a insegurança alimentar, mas apenas amenizá-los, desmobilizando as reivindicações dos trabalhadores e garantindo a reprodução do mesmo. Ao tratarem da primeira feira-livre, as mídias locais deram especial atenção aos tipos de produtos comercializados, contrariando as notícias do sucesso da feira que circularam nos jornais da Capital Federal e também ao baixo empenho do poder municipal em ampliar a oferta:

Toucinho e feijão, sim! Louças e meias, não! [...] na primeira feira livre organizada pela Camara, só havia rapadura e meias de seda. Disseram-nos que havia também louças e talheres. Isso prova que a municipalidade ainda não está no bom caminho. O que o povo quer e exige é que os poderes publicos lhe dêem meios e modos de obter, por preços mais baratos, generos alimentícios, isto é, feijão, arroz, toucinho, fubá ou farinha. Ora, esses generos não apareceram na feira. E não appaceram porque? Porque a Camara não quis. Se a Camara quiser, já na proxima feira o povo terá esses generos por preços mais baratos. Basta que ella envie emissarios aos pequenos productores do municipio, enviando-os a trazer taes generos á cidade mediante vantagens reaes. E quando os productores não queiram vir, a Camara compre delles os productos e ponha-os nas feiras a preços baratos com um pequeno lucro que lhe dê para as despesas com esse serviço. [...] O povo não quer saber de meias nem de louças. O que elle quer é alimentar se melhor, por preço razoavel. É o que se está pedindo á Camara ha longos mezes sem que ella queira comprehend (O PHAROL, 22 jul. 1924).

Mas, no município, não havia uma produção que fosse capaz de atender à feira-livre de Juiz de Fora? Uma diversificação da produção agrícola, conforme verificado por Souza (2007), sempre foi uma das estratégias de integração econômica e de sobrevivência dos pequenos camponeses juiz-foranos, focada principalmente no cultivo de alimentos e na pecuária. No início da década de 1920, das áreas agricultáveis do município, “o café ocupava a maior superfície, com um total de 23.320 hectares, enquanto os cereais (milho, arroz e feijão) eram cultivados em uma extensão de 11.953 hectares” (SOUZA, 2007, p. 230).

Parcelas dessas terras foram dedicadas à pecuária, enquanto outras culturas foram incorporadas à produção cafeeira entre os anos 1921 e 1925 em virtude de um novo crescimento. Conforme demonstrado por Destro (2006, p. 42), “evidencia-se assim uma face desse recrudescimento para a produção agropecuária como um todo no município, que se traduz na realização da cafeicultura feita à custa das culturas de alimentos e da pecuária”. Mas tal redução das terras dedicadas a outras atividades agropecuárias, que não o café, não deve ter ocorrido na totalidade do município, pois, como evidenciam os próprios, Destro (2006) e Souza (2007), nem todo o solo agrícola do município oferecia condições ao desenvolvimento do café, como se verifica nos distritos de Rosário e Chapéu D’Uvas. Pensamos assim que essa baixa disponibilidade de gêneros básicos na primeira feira explica-se por outro motivo.

O poder municipal, em momentos de aperto, não recorre aos trabalhadores do campo e sim aos Governos Estadual e Federal. Nesse caso não foi diferente. Os gêneros alimentícios deveriam ser adquiridos através da Câmara Municipal na Superintendência de Alimentação no Rio de Janeiro. Isso se dava por efeito da intermediação da Superintendência para a instalação das feiras e também por conta da importação dos gêneros alimentícios feita pelo Governo Federal. Esses produtos seguiam de forma gratuita pela Ferrovia Central do Brasil até chegar à Juiz de Fora. Os feirantes só eram autorizados a mercar produtos fora desse esquema quando não houvesse tempo hábil para a Câmara solicitá-los, ou na ocasião de algum produto estar em falta na Superintendência. Importante salientar que, além da gratuidade do transporte e da praticidade oferecida pela municipalidade, os produtos adquiridos, por serem isentos de impostos, permitiam ao feirante um lucro de até 10% (PEDROSA, 2015).

No intuito de acarretar concorrência e promover uma estabilidade dos preços entre o comércio local e a feira, estabeleceu-se, como nos comunica Pedrosa (2015, p. 25), “que caso algum comerciante local vendesse qualquer gênero a um valor inferior ao vendido nas feiras, os feirantes perderiam o direito de mercenciar tais produtos.” Para comercializar na feira-livre era necessário aos feirantes estarem inscritos junto à Repartição Municipal e autorizados pela diretoria da feira mediante o pagamento de uma taxa (CORREIO DO AMANHÃ, 19 jul. 1924; BARBOSA, 2017).

Pedrosa (2015) informa que as feiras, de acordo com o Decreto nº 1 de 25 de julho de 1924, deveriam seguir a regulamentação estabelecida na capital mineira.

Segundo este as vendas nas feiras deveriam ser realizadas exclusivamente em dinheiro, não era permitido a comercialização de bebidas alcoólicas e os produtos possuíam um limite máximo de preço. Além disso, as feiras tinham

como objetivo facilitar o comércio de gêneros alimentícios de primeira necessidade, utensílios domésticos e vestuário para a classe operária (PEDROSA, 2015, p.25).

No domingo, 27 de julho de 1924, na Praça João Penido, realizou-se a segunda feira-livre em Juiz de Fora. Identificamos documentalmente que a feira-livre dominical alternava o seu local de ocorrência em um esquema de rodízio¹⁸, estabelecendo-se em eixos tidos como “portas de entrada da cidade”: primeiro na Avenida dos Andradas, na semana seguinte na Praça João Penido, em seguida na Rua Espírito Santos e, por fim, na Avenida Rio Branco. A terceira feira-livre dominical aconteceu no dia 03 de agosto, na rua Espírito Santo, entroncamento com a rua Paulo de Frontin, próximo ao prédio da antiga cadeia, a qual apresentou melhor aceitação que as primeiras, certamente devido aos tipos de produtos expostos. De acordo com a mídia local, “a concorrência popular foi enorme [...] Fora expostos á venda diversos generos alimenticios de primeira necessidade, como feijão, arroz, farinha, carne salgada, etc.” E ainda conclui que “os preços que vigoraram comquanto ainda elevados, foram mais baratos do que no commercio a varejo. E vão, assim, as feiras prestando um real serviço á população” (O PHAROL, 04 ago. 1924).

Embora tendo “cambaleado” ao ser instalada, a feira-livre visava em seu princípio atender a população juiz-forana, em especial o proletariado, o qual crescia, se urbanizava e dependia cada vez mais de sistemas como as feiras para abastecer-se e reproduzir-se. Ainda que cerceada por um conjunto de regras estabelecidas pela municipalidade, a feira-livre é em primeiro lugar um espaço popular. Em Juiz de Fora, a feira pouco a pouco vai sendo apropriada, e se torna realmente um modo do proletariado combater a insegurança alimentar e acessar o espaço público que era engessado por um conjunto de regras de conduta.

Uma série de sugestões aparecia de quando em quando visando a melhoria do funcionamento da feira-livre, adequando-a ao intuito de sua criação. Ao noticiar a respeito da feira que se realizaria no dia 10 de agosto, na Avenida Rio Branco, O Pharol (09 ago. 1924) recomendou à Câmara uma melhor fiscalização e um controle sobre o tipo e a qualidade das mercadorias expostas, recomendando que o poder municipal recorresse aos produtores locais, flexibilizando a dependência à Superintendência:

As feiras já estão produzindo algum resultado, expondo á venda generos alimenticios mais baratos do que no comercio. Entretanto, é certo que esse resultado poderá ser muito melhor, desde que a Camara Municipal queira ter

¹⁸ Na seção seguinte daremos melhor enfoque ao esquema de rodízio.

algun trabalho e exercer fiscalização cuidadosa nas feiras. Em primeiro lugar, achamos que a Camara não deve permitir nas feiras a venda de pratos, garfos, meias, calçados, roupas, etc. Isso não passa, em ultima analyse, de exploração commercial [...] Feijão, toucinho, arroz, fubá, milho, farinha, carne – eis tudo que se deve vender nas feiras, porque é disso que o povo necessita. Em segundo lugar, torna-se necessário que a Camara exerça vigilancia sobre os generos expostos á venda, para que pessoas sem escrupulo não levem para ali alimentos deteriorados ou de má qualidade, com o fim de vendel-os e livrar-se assim de mercadorias imprestaveis, ganhando dinheiro ainda por cima. Em terceiro lugar, se os generos escassearem nas feiras, deverá a Camara providenciar, de qualquer modo, para que os pequenos productores do municipio a ellas concorram com seus productos.

À medida que as feiras foram acontecendo, houve efeito multiplicador: atraíram mais consumidores e comerciantes, e conseqüentemente, um maior volume de vendas. Ao se traçar uma comparação entre a primeira e a quinta feira-livre dominical realizada, verifica-se que o aumento em vendas foi de 19:332\$000: “Comquanto interessados pretendam esconder o exito attingido pelas feiras livres, o que é certo é que os nossos mercados constituem um sucesso pleno. Uma feira em função no domingo passado, vendeu 20:399\$200” (CORREIO DA MANHÃ, 14 ago. 1924). Em outra passagem do Correio da Manhã (30 ago. 1924) verificou-se que, ao passo foram melhores as vendas, ampliou-se o número de interessados em atuar como feirantes: “foi muito concorrida a feira livre realizada na praça João Penido. Os preços dos generos regularam alguns, mais ou menos com os da praça, outros, porém, muito baixos. O numero de feirantes elevou-se a 114 e a renda attingiu a 26:416\$”.

Importante observar que antes da criação das feiras-livres, os comerciantes locais não as viam como ameaça aos seus negócios, exceção feita àqueles que apenas vendiam à vista (O PHAROL, 30 jun. 1924). Tanto que os varejistas foram solidários ao movimento da grevista que resultou na criação das feiras (ANDRADE, 1987). No entanto, após a sua instalação e à medida que começaram a gerar resultado, os comerciantes passaram a levar reclamações à Associação Comercial em um movimento contrário às feiras no município. De acordo com Barbosa (2017, p. 110), houve uma

atitude hostil da Associação Comercial que propunha, frente à Câmara, a extinção dos feirantes por considerá-los “inúteis e inconvenientes”, por outro lado, a Federação Operária Mineira em longo memorial pedia a continuação das mesmas. Em decisão do agente executivo, sopesada a pressão popular, prevaleceram as feiras a partir de 1924, uma vez que elas aglomeram a população, fomentam negócios e atraem a população circunvizinha, tornando-os tributários da cidade.

Os comerciantes locais não se limitaram a levar suas queixas apenas à Associação Comercial, buscaram articular outras formas de conviver com as feiras-livres, por vezes nada amistosas, um lobby empenhado em dar-lhes um fim. Alguns comerciantes ocuparam espaço nas feiras, fornecendo mercadorias de baixa qualidade e até balanças desreguladas, conforme denunciou O Pharol (25 ago. 1924):

Creadas as feiras, como remedio de emergencia para combater a carestia, certa parte do commercio sentindo-se ameaçada, procurou logo inutilizar-lhes a acção benefica. E mandaram para ellas, desde o primeiro dia, generos deterioroados e de pessima qualidade, acabando agora por mandar balanças e pesos viciados, com o fim de lesar ainda mais a população a braços com a crise. Fica assim demonstrado, á evidencia, que a Camara Municipal se pretende mesmo minorar os effeitos da carestia não deve contar com a collaboração dos varejistas. Deve mesmo evitar essa collaboração que só pode ser como tem sido perniciososa.

A menos de um ano de criação das feiras-livres em Juiz de Fora, começa-se a observar registros de reclamações para além dos comerciantes locais, o alvo foram os preços dos alimentos que ainda se mantinham altos. A mídia expôs diversas reclamações quanto aos preços praticados, como: “Amanhã haverá feira livre na praça João Penido. Livre para que? Só se for para o povo ser explorado...” (O PHAROL, 14 fev. 1925); “Haverá amanhã feira livre. Mas para que? Se os generos alimenticios estão todos açambarcados, de que servirá a feira?” (O PHAROL, 04 jul. 1925). Houve também acusações quanto ao preço abusivo do leite (O PHAROL, 17 fev. 1925) e da banha de porco (O PHAROL, 28 fev. 1925). Além disso, denunciaram-se os interesses econômicos de grandes produtores para que os preços continuassem altos:

Ha cerca de um anno, o governo annunciou que ia dar combate á vida cara. Apareceram leis e decretos, crearam-se feiras livres e armazens de emergencia; abriram-se os portos para a entrada franca de generos alimenticios estrangeiros; fomentou-se e incentivou-se a cultura das terras, com o intuito de augmentar as colheitas. E um anno passou-se nessa lida. Resultado: a vida anda hoje mais cara ainda do que antes dos taes decretos, das taes feiras, dos taes armazens e da tal importação livre [...] As providencias officiaes, adoptadas desde anno passado, eram de molde a baratear o custo da vida – e teriam certamente chegado até lá, se houvessem sido tomadas com o firme intendo de evitar manobras da exploração. E foi isso que não se deu. Decretadas taes medidas, logo os poderosos do momento, os reis do toucinho e do feijão fizeram valer a sua importancia, puzeram em campo o seu prestigio, movimentaram o seu dinheiro. Trepados nas suas burras repletas exigiram categoricamente que lhes respeitassem o “direito” de continuar a manter a alta dos preços. O governo, naturalmente, cedeu. Cedeu, e, em nome da “liberdade de commercio” consentiu em que fossem iludidos e inutilizados todos os decretos anteriormente lavrados (O PHAROL, 06 jul. 1925).

O que se verifica é que a carestia da vida foi perpetuada apesar da medida que se implementou: somente a feira-livre não resolveria a situação miserável a qual os trabalhadores juiz-foranos estavam submetidos. Por ocasião da Greve de 1924, reivindicaram-se condições que garantissem a possibilidade de subsistência, principalmente reajustes salariais, os quais permitiriam ampliar o poder de compra dos trabalhadores, mas obtiveram apenas uma bonificação temporária (ANDRADE, 1987; OLIVEIRA, 2005, 2010). Nada foi feito para reduzir os alugueis ou melhorar as condições de moradia e transporte, tão pouco para ampliar os salários dos trabalhadores. Singer (1994, p. 78) aponta que salários decentes ofertam minimamente a possibilidade do trabalhador reproduzir-se, pois permitem o acesso a serviços e bens: “ora, como o montante do seu consumo depende da altura do seu salário, é evidente que os dois planos da reprodução estão estreitamente inter-relacionados. Salários muito baixos acarretam o desgaste prematuro da capacidade do trabalho do operário”, provocando assim a desnutrição, o adoecimento e a perda das capacidades físicas. A realização de feira-livre é um modo de a população acessar os gêneros básicos, mas se enquadra como uma forma comercial. Sem uma remuneração descente, os trabalhadores não encontram modos de recorrer a ela. O que queremos dizer aqui é que a feira-livre fazia parte da solução, mas condições dignas de trabalho e remuneração deveriam ser o veio central.

Refletir acerca da atuação omissa da Câmara Municipal quanto a situação enfrentada pela população evidencia o conflito de interesse envolto na produção do espaço, o qual é fruto da luta de classes. Por meio da feira-livre observa-se esta disputa: o poder municipal agiu de modo dissimulado, resistiu à criação das feiras, deixou de estabelecer mecanismos para a melhora da qualidade e controle dos preços, faltou com fiscalização e diálogo com os produtores locais. O Estado atua mais uma vez em favor da burguesia, a qual só vai se preocupar com a possibilidade de existência do proletariado quando não houver reserva de força de trabalho, pois

enquanto a própria expansão do modo capitalista de produção estiver proletarizando um número proporcionalmente elevado de trabalhadores autônomos, o capital dispõe de uma fonte adicional de força de trabalho, a qual compensa – em geral, mais do que compensa – a reprodução incompleta da classe operária (SINGER, 1994, p. 79).

Entretanto, mesmo com todas as questões problemáticas levantadas, as feiras-livres ao serem instaladas em Juiz de Fora demonstraram ser úteis à população que carecia combater a insegurança alimentar. Os resultados apresentados permitiram que as feiras se multiplicassem

e permanecessem, tornando-se forma marcante na paisagem urbana juiz-forana, território de possibilidades e sociabilidade (PEDROSA, 2015; SILVA; MIRANDA; CASTRO JUNIOR, 2014). Amostra disso são os esporádicos registros dos valores comercializadas pela feira-livre presentes nas mídias locais nos anos exatamente posteriores, como: “a feira livre realizada ante-hontem á praça da Estação teve o seguinte movimento: generos alimenticios, 22:649\$200; fazendas e roupas feitas, 2:759\$000; fructas e verduras, 1:563\$100; sabão e calçados, 1:298\$000; [...] Total, 30:884\$900.” (O PHAROL, 14 abr. 1925).

Pedrosa (2015), ao tratar dos anos posteriores das feiras-livres em Juiz de Fora, deixou um alerta sobre um vácuo de informações a respeito das condições que foram realizadas nas décadas seguintes. Apesar de existir uma rica série de relatos documentais dos momentos que antecederam a criação e que se seguiram nos primeiros anos das feiras-livres em Juiz de Fora, nos deparamos com um hiato temporal (VASCONCELOS, 2009) ao tratar dos anos posteriores. Segundo a mesma autora, “é certo sua permanência no município face às políticas de assistência alimentar criadas no governo de Getúlio Vargas” (PEDROSA, 2015, p. 26). Portanto, apesar de alguns percalços iniciais e outros que certamente se seguiram, a feira-livre dominical se consolidou, ampliou-se, resultando no que conhecemos atualmente como a Feira-livre da Avenida Brasil.

Lidar com este hiato temporal exige que ampliemos a análise para além das barracas armadas. À vista disso, tomaremos como rumo o processo de produção do espaço urbano. As feiras-livres, mesmo estando submetidas a um controle rígido (fiscalização, controle do momento de comercialização, limpeza, montagem, desmontagem e padrão de barracas) e a uma periodicidade, ao se instalarem no espaço público, alteraram a sua dinâmica. Refletir sobre o espaço público onde se realiza a feira é refletir sobre o seu processo de produção, gestão e o seu uso enquanto território.

Conforme observamos, a feira dominical não foi originalmente criada na Avenida Brasil, às margens do Rio Paraibuna. Identificamos que nos momentos iniciais funcionava em esquema de rodízio, ocorrendo a cada semana em um local do Centro de Juiz de Fora. Mas por quais motivos a feira-livre dominical deixou de acontecer no centro da cidade? Entender melhor as causas e mudanças de local de ocorrência da feira pode revelar facetas do desenvolvimento urbano, contradições, marcas de interesses, tensões e correlações de forças envolvidas. Voltemos a atenção aos deslocamentos e sigamos através dos caminhos da feira-livre dominical buscando responder tais questões.

2.3.1 Deslocamentos e desterritorializações: da Avenida Rio Branco à Avenida Brasil

De acordo com Jacobs (2011), as ruas e calçadas são os órgãos vitais de uma cidade, sendo seus principais espaços públicos. Ao ocorrerem nas ruas, as feiras têm a capacidade de alterar o funcionamento da cidade, intensificando as relações materiais e simbólicas, ou ainda, provocando interações e práticas externas as ocorrentes naquele local durante toda a semana. Ao refletir sobre o trabalho feirante, Vedana (2013, p. 66) faz constatação semelhante:

o estar na rua e fazer dela um outro lugar durante um determinado período do dia, ocupar esse espaço de circulação anônima dos habitantes da cidade e transformá-lo em um espaço de intimidade e sociabilidade, de encontros e de trocas, configura esse fazer-se feirante.

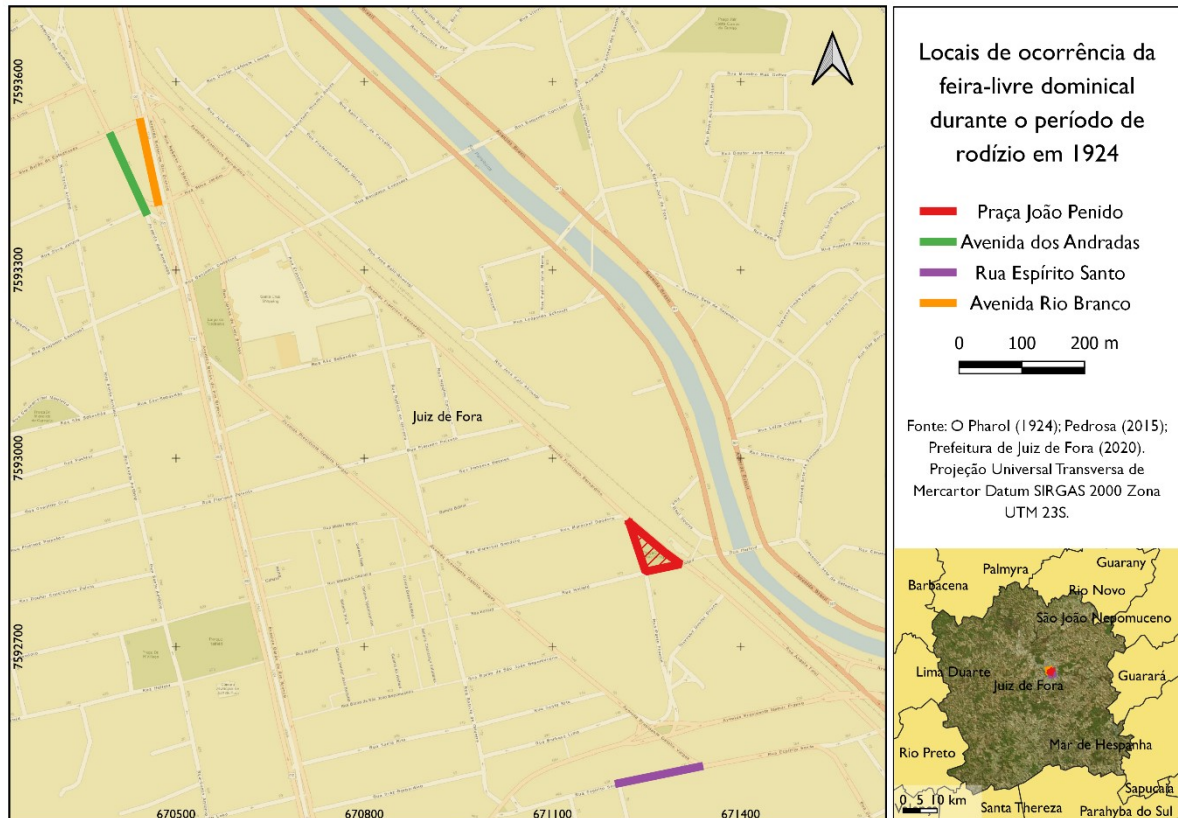
Assim, os objetos, ao serem instalados, provocam modificações espaciais e promovem uma reorganização espacial, um novo arranjo espacial. Devemos, ainda, ressaltar que esses são envoltos de múltiplas ações, não estão inertes. Uma feira-livre, ao ser criada, deslocada ou extinta, provoca um sem-número de reflexos. Ao ponderar a respeito do papel das feiras-livres na produção do espaço juiz-forano, compreendemos que seus movimentos são igualmente importantes, pois revelam as “estratégias de ocupação do território” (COLCHETE FILHO; BRAIDA; CARDOSO, 2014, p. 164). Tendo isso em vista como parte do nosso objetivo, buscamos traçar uma correlação a partir dos deslocamentos da feira-livre e suas motivações com a (re)produção do espaço urbano juiz-forano desde a década de 1920 à atualidade.

Através de fontes documentais, fomos capazes de identificar a feira-livre dominical em seu primeiro ano, ocorrendo na Avenida dos Andradas (entroncamento com a Avenida Rio Branco), na Praça João Penido, na Rua Espírito Santos (próximo à Escola Normal) e na Avenida Rio Branco (próximo ao Instituto Pasteur). A feira funcionava sob esquema de rodízio e, de antemão, o local era divulgado nos jornais de circulação municipal, preferencialmente no O Pharol e posteriormente no Diário da Tarde¹⁹ (BRUGGER, 2014b). Por meio do Mapa 2, podemos observar que todos os locais selecionados para realização da feira-livre estão na área central de Juiz de Fora, nas extremidades do que Barbosa (2017, p. 87) define como o “triângulo central”. Áreas que foram consideradas como a porta de entrada da cidade (PASSAGLIA,

¹⁹ O Diário da Tarde foi um jornal juiz-forano de cunho popular, tanto que era vendido nas portas das fábricas. Foi publicado entre os anos de 1942 e 1983 e pertencia ao conservador Diário Mercantil (MUSSE, 2007).

1982), onde a Rua Espírito Santo dava acesso à Estrada União e Indústria. Já a Avenida dos Andradas e a Avenida Rio Branco ofertavam acesso ao norte da cidade e à Praça João Penido. Por estar à frente da Estação Ferroviária de Juiz de Fora, era ponto de desembarque e chegada à Juiz de Fora.

Mapa 2 - Locais de ocorrência da feira-livre dominical em Juiz de Fora durante o período de rodízio – 1924.



Elaboração: Flávio A. S. Santos (2022).

Com a fixação da feira-livre dominical no Largo do Riachuelo, o esquema de rodízio foi extinto (BRUGGER, 2014b). O Largo foi *locus* do estabelecimento da feira até a década de 1950. Nessa década, a feira-livre dominical passa por um deslocamento para a Avenida Francisco Bernardino. Reconhecemos que estes deslocamentos não partem de uma decisão interna da feira, não são os usuários desta forma comercial – feirantes, trabalhadores e consumidores – que solicitam o acontecimento da feira-livre em outro ponto. As decisões advêm de fora desse território e acarretam um processo de desterritorialização ao romper laços estabelecidos com o chão/endereço. Ao instalar-se em outro local, a feira e seus sujeitos se reterritorializam. A feira-livre ocorre no espaço público, o qual, como sabemos, é regulado pelo Estado. As alterações de pontos de ocorrência derivam de algumas deliberações da

município e dos agentes que a compõem e/ou influenciam, como agentes privados, moradores e políticas externas ao município em decorrência de políticas de ordenamento territorial.

Entendemos que o deslocamento para a Avenida Francisco Bernardino, década de 1950 pode ter ocorrido devido à ampliação do número de barracas e feirantes para atenderem a crescente população urbana juiz-forana. Esse deslocamento foi promovido pelas forças do governo municipal, que atua como organizador das feiras-livres no município desde sua formação inicial. Porto (2021), ao tratar da patrimonialização da feira-livre em Alfenas e em outros cantos do Brasil, indica processos de deslocamentos de feiras-livres, como a feira de Caruaru (PE), que deixou de ocorrer na área central da cidade com a justificativa da necessidade de mais espaço para a feira.

Porém, parece-nos que apenas o crescimento da população e da feira não explicam essa movimentação na Juiz de Fora da década de 1950. Outro possível motivador para a desterritorialização foi a imagem da cidade que se desejava passar. O Largo do Riachuelo localiza-se às margens das avenidas Rio Branco e 15 de Novembro (atual Getúlio Vargas), ambas vias comerciais e cartões-postais da cidade. Além disso, tal praça está em frente à antiga Rodoviária Régis Bittencourt. Na época, o projeto de construção da rodoviária estava saindo do papel, o que seria uma nova porta de chegada à Juiz de Fora. A justificativa do embelezamento, organização e higienização da cidade poderiam, facilmente, promover o deslocamento dessa forma comercial, que para muitos é vista como um espaço de confusão e balbúrdia (SANTOS et al., 2020).

Evidências documentais da década de 1950 indicam que a feira-livre dominical na Avenida Francisco Bernardino era realizada entre as ruas Benjamin Constant e Fonseca Hermes. Essas mesmas fontes trazem denúncias quanto aos preços praticados (FOLHA MINEIRA, 04 fev. 1952; 04 jan. 1956; 14 abr. 1956)²⁰, à qualidade das mercadorias comercializadas (FOLHA MINEIRA, 14 out. 1954), e à falta de fiscalização nessa feira (GAZETA COMERCIAL, 30 set. 1958)²¹. Em uma dessas edições pede-se, inclusive, o fim das feiras-livres em Juiz de Fora:

²⁰ O jornal O Folha Mineira foi publicado em Juiz de Fora e esteve em circulação entre os anos de 1934 e 1977 (MUSSE, 2007).

²¹ Gazeta Comercial foi um jornal juiz-forano fundado pela Associação Comercial de Juiz de Fora publicado entre 1924 e 1976 (LISIEUX; MUSSE, 2013).

É preciso que se acabe com o engodo da feira livre. O povo precisa ser melhor protegido contra a exploração. [...] Nas mercearias e nas quitandas esses artigos são comprados por muito menos. E o freguês ainda é servido com atenção, conforto e higiene. Não vale apenas comprar na feira livre (FOLHA MINEIRA, 04 jan. 1956).

Há que se ponderar que os discursos dos jornais Folha Mineira e Gazeta Comercial são frutos do pensamento burguês do momento, sendo o último ligado à Associação Comercial, a mesma associação que por vezes atacou e até tentou extinguir as feiras no município. O diálogo estabelecido pela mídia juiz-forana, como apontado por Musse (2007) em análise da imprensa juiz-forana, indica que a “configuração entre a cidade moderna e capitalista e as narrativas produzidas sobre ela nas páginas dos jornais dão conta um centro urbano ordenado, conservador, regido por uma severa moral e disciplina” (MUSSE, 2007, p. 13). Para um discurso que apresenta um centro urbano organizado e higienizado, o que foge a estes parâmetros deve ser extinto e ocultado. Para atender o ideal imagético de cidade burguesa, a desterritorialização enquadra-se como mecanismo adotado pelo poder municipal voltado ao ordenamento territorial, deslocando – reterritorializando –, para fora dos espaços públicos centrais a feira-livre. Contudo, as feiras não são encerradas, pois reconhecia-se seu papel, inclusive na arrecadação municipal, conforme se verifica nas demonstrações de receita arrecada pela Prefeitura em diversas edições do próprio Folha Mineira.

É na década de 1950 que chega ao Brasil um novo modelo comercial, pautado no autosserviço e higiene: os supermercados, um modelo que propunha suplantar as formas comerciais existentes a partir de tais parâmetros. Pelos discursos apresentados pela mídia frente às formas comerciais existentes, como é o caso observado das feiras-livres, é possível indicar que este pensamento já era ventilado em Juiz de Fora. O desejo pelos supermercados já era uma realidade e sua materialização não tardou. Em 1963, inaugurou-se o primeiro supermercado na cidade, o Supermercado Canguru, e em seguida outras novas lojas também apareceram (OLIVEIRA, 2016), ambas, como veremos posteriormente, provocando modificações espaciais, alterando fluxos de pessoas e automóveis, assim como a forma de consumir.

Em 1958, ocorre outra desterritorialização. A Prefeitura, após solicitação do Delegado Geral Virgílio Soares de Souza Lima Fora, decidiu deslocar a feira-livre dominical. Desse modo, deixou de ocorrer na Avenida Francisco Bernardino e passou a se realizar em via paralela à avenida, do outro lado da Estrada de Ferro Central do Brasil, na atual Rua Calil Ahouagi, ao lado das piscinas do Tupi Football Club (FOLHA MINEIRA, 27 ago. 1958). O trânsito

acarretado pelo fechamento de parte da avenida foi a justificativa utilizada pela polícia e Prefeitura.

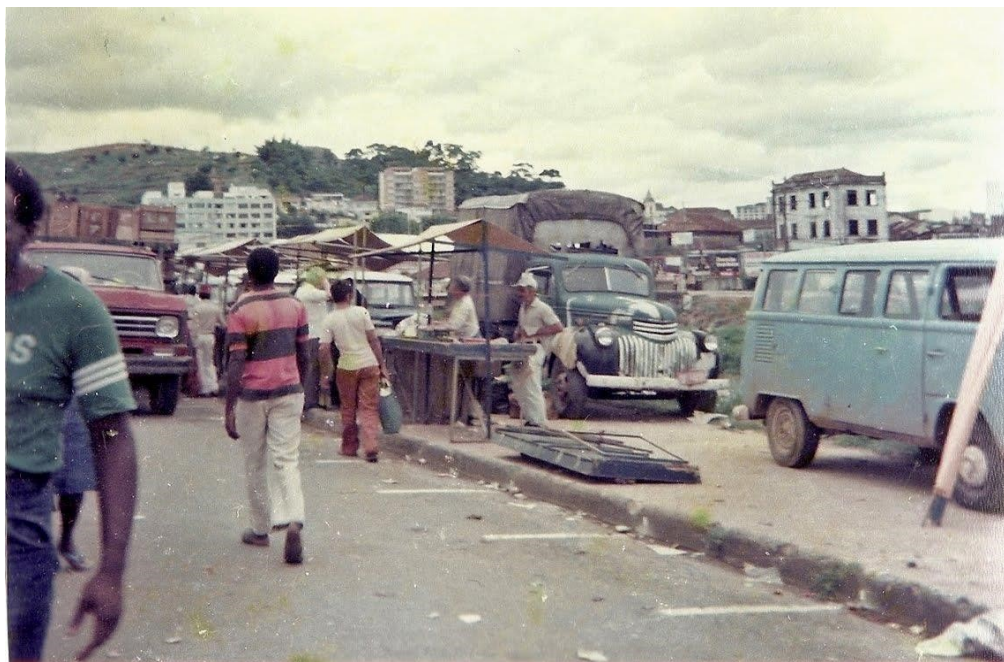
Um dos problemas que mais aflige a cidade, ultimamente, é o do trânsito, que provocam ruidosas manifestações da população e da própria polícia, pois sua solução para uns fácil, é bem difícil, desde que haja colaboração entre povo, autoridades municipais e polícia. [...] Uma das ruas usadas para o escoamento do tráfego de caminhões e outros veículos pesados é a rua Paulo Frontim, av. Frco. Bernardino e av. Rio Branco, que dali leva os veículos para a rua Bernardo Mascarenhas e posteriormente a BR3, possibilitando, assim, um descongestionamento do centro da cidade, o que evita acidentes e outros problemas sem fim. Pois bem, tal medida, não pode ser posta em prática, totalmente, pelo seguinte fato: a Feira Livre (FOLHA MINEIRA, 11 fev. 1958).

Este deslocamento revela outra faceta da disputa pelo espaço público. Outrora, o embelezamento justificou a desterritorialização da feira. Na situação em tela, o uso do espaço público para a circulação de automóveis passa a ditar a organização da cidade e o uso das ruas. Essa lógica é reflexo das políticas de incentivo ao rodoviarismo no país implantadas pelo Governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961). De acordo com Mascarenhas (1992, p. 96), “a brutal expansão do tráfego rodoviário intra-urbano fez o automóvel monopolizar a via pública, e dela extinguir paulatinamente as atividades comunitárias tradicionais [...] e outras formas de lazer e trabalho, dentre elas a feira livre”.

Na Rua Calil Ahouagi, a feira-livre ocorreu até 1967, quando passa por nova desterritorialização: é deslocada para a Avenida Brasil. Nesse mesmo ano, segundo Pedrosa (2015), a feira contava com 300 barracas que recentemente havia se padronizado. A Avenida Brasil, atualmente, corresponde às duas vias paralelas ao Rio Paraíba, uma em cada margem, mas ambas não foram edificadas no mesmo período. No momento do deslocamento em análise, a avenida apenas existia na margem direita do rio, tornando-se *locus* da realização da feira até os anos 1980.

A feira-livre dominical só passa a ocorrer na margem esquerda do Rio Paraíba na década de 1980, quando no trecho já havia sido concluídas as obras da avenida (Figura 3). A feira foi instalada entre a Rua Cel. Cristóvão de Andrade e a Praça Teophilo e, de acordo com Brugger (2014b), é nesta mesma década que se inicia a feira paralela, atual Feira da Pechincha, na avenida à margem direita, ocupando o espaço deixado pela feira-livre.

Figura 3 - Feira-livre da Avenida Brasil na margem esquerda do Rio Paraibuna, Juiz de Fora - 1982.



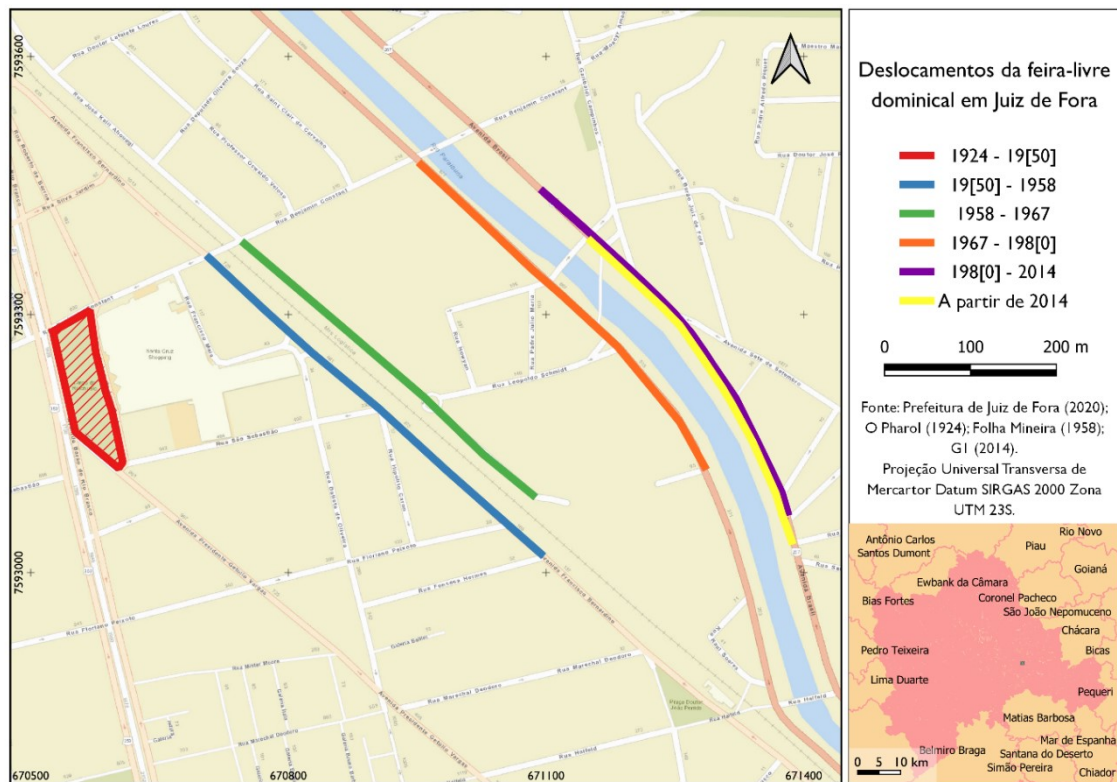
Fonte: Blog Maurício Resgatando o Passado. Disponível em:

<<http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/search/label/Avenida%20Brasil>>. Acesso em 13 set. 2022.

Na margem esquerda do Rio Paraibuna, a feira-livre passou por pequenos deslocamentos. O primeiro pela justificativa do trânsito, o que levou a feira-livre, a partir de 2014, a acontecer entre a Rua Professor Joaquim Henrique Viana e a Ponte Wilson Coury Jabour Júnior. A inauguração da referida ponte acarretou uma reconfiguração do trânsito neste trecho da Avenida Brasil (G1 - Zona da Mata, 2014). O segundo e mais recente deslocamento ocorreu em 2021 como resposta às medidas sanitárias de distanciamento social adotadas em decorrência da pandemia de COVID-19 (PORTAL DE NOTÍCIAS, 2021a) que, por ventura, mantiveram-se mesmo com a flexibilização dessas medidas. Em vista disso, o espaço usado para a feira-livre ampliou-se da Ponte Wilson Coury Jabour Júnior até a Rua Luiza Colsera.

Todos os deslocamentos referidos acima podem ser visualizados no Mapa 3. Por meio deste mapa, percebemos que os movimentos sofridos pela feira-livre dominical assumem um padrão: foram constantemente para cada vez mais longe do centro do município. Essas desterritorializações e seguidas reterritorializações se justificaram pela disputa no acesso e uso do espaço público: primeiro o largo e, em seguida, a rua tornam-se focos de disputas. O embelezamento e a mobilidade ditam a produção espacial em detrimento da feira-livre e dos que compõem e usam este território.

Mapa 3 - Deslocamentos da feira-livre dominical em Juiz de Fora – 1924-2023.



Elaboração: Flávio A. S. Santos (2022).

Colchete Filho, Braida e Cardoso (2014) afirmam que o comércio em Juiz de Fora, assim como em outras cidades brasileiras de médio e grande porte, passam por um processo de descentralização. Este processo, segundo os autores, teria sido estimulado a partir de 1980. Entretanto, anteriormente a isso, já era possível identificar a descentralização do comércio juiz-forano a partir dos deslocamentos da feira-livre dominical para a periferia do centro do município, bem como a criação de novas feiras para fora da área central da cidade. Sendo assim, as vias centrais foram liberadas para o trânsito dos automóveis particulares que buscavam acessar serviços não descentralizados e também para o transporte público utilizado pelos trabalhadores desses serviços.

Ao mudar de local por meio de um deslocamento, nos questionamos se as relações e usos da feira-livre também mudariam. Porém, como podemos observar que os usos da feira-livre não têm se alterado, sua razão de existir é mantida. A motivação para os deslocamentos não são o uso da feira em si, mas os usos que buscam para os espaços ocupados para a realização da feira-livre dominical. Um caso que clarifica tal constatação foi o deslocamento da feira em 1958, em tal situação discutiu-se o uso da Avenida Francisco Bernardino para a circulação dos

automóveis. Na visão autoridades com poder decisório no momento, a feira era um obstáculo e desloca-la para outra via menos vital era necessário para resolver o trânsito central.

Em Juiz de Fora, esta negação da rua a outras atividades que não à circulação dos automóveis já havia sido levantada por Fonseca (2019), quando este autor analisou o carnaval juiz-forano. Os desfiles das escolas de samba, que tradicionalmente ocorriam na rua, após diversos deslocamentos para longe das vias centrais, passaram a ocorrer em ambiente fechado, descentralizando o evento e privando o lazer a partir de dificuldades de acesso.

Tais deslocamentos revelam o choque entre os interesses de produção e o uso do espaço público, condição de reprodução desta atividade, tema de grande relevância para pensarmos o arranjo espacial das feiras-livres na contemporaneidade e para o entendimento dos jogos de poder que se colocam em torno desse território. Concordando com o exposto por Moreira (2015, p. 68), “seu controle [objetos espaciais – espaço público] significa o próprio controle da reprodução da sociedade capitalista como um todo e o seu uso, a garantia de que servirão à reprodução do capital”. Olhemos a seguir não apenas para os deslocamentos, mas para a materialização da Feira-livre da Avenida Brasil e como ela promove essa reconfiguração espacial.

2.4 A Feira-livre da Avenida Brasil

*Paraibuna, de margens acolhedoras
onde, aos sábados, prostitutas se
esmeram
e aos domingos uma feira etílica se
acotovela vendendo cacos e almas.*

Gerson Guedes (2012, p. 110).

Domingo, 07 horas da manhã, é o momento de início da Feira-livre da Avenida Brasil, segundo a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) da Prefeitura de Juiz de Fora. Todavia, verifica-se que seu começo ocorre bem antes com a organização e montagem de toda estrutura utilizada para a realização da feira. A madrugada do domingo é marcada por um fluxo constante de trabalhadores da feira e produtos que chegam em caminhões, caminhonetes e kombis. São centenas de caixas, sacos e embalagens descarregados na avenida, e o desejo, é que retornem vazios. Nesse momento, ocorre um processo de transmutação do

espaço marcado pela mobilização periódica de toda uma estrutura e por uma reconfiguração territorial. Corroborando com Silva, Miranda e Castro Junior (2014, p. 284), as feiras marcam uma “completa (re)configuração socioespacial”, na qual uma porção do espaço urbano passa por uma reorganização à medida que as barracas vão sendo montadas.

Cercado por esses desejos, fluxos e processos, nos dedicaremos nesta parcela do texto a analisar a capacidade das feiras-livres de reorganizar dinamicamente o espaço urbano juiz-forano através de sua realização, mesmo que de modo temporário. Para tal, tomaremos a Feira-Livre da Avenida Brasil na contemporaneidade e por meio de normas, técnicas, reflexões e fatos do cotidiano juiz-forano buscaremos transparecer e caracterizar o funcionamento desta forma espacial e sua configuração enquanto território usado.

A comercialização na Feira-livre da Avenida Brasil, de acordo com a SEAPA, deve ocorrer até às 13 horas. Em seguida, os produtos que restam precisam ser recolhidos e as barracas devem ser desmontadas. Evidencia-se um movimento quase cíclico, pois enquanto estrutura “é detentora de uma estratégia metamorfósica, condenada a uma demolição diária e perpétua, cria-se e recria-se em outro dia, noutra lugar” (MENEZES, 2005, p. 42). Os trabalhadores devem agir rápido para desocuparem a via para que seja feita a limpeza e subsequente reestabelecimento do trânsito de automóveis no trecho, completando o caráter transitório e temporário, mas regular, desta reconfiguração territorial.

A Feira-livre da Avenida Brasil caracteriza-se por ser uma feira hortifrutigranjeira. Tal termo diz respeito especificamente à produção de hortas, pomares e granjas, mas o utilizaremos de modo ampliado, incorporando produtos processados, como geleias, bolos e pães, produtos de origem animal como carnes bovina, pescados e mel, e também alimentos prontos para o consumo, como o tradicional pastel com caldo de cana. Os produtos expostos nessa feira não seguem uma classificação quanto as técnicas de cultivo e origem como em feiras-livres orgânicas ou em feiras específicas de agricultores familiares, o que a torna diversa, abrindo espaço a feirantes-produtores e feirantes-distribuidores e não impondo uma rotulação específica.

A Feira-livre da Avenida Brasil contava, até 2019, com 676 pontos comerciais, ou seja, 676 bancas. Cada barraca da feira é formada por uma ou mais bancas, a depender da disponibilidade destes pontos comerciais. Atualmente são 264 feirantes licenciados pela SEAPA para conduzir uma barraca. São estes alguns dos sujeitos que conduzem a feira, conferindo vida a essa forma-conteúdo.

Tal divisão acarreta uma distribuição desigual de pontos comerciais, momento em que a lógica capitalista, que move todas as atividades comerciais, evidencia-se entre os feirantes e promove desigualdade intragrupo: quanto mais pontos comerciais, maior a exposição e o volume de vendas. Em campo, verificamos que há feirantes com barracas formadas por apenas um ponto e outros com oito pontos. Em entrevistas, obtivemos a seguinte proporção: seis feirantes (21,4%) contavam com apenas uma barraca formada por um ponto; quatorze (50%) indicaram contar com dois pontos; dois (7,1%) possuem três pontos; cinco (17,9%) apontaram possuir quatro pontos; e um feirante (3,6%) afirmou que sua barraca na Feira-livre da Avenida Brasil é formada por oito pontos.

A realização da feira-livre e, conseqüentemente, a atividade dos trabalhadores dessa modalidade comercial estão sob regulação da Prefeitura de Juiz de Fora, tanto para sua organização, como para a ocupação do espaço público, processo efetuado por intermédio de suas secretarias. A liberação da rua e o desvio do trânsito para o acontecimento desta feira-livre e das demais se dão através da Secretaria de Mobilidade Urbana (SMU). Na Avenida Brasil, no trecho entre a Rua Luiza Colsera e a Ponte Wilson Coury Jabour Júnior, fica impedida a circulação de automóveis no intervalo entre as 05 e 13 horas aos domingos (PORTAL DE NOTÍCIAS, 2021a), exceto para os veículos dos feirantes durante a montagem e desmontagem das bancas.

Atualmente, à SEAPA compete o gerenciamento, administração e fiscalização das feiras em Juiz de Fora, essa atuação acontece através do seu Departamento de Comercialização e Agroindústria (DCAG). Por meio do programa Feira Livre, a SEAPA busca abastecer a população de produtos de primeira necessidade e também promover a integração de pequenos produtores de Juiz de Fora e região. Cabe a esse programa coordenar as feiras-livres de hortifrutigranjeiros, a feira “É Daqui”, a feira de produtos orgânicos do Mógico e a feira da agricultura familiar. As feiras hortifrutigranjeiras regulamentadas somam um total de 18 feiras-livres na cidade, realizadas de terça a domingo em diferentes bairros, conforme Tabela 1. A concessão de pontos e autorização para participação nas 18 feiras também são de atribuição da SEAPA. Esta concessão ocorre por meio de pagamento anual do documento de arrecadação municipal (DAM) pelos feirantes, e seu valor varia de acordo com o ponto e a feira-livre. Os pontos mais caros são os do bairro São Mateus e da Avenida Brasil (BRUGGER, 2014b).

Tabela 1 - Feiras-livres em Juiz de Fora

DIA	HORÁRIO	FEIRANTES	LOCAL/BAIRRO	ENDEREÇO
Terça-feira	7h às 11h30	48	Mariano Procópio	Rua Dr. Luiz Andrés
		14	Francisco Bernadino	Rua Felício Domingos Guffo
	7h às 12h	10	Granbery	Avenida Antônio Ribeiro
Quarta-feira	7h às 11h30	18	Vale dos Bandeirante	Rua Antonio de Paula Mendes
	7h às 12h	68	São Mateus	Rua Coronel Pacheco
	16h30 às 22h30	32	Centro	Praça Antônio Carlos
Quinta-feira	7h às 11h30	12	Monte Castelo	Rua Branca Mascarenhas
	7h às 12h	106	Manoel Honório	Rua Américo Lobo
Sexta-feira	7h às 11h30	27	Bairro de Lourdes	Avenida Brasil
		14	Joquei Clube II	Rua Padre Edmundo
	7h às 12h	41	Alto dos Passos	Rua Dom Viçoso
Sábado	7h às 12h	11	Vivendas da Serra	Rua Paulo Afonso Tristão
		12	Jardim Esperança	Rua Henrique Pimenta Brasiel - Praça João Alvares de Assis
	7h às 12h30	62	Santa Luzia	Rua Três Ilhas
		11	São Pedro	Rua Professor José Ribeiro
		54	Benfica	Rua Evaristo da Veiga
Domingo	7h às 12h30	12	São Mateus	Rua Manoel Bernardino
	7h às 13h	264	Centro	Avenida Brasil

Fonte: Adaptado de Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Prefeitura de Juiz de Fora – SEAPA (JUIZ DE FORA, 2022).

As feiras-livres hortifrutigranjeiras organizadas pela SEAPA seguem as definições estabelecidas pelo Decreto nº 3.253/1985 (JUIZ DE FORA, 1985). Dada a idade do decreto, com o correr do tempo, acordos entre a municipalidade e os feirantes foram estabelecidos com o intuito de adequação das feiras, o exercício da horizontalidade que encontra frestas para adaptar-se. Esse processo foi marcado por uma constante atuação dos trabalhadores na incorporação de tecnologias, assim como na inserção de comportamentos que não cabiam à rigidez da legislação e ao padrão de cidade moderno-burguesa desejada.

Em razão da incongruência da situação, da necessidade de ajustamento e certamente, do desejo de retomada e centralização do controle pela municipalidade, criou-se em 2021 um o Grupo de Trabalho para elaboração da legislação municipal para as feiras-livres. O Grupo tinha o intuito de regularizar a situação para um bom funcionamento das feiras juiz-foranas (JUIZ DE FORA, 2021), resultando no Decreto nº 15.426/2022 (JUIZ DE FORA, 2022). Tal decreto dispõe sobre novos parâmetros para a realização de feiras no município e apresenta como novidade a criação da Comissão Permanente de Feiras Livres (CPFL) a ser composta por membros do Poder Executivo, representantes da Empresa de Assistência Técnica e Extensão

Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER) e feirantes – ligados ou não às associações, mas eleitos pelos feirantes.

O trabalho deste grupo e do Executivo resultaram no Decreto nº 15.573/2022, o novo regimento das feiras-livres para Juiz de Fora. Entre as novas medidas apresentadas, a mais relevante diz respeito à distribuição de pontos para a feira-livre. De acordo com o regimento:

Os espaços públicos destinados ao comércio praticado pela atividade das feiras livres serão concedidos aos classificados no edital, na forma de permissão de uso qualificada, outorgada, sem natureza contratual, a título oneroso e por prazo determinado, assegurando-se a participação de todos os interessados mediante processo de seleção (JUIZ DE FORA, 2022).

Esse novo regimento acarretou insatisfação por parte de alguns feirantes, mediante o risco de perderem pontos por não cumprirem os requisitos ou de estarem inadimplentes. Parte dessa insatisfação fez-se presente em nossa atividade de campo e irá aparecer nas respostas dos feirantes à entrevista.

Porém, mesmo com um novo regimento, as bancas da Feira-livre da Avenida Brasil ainda seguem um padrão do Decreto nº 3.253/1985: são organizadas em fileiras paralelas, compostas por um tabuleiro de alumínio de 2m x 0,92m (Figura 4), no qual são dispostos os produtos hortifrutigranjeiros a serem comercializados²². Uma estrutura superior faz a cobertura com um toldo que protege os trabalhadores e os produtos do sol e das intempéries. A parte inferior da frente do balcão deve ser fechada até o chão por uma saia que combina com o toldo e utiliza do mesmo material (JUIZ DE FORA, 1985). Busca-se, ao fechar a parte da frente da banca, proteger os produtos armazenados abaixo dele para fins de reposição e também para evitar possíveis furtos.

²² O Decreto nº 3.253/1985 define, ainda, que para o comércio de aves, flores e salgados, os tabuleiros das barracas não necessitam seguir este padrão. Já o comércio de carnes deve ocorrer em veículos com estruturas frigoríficas com vitrines fechadas. Estrutura semelhante é exigida para a comercialização de pescados: veículo equipado com unidade frigorífica e constantemente refrigerado (JUIZ DE FORA, 1985).

Figura 4 - Padrão de banca adotado nas feiras-livres da SEAPA-PJF, Juiz de Fora – 2022.



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Os produtos a serem comercializados devem estar dispostos sobre o tabuleiro e seus preços precisam estar sempre visíveis, da mesma forma que as balanças utilizadas (Figura 5). Essa padronização, além do apelo estético, provoca um impacto visual de organização, higiene e segurança. Ressaltamos que a padronização que tratamos ainda segue os pressupostos do Decreto nº 3.253/1985, uma vez que a CPFL ainda não se formou e o Regimento Interno das Feiras Livres não está regulamentado.

Através da legislação e da fiscalização, evidencia-se o papel do poder municipal no controle do espaço público e das feiras-livres e, portanto, os trabalhadores devem se submeter a elas para continuarem com suas atividades. Novamente, reforçamos o caráter do Estado na regulação do uso do espaço e no controle dos corpos daqueles que o compõem, neste caso, assumido pela Prefeitura de Juiz de Fora por meio de seus diversos departamentos e normas, corroborando com Santos (2009, p. 152) ao tratar do uso legítimo da força pelo Estado, sendo que “A lei, ou o que toma seu nome, é, por natureza, geral. Assim, uma norma pública age sobre a totalidade das pessoas, das empresas, das instituições e do território”. Destarte, cabe aos trabalhadores pagarem suas licenças ao longo do ano e seguirem os padrões estabelecidos pela legislação. Aliado à norma está a aplicação. O processo de fiscalização desenvolvido nas feiras

assume um caráter de efetivação da supervisão, através do qual se garante que as práticas se enquadrem, em contrapartida, quando muito, oferecem um nível de segurança.

Figura 5 - Barraca da Feira-livre da Avenida Brasil, Juiz de Fora – 2022.



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Constatou-se que a fiscalização realizada pela SEAPA está ao redor dos produtos: conferência dos tipos de produtos comercializados (se coincidem com os autorizados); da padronização: checagem e manutenção da estrutura das bancas no formato pré-estabelecido, conferência da montagem dentro das áreas concedidas e dos horários corretos (até às 07 horas da manhã no caso da Avenida Brasil); verificação da exposição dos preços e balanças utilizadas; e do impedimento de comércio ambulante e desautorizado.

Ademais, a fiscalização responsabiliza-se pela averiguação de reclamações e denúncias quanto aos feirantes e produtos. Observamos que a figura dos fiscais se faz mais presente na Feira-livre da Avenida Brasil do que nas demais feiras-livres, da mesma forma que a presença da guarda municipal e polícia militar (Figura 6). Essas constatações corroboram com Campos e colaboradores (2017), ao apurarem que a insegurança e a falta de policiamento são para os feirantes a maior dificuldade e problema das feiras-livres em Juiz de Fora. Por vezes vivenciam-se situações de insegurança durante o trabalho na feira, principalmente durante a organização e desmontagem das barracas.

Figura 6 - Fiscal e guarda-municipal na Feira-livre da Avenida Brasil, Juiz de Fora – 2019.



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Entretanto, esta convivência dos sujeitos que compõem a feira-livre com o conjunto imposto de regras, posturas e condutas, não é sempre balizada pela submissão. O território usado é marcado pelo choque de interesses e poderes, e os trabalhadores que formam a feira têm se articulado para colocar suas pautas. A criação, em 2019, de uma associação dos feirantes coloca-se como materialização desta articulação. O intuito dos feirantes estava na busca de melhorias das condições de trabalho e o associativismo ofereceu arcabouço e ferramentas para a organização da categoria, culminando na criação da Associação dos Profissionais Produtores e Feirantes de Juiz de Fora (APPROFEIRA).

Essa associação tem atuado na apresentação de demandas dos feirantes frente ao poder público. Um exemplo exitoso é o projeto para a implementação de infraestruturas básicas, como sanitários adequados para a Feira-livre da Avenida Brasil (PORTAL DE NOTÍCIAS, 2021b). Em outro flanco, a associação tem conduzido os feirantes a agirem enquanto grupo. Isso pode ser visualizado nas negociações para a retomada das feiras-livres durante a pandemia de COVID-19, episódio que culminou em manifestação na frente da Câmara Municipal (Figura 7) em rejeição à proposta da Prefeitura de retorno da Feira-livre da Avenida Brasil sem consulta

aos trabalhadores, em espaço ampliado e de modo diferente do proposto pelos associados (TRIBUNA DE MINAS, 2021).

Figura 7 - Feirantes em manifestação na frente da Câmara Municipal de Juiz de Fora - 2021.



Fonte: Tribuna de Minas, 24 maio 2021.

A APPROFEIRA também proporciona aos feirantes a transmissão e divulgação de informações de interesse da categoria por meio de redes sociais, facilitando o acesso e comunicando, de maneira clara, decisões que impactam sua atuação profissional. Posteriormente, retomaremos a discussão acerca do papel da organização e das associações na defesa dos interesses do grupo, dando especial destaque para a necessidade deste tipo de estratégia para a continuidade das feiras-livres. No momento, cabe-nos situar a existência de tal organização como defensora da forma espacial em análise, atuando como contraponto às imposições que atravessam o fazer-feirante (VEDANA, 2013).

Avançando para dentro das barracas, buscamos analisar as entranhas da feira, sua configuração e as técnicas adotadas pelos trabalhadores, caracterizando esta forma comercial e agregando particularidades a este território. O fazer-feirante que trata Vedana (2013) envolve um conjunto de saberes e práticas – socioespaciais –, que atravessam as gerações e os corpos dos sujeitos que trabalham em feiras e agregam traços profundos de sociabilidade e socialidade que dificilmente são encontrados em outras modalidades comerciais. Na Feira-livre da Avenida

Brasil, a organização interna, o cotidiano de trabalho e as estratégias adotadas acarretam nesses traços, promovem laços e reafirmam territorialidades em meio às normas e padronizações.

Nas feiras-livres juiz-foranas, convencionou-se o uso de balanças eletrônicas, mas há ainda feirantes que comercializam seus produtos por meio de outras métricas, algumas pouco convencionais: por unidade, dúzia, litro, bandeja, cuia e até bacia. Outra prática recorrente é a adoção de ofertas, como o popular “um é R\$2,00, três são R\$5,00”, artifício este que é amplamente utilizado para vendas rápidas e em quantidade, calhando em situações de grande concorrência ou no término da feira. Ao se aproximar do encerramento da feira-livre, ocorre a conhecida “hora da xepa”, uma estratégia de redução dos preços adotada pelos feirantes para comercializarem produtos que tiveram uma perda de qualidade ao longo do dia. Mas também para evitar que retornem com grandes quantidades de produtos e por não terem infraestrutura para armazená-los. Pandolfo (1987, p. 28) indica que essas práticas decorrem da “elasticidade dos preços ditada pelo tempo de duração da feira”, o que torna a hora da xepa mais acessível para a aquisição de alimentos por aqueles com menor poder de compra, sendo, inclusive, comum a doação de alguns produtos.

Os feirantes se utilizam também da técnica do arredondamento, da pechincha, do “chorinho” e do desconto, recursos que facilitam a transação comercial e quando bem utilizados fomentam a criação de laços de fidelidade com o freguês através de crédito informal ou subjetivo. Tais recursos constituem parte do saber feirante. De acordo com Lucena e Germano (2016, p.161),

Por mais que sejam utilizados alguns instrumentos como a balança para atingir certa regularidade, é preciso ter noções básicas das proporções do que se vende. É preciso “acertar no peso” ou pelo menos colocar na balança uma quantidade aproximada da pesagem que se espera. Caso contrário, os trâmites se tornariam morosos demais e o comerciante se perderia nos números. Ter noções de proporções, pesos, medidas e qualidade é imprescindível para estabelecer uma venda fluida e rápida.

Quanto à categorização dos feirantes, encontra-se na Feira-livre da Avenida Brasil a presença de feirantes não produtores e feirantes produtores (CAMPOS et al., 2017). Os primeiros, feirantes não produtores, para comercializar, adquirem a produção de terceiros: diretamente de produtores, de atravessadores, do atacado ou nos centros de abastecimento²³.

²³As centrais de abastecimento, populares CEASAs, são entrepostos logísticos de grande relevância para a distribuição e comercialização de hortifrutis no Brasil. Juiz de Fora conta com uma unidade do Ceasa Minas inaugurada em 1979 no bairro Santa Cruz, ao lado da BR040.

Percebemos que esses feirantes estão mais ligados à comercialização de alimentos com maior valor agregado ou comercializados em grande quantidade, como frutas e legumes, muitos destes produzidos distantes de Juiz de Fora e em grande maioria frutos da agricultura familiar. Também é comum deste perfil a participação em maior número de feiras na cidade, uma vez que não demandam de tempo livre e/ou propriedade para cultivar os produtos e assumem a feira como sua principal atividade.

Já os feirantes produtores são capazes de produzir em suas propriedades a totalidade ou grande parte dos produtos que comercializam. Por sua vez, estão muito ligados a comercialização de hortaliças, ovos e processados, como queijos frescos, pães e doces caseiros, visto que requerem um maior frescor e uma cadeia de distribuição mais curta. Esse tipo de feirante se enquadra, na maior parte das vezes, como agricultor ou produtor familiar, demonstrando o papel das feiras-livres na distribuição da produção familiar e local (PEREIRA; BRITO; PEREIRA, 2017). Em razão da lida com a terra, estes participam de uma menor quantidade de feiras semanalmente. Quando isso não ocorre, verifica-se a divisão do trabalho familiar para desempenharem a produção e comercialização. A Feira-livre da Avenida Brasil é a que reúne maior número de feirantes produtores na cidade de Juiz de Fora (NOCELLI, 2017). Entendemos que isso ocorre por conta dessa feira ser dominical, ser a mais tradicional do município e por contar com o maior volume de consumidores e de vendas.

Outro fato relevante e que confere singularidade à nossa personagem é que paralelamente à feira-livre dominical de hortifrutigranjeiros, na margem direita do Rio Paraibuna, acontece a Feira da Pechincha. Uma outra forma espacial, que pelo fato de ocorrer em paralelo, agrega particularidades, cargas simbólicas e atraem usuários que transitam em ambas. Esta feira paralela é caracterizada pelo comércio de produtos novos ou velhos de baixo valor de mercado, peças, refugos, roupas, bijuterias e antiguidades, atraindo uma grande massa de frequentadores, principalmente de baixa renda. Essa feira passa atualmente por um processo de regularização efetuado pela Prefeitura de Juiz de Fora (PORTAL DE NOTÍCIAS, 2021c), mas até então era enquadrada como uma feira de caráter informal. Segundo exposição de Brugger (2014a, p. 909), “a feira informal que acontece na Avenida Brasil tornou-se um lugar da obsolescência, pois os produtos vendidos é fruto [sic] da decadência de produtos manufaturados, que ocorre ao longo do processo industrial do país”.

A Feira da Pechincha, segundo a mesma autora, conforma um acontecimento particular de Juiz de Fora e também um de seus marcos culturais, “uma vez que não encontramos outra expressão comercial parecido na Zona da Mata Mineira, pode-se dizer que

há um encontro entre a informalidade, exclusão e cultura” (BRUGGER, 2014a, p. 909). Essa vizinha colabora para que a Avenida Brasil, nas manhãs de domingo, torne-se *locus* de relações comerciais e não-comerciais. Essas particularidades agregadas, não são encontradas em outras feiras-livres do município.

No intuito de encerrar este capítulo, não poderíamos deixar de lado a interrupção temporária e posterior retomada da Feira-livre da Avenida Brasil em decorrência da pandemia de COVID-19, que se espalhou pelo mundo a partir de 2020. Constatamos que este foi o primeiro episódio de suspensão prolongada da feira dominical em Juiz de Fora.

A COVID-19 é uma doença respiratória causada pelo coronavírus SARS-COV-2. Por se tratar de um vírus transmitido principalmente por meio do ar, foram necessárias medidas de distanciamento social, isolamento e *lockdowns*. Nesse contexto, recomendou-se que atividades que gerassem grande circulação de pessoas ou aglomerações fossem suspensas. Segundo Nocelli (2017), em Juiz de Fora, as feiras geridas pela Prefeitura movimentavam por volta de 100 mil pessoas mensalmente. Somente na Feira-livre da Avenida Brasil circulavam, em 2017, cerca de 15 mil pessoas por dia (NOCELLI, 2017). Dessa maneira, visando atender tais recomendações, as feiras-livres da Avenida Brasil e da Praça Antônio Carlos foram suspensas em 18 de março de 2020 por meio do Decreto Executivo 13.894/2020, de modo que as demais feiras-livres necessitaram adequar-se à situação.

Art. 5º Quanto aos serviços públicos ficam suspensos, por prazo indeterminado: [...] X - a feira-livre noturna, realizada às quartas-feiras na Praça Antônio Carlos, bem como aquela realizada, aos domingos, na Avenida Brasil, tendo em vista o seu **caráter de entretenimento** e de aglomeração de pessoas. [...] § 4º As demais feiras-livres previamente autorizadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Agropecuária - SEDETA, através do seu Departamento de Abastecimento - DABA, ficam mantidas tendo em vista o seu **caráter de abastecimento**, conquanto observem: I - nos locais de entrada e saída das feiras-livres sinalização com cavaletes contendo orientações quanto ao distanciamento social, profilaxia dos alimentos e medidas de higienização dos usuários; II - a adoção pelos feirantes de práticas profiláticas tais como: a) utilização de luvas; b) higienização dos produtos após aquisição no CEASA; c) manutenção do distanciamento de no mínimo 01 (um) metro entre as barracas, bem como dos consumidores e fornecedores. III - proibição de comercialização de alimentação no local, como pastéis, bebidas, lanches e congêneres, como medida de evitar aglomeração no local. (JUIZ DE FORA, 2020a, grifo nosso).

A designação das duas feiras-livres como de caráter de entretenimento e não de abastecimento, seguida de suas sucessivas suspensões, gerou mobilização dos feirantes junto a APPROFEIRA. Mas, mesmo sob pressão, as duas feiras só foram enquadradas como de caráter

de abastecimento e autorizadas a retornarem em 28 de agosto de 2020 de maneira adaptada à situação de pandemia (JUIZ DE FORA, 2020b), sendo novamente interrompidas em 23 de dezembro de 2020 com uma nova alta de casos de infecção (JUIZ DE FORA, 2020c). A Feira-livre da Avenida Brasil somente retorna às atividades em 30 de maio de 2021 (TRIBUNA DE MINAS, 2021), ocorrendo de maneira adaptada por meio de medidas de segurança individuais e coletivas, como a exigência de uso de máscaras, álcool em gel, distanciamento entre as barracas, corredores largos e barracas com tamanho reduzido (Figura 8).

Figura 8 - Maior espaço entre as bancas e corredores mais largos – Feira-livre da Avenida Brasil, Juiz de Fora – 2020.



Fonte: Arquivo pessoal (2020).

A Prefeitura também efetuou, nas feiras, ações de conscientização e fiscalização a respeito dos protocolos sanitários e da necessidade da manutenção de cuidado para com novos surtos da doença (TRIBUNA DE MINAS, 2020). Outra atitude regulatória executada em caráter experimental (PORTAL DE NOTÍCIAS, 2021a) foi a ampliação do espaço na avenida para a realização da feira, de modo que as bancas ficassem dispostas com maior distância umas das outras, resultando no último deslocamento tratado no tópico anterior.

O impasse entre a Prefeitura e a APPROFEIRA, quanto à mudança de local da Feira-livre da Avenida Brasil em decorrência da pandemia, revela-se como um exemplo das disputas desenroladas quanto ao acesso e uso do espaço. Episódios como este exibem uma disputa de

poder pelo uso da avenida e pela ocorrência da feira-livre, o conflito mostra-se novamente como característico do território usado. Refletir acerca do conteúdo territorial da Feira-livre da Avenida Brasil por meio das práticas existentes nas feiras está colocado como um de nossos objetivos.

Em exercício de retomada da elaboração realizada, faz-se perceptível o papel das feiras-livres na geração de trabalho, permitindo a entrada e reintrodução de trabalhadores ao mercado de trabalho, mesmo que informalmente e, além disso, possibilitando que outros muitos possam adquirir meios básicos a sua subsistência. Em momentos de grande índice de insegurança alimentar e de precarização do emprego, as feiras-livres se fazem oportunidade, evidenciando a continuidade de sua relevância social. Reafirmam o papel social de abastecimento e se fortalecem territorialmente por meio de articulações políticas, ampliação do poder decorrente da necessidade de sobrevivência e dos laços (re)afirmados com o Estado e com a sociedade – em especial o proletariado.

De acordo com o *Atlas das situações alimentares no Brasil* (RIBEIRO JUNIOR et al., 2021), a situação vivida até o pós-pandemia marcou-se por um aumento da fome e risco de fome, uma inversão do que ocorreu no período entre 2004 e 2013 e que foi ainda mais agravada pela da crise decorrente da pandemia de COVID-19 e pela trágica política econômica e social do Governo Federal entre os anos de 2016-2022. Refletindo acerca da ampliação do quadro de insegurança alimentar no Brasil contemporâneo, Pinheiro e colaboradores (2022, p. 17), indicam que:

As consequências da pandemia refletem na aquisição de alimentos da população, o qual passam [sic] de uma alimentação variada em alimentos e nutrientes, para alimentos mais baratos e ultraprocessados. Este fato atingiu com mais intensidade aqueles que já viviam em situação de insegurança, porém com a alta do desemprego somado ao aumento no preço dos alimentos, pessoas que antes não viviam com esse receio passaram a conviver com esse risco. Isso tem associação com as medidas de contenção social, o qual afetaram sobretudo a cadeia produtiva e o escoamento da produção, afetando os produtores.

Essas condições de pauperização se materializam em Juiz de Fora e atravessam a feira, convocando-a a assumir seu papel histórico. A suspensão das feiras-livres, principalmente a da Avenida Brasil, colaborou, em algum grau, para o quadro de insegurança alimentar. O movimento para que as feiras-livres da Avenida Brasil e da Praça Antônio Carlos fossem retomadas e novamente enquadradas como formas de abastecimento, para além das suas funções como meios de geração de renda e entretenimento, vão de encontro, em choque, ao

quadro relatado. Por princípio, são formas que oferecem alimentos *in natura* e a preços acessíveis e, por vezes, prestam um apoio assistencial com a doação de alimentos.

Por ora, podemos entender que a feira-livre dominical, outrora semente, que culminou na hoje conhecida Feira-livre da Avenida Brasil, representa parte importante da história e da geografia juiz-forana. Da mesma forma que as feiras-livres são construções sociais marcantes para a humanidade, uma vez que atravessam milênios, encontram-se em todos os continentes, revelam traços culturais, situam-se na interface rural-urbano, moderno-ancestral e rigidez-liberdade. Concordamos com Menezes (2005, p. 40-41) ao afirmar que “no seu âmago a feira retém algo de valioso, revela os extremos da urbe moderna, ao mesmo tempo em que cultiva velhos hábitos autenticamente preservados”. Por meio da análise desta forma espacial, torna-se possível transparecer relações por vezes veladas, evidenciando que o espaço não é inerte e passivo e aqueles que o (re)produzem são muito menos.

Por entre as múltiplas escalas espaços-temporais que exploramos neste capítulo, enveredamos pelo mais antigo traço comercial humano, pelo germen das feiras na Europa, na Ásia e nas feiras do gado no Nordeste brasileiro. Passamos pelo controle dos corpos no Rio de Janeiro de Pereira Passos e em São Paulo. Ao fim, vertemos na florescente e contraditória Manchester Mineira, *locus* da marcante Feira-livre da Avenida Brasil, outrora simplesmente feira-livre dominical. Acreditamos que devido ao caminho, as ruas e as avenidas percorridos, torna-se admissível indicar possíveis respostas para a nossa questão fundante, entendendo como a feira-livre, mesmo passando por um processo de perda de espaço, consegue permanecer na contemporaneidade.

Ao refletir sobre os usos da feira-livre dominical em Juiz de Fora, fomos capazes de compreender aspectos dos usos pretéritos, usos que ficaram para trás, mas que continuam a ocorrer na atualidade, todos relacionados e decorrentes da função da criação dessa forma socioespacial. A função de abastecimento do proletariado urbano de gêneros alimentícios *in natura* a preços acessíveis permanece a ditar a ocorrência da feira-livre dominical, hoje Feira-livre da Avenida Brasil.

Pensar as feiras como território usado é fundamental para compreendermos que a continuidade destas não está garantida sem a resistência dos que agregam ações a esta forma-conteúdo. Analisar o que percebem estes sujeitos e como agem é o que faremos no desenrolar do capítulo seguinte.

3. “CIDADE SEM FEIRA NÃO PODE”²⁴: o território usado da Feira-livre da Avenida Brasil

Compreendemos a feira-livre como território usado. Um objeto composto por armações metálicas, lona, plástico e rua. Envolto pela ação daqueles sujeitos que a levantam, que a dominam, que por vezes gritam jargões e que fazem deste objeto espaço de trabalho e reprodução da vida, forma-conteúdo, juntamente com outros que por entre os objetos passeiam, observam e consomem.

Ao partir dessa compreensão propomos nesta parcela do trabalho avaliar o conteúdo territorial da Feira-livre da Avenida Brasil, buscando entender a organização dos sujeitos feirantes envolvidos nesta feira e apontar o papel das feiras-livres para o abastecimento da população de bens de primeira necessidade. Para isso enveredamos nas manhãs juiz-foranas por entre barracas, alimentos, relações e pessoas, onde dados e observações foram registrados e serão expostos e analisados a partir dos alicerces já edificados.

3.1 O caminho às margens do Paraibuna

No intuito de atingir os objetivos apontados anteriormente, adotamos nas atividades de campo investigações quantitativo-descritiva de verificação de hipótese (MARCONI; LAKATOS, 2003). Optamos pela realização de um diálogo a partir de entrevistas estruturadas com feirantes e consumidores (Apêndice 1 e 2). Nessa conversa, buscamos compreender o perfil destas e destes trabalhadores, sua percepção das ferramentas e das entidades organizadoras da sua categoria e das feiras-livres, além das relações que seu trabalho estabelece com o espaço. Já na entrevista com os consumidores, planejamos entender o perfil de consumo destes sujeitos e sua percepção quanto ao espaço e a feira-livre. Por fim, para compreender o mecanismo de realização, regulação e representação dos atores na feira, aplicamos entrevista com a direção da entidade representativa dos feirantes, a APPROFEIRA.

²⁴ Adotaremos na titulação do capítulo e de tópicos desta parcela do texto algumas das frases ditas por entrevistados ou jargões das feiras brasileiras, que poderão ser identificados entre aspas.

Nas incursões a campo também adotamos técnicas de observação sistemática e investigação explanatória, nas quais, em concordância com Marconi e Lakatos (2003, p. 188) “obtem-se frequentemente descrições tanto quantitativas quanto qualitativas do objeto de estudo, e o investigador deve conceituar as inter-relações entre as propriedades do fenômeno, fato ou ambiente observado”. Desse modo, procuramos através da presença na feira observar e registrar fatos e detalhes antes não documentados, os quais encabeçam parte do corpo fotográfico da pesquisa e das explicações textuais acerca da feira.

A Feira-livre da Avenida Brasil conta com 264 feirantes cadastrados (JUIZ DE FORA, 2022). Desse universo, uma amostra aleatória de 28 feirantes foi selecionada para aplicação de entrevistas, correspondendo a aproximadamente 10,6% do total. Essa opção partiu da impossibilidade de pesquisar todo o grupo de feirantes da Feira-livre da Avenida Brasil em razão da pandemia e posteriormente de escassez de tempo (MARCONI; LAKATOS, 2003). Da mesma forma, optamos por efetuar uma amostragem de consumidores. Um total de 54 pessoas que frequentavam a Feira-livre da Avenida Brasil no momento da realização das entrevistas foram convidados a participar. A amostragem se deu pela correspondência direta com total de habitantes de Juiz de Fora, 540.756 habitantes (IBGE, 2022), uma amostra de aproximadamente 0,01% da população residente. Faz-se importante frisar que as entrevistas estruturadas foram anônimas e que aos entrevistados, foi apresentado o escopo desta pesquisa.

Pensando na não interrupção do trabalho dos feirantes, inicialmente optaríamos por entregar os questionários durante a feira e, posteriormente, os coletaríamos com as respostas. Porém, na realização do campo piloto (pré-teste), alguns feirantes apontaram problemas: afirmaram que teriam dificuldade quanto a perda do questionário e a falta de tempo para redigir as respostas. Esta dificuldade já é estabelecida por Marconi e Lakatos (2003) como uma desvantagem para o uso de questionários, uma vez que pequena porcentagem volta, muitas perguntas podem retornar sem respostas, ou ainda podem ser devolvidos fora do prazo estipulado.

Com o intuito de evitar as desvantagens listadas anteriormente, optamos pela aplicação do teste em formato de entrevista estruturada, onde conduzimos as perguntas e registramos textualmente as respostas dos feirantes. Para driblar a interrupção do trabalho e evitar a negativa de resposta, optamos por abordá-los na Feira-livre da Avenida Brasil, dispondo a opção de serem entrevistados durante a semana, em feiras-livres com menor circulação de pessoas, pois haveria mais disponibilidade dos feirantes. Desse modo, as 28 entrevistas foram efetuadas no

período de 08 a 13 de julho de 2023, sendo 11 dessas durante a Feira-livre da Avenida Brasil e as demais em outras feiras ao longo da semana.

As entrevistas estruturadas com consumidores foram realizadas no domingo, dia 09 de julho de 2023, no período das 08 às 12 horas e 39 minutos, com colaboração de uma equipe de pesquisadores acadêmicos. As questões de ambas as entrevistas foram organizadas em blocos temáticos em via de atender indagações de nosso trabalho. Essas questões podem ser consultadas nos Apêndices 1 e 2.

Com a direção da APPROFEIRA, realizamos uma entrevista semiestruturada. A entrevista ocorreu presencialmente em uma feira-livre durante a semana, momento de menor fluxo de consumidores comparado a domingo na Avenida Brasil. Tal opção permitiu um longo diálogo, que foi registrado textualmente. Esses registros serão expostos ao longo do texto.

Os dados obtidos nas entrevistas com consumidores e feirantes foram posteriormente repassados para formulários na ferramenta *Google Forms*, uma vez que em campo utilizamos de testes impressos. Essa ferramenta, dentre suas funções, organiza e tabula as respostas, tanto de perguntas abertas, quanto fechadas ou múltipla escolha e produz representações visuais dos dados em formato gráfico, facilitando a análises iniciais. Funções que, de acordo com Mota (2019), proporcionam resultado quantitativo de forma organizada e prática, beneficiando a execução de análises quantitativas e qualitativas dos dados.

A exposição dos resultados das incursões a campo encontra-se dispostas nos tópicos seguintes. Conjuntamente, procuramos tecer uma análise visando executar uma amarração entre os dados levantados e as discussões promovidas até então. Conforme se dispõem frutas as bancas para o consumo, esperamos que os leitores apreciem os resultados de nossa empreitada.

3.2 “Pode chegar que aqui tem coisa boa”: resultados e apontamentos

O território usado é composto por objetos e ações (SANTOS, 2005). Anteriormente, dialogamos sobre esses objetos sem deixar as ações de lado, porém, centrando na forma, especialmente nos objetos que compõem a feira-livre. De acordo com Santos (2005), os objetos são criados para promover a fluidez das relações, especialmente as econômicas. A feira-livre, enquanto conjunto de objetos, está disposta como uma estrutura promotora de relações

comerciais. Entretanto, tais objetos só funcionam a partir das ações humanas. Nos cabe entender quem são os sujeitos que engendram vida e dão sentido a esses objetos, convergindo a forma em forma-conteúdo.

Os feirantes são os primeiros a chegarem à Avenida Brasil para a realização da feira dominical de hortifrutigranjeiros²⁵. São esses sujeitos que promovem a “estratégia metamorfósica” das feiras-livres (MENEZES, 2005) e que conferem a plasticidade à rua, tornando-a viva, ainda que temporariamente. “Aquele espaço, que antes era deserto, violento e sem atrativo, assume outras características em dias de feira com sua balbúrdia” (SANTOS et al., 2020, p. 52). Começamos pelo perfil desses trabalhadores e, em seguida, traçaremos uma exposição dos resultados observados com base nos dados coletados com os entrevistados.

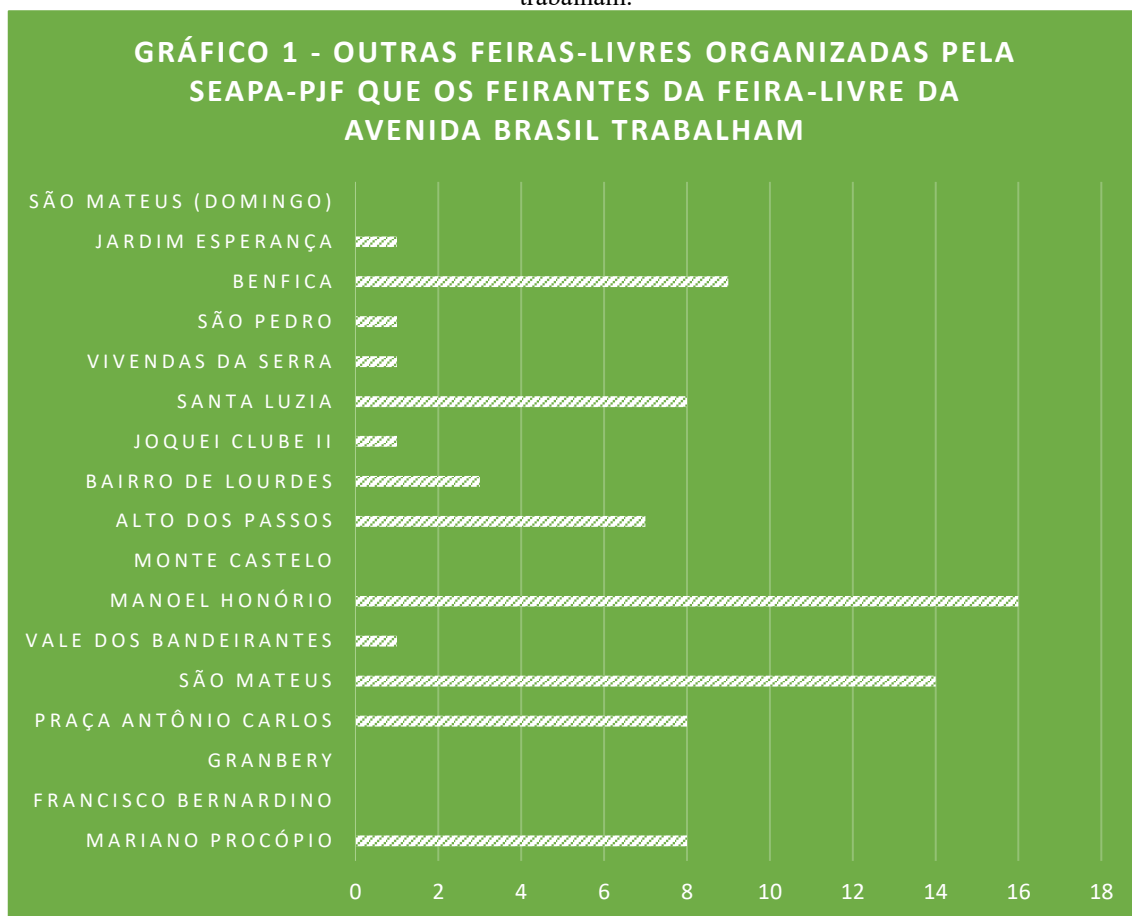
Dos feirantes entrevistados, dois (7,1%) são novatos e trabalham na feira há menos de 5 anos; nove (31,9%) trabalham de 5 a 15 anos; quatro (14%) trabalham de 15 a 25 anos; e treze (47%) trabalham na feira-livre dominical há mais de 25 anos, sendo que destes, um atua como feirante há 60 anos. Metade possui uma barraca formada por dois pontos comerciais; um total de quatorze feirantes entrevistados (50%) apresentaram essa resposta. Outros seis feirantes (21,4%) possuem apenas um ponto na Feira-livre da Avenida Brasil; dois (7,1%) possuem três pontos, cinco (17,9%) possuem quatro pontos; e um feirante entrevistado (3,6%) indicou que conta com oito pontos para comercializar na feira dominical.

As feiras-livres são a principal forma de geração de renda para muitos trabalhadores, sejam feirantes ou ajudantes informais. Em Juiz de Fora, nossas constatações corroboram com o verificado por Campos e colaboradores (2017) em pesquisa realizada com 100 feirantes do município, onde mais da metade dos entrevistados afirmou que têm as feiras-livres juiz-foranas como a única fonte de renda.

Dos entrevistados, vinte e seis (92,9%) indicaram que têm a feira-livre como a sua principal fonte de renda. Apenas cinco (17,9%) trabalham exclusivamente na Feira-Livre da Avenida Brasil; os demais (82,1%) atuam em outras feiras-livres organizadas pela SEAPA-PJF, que ocorrem durante a semana, conforme Gráfico 1.

²⁵ Um feirante entrevistado mencionou que chega com seu carro às margens do Paraibuna ainda na noite de sábado para aguardear no seu ponto para a feira.

Gráfico 1 - Outras feiras-livres organizadas pela SEAPA-PJF que os Feirantes da feira-livre da Avenida Brasil trabalham.



Fonte: Entrevista realizada pelo autor em trabalho de campo (2023).

Dos feirantes entrevistados, apenas três (10,7%) indicaram possuir outro ponto comercial de hortifrutigranjeiros além da feira. Quando questionados sobre a contribuição da Feira-livre da Avenida Brasil na renda, um (3,7%) afirmou que a Feira-Livre da Avenida Brasil contribui com menos de 10% de sua renda; oito (29,6%) que corresponde ao intervalo de 10% a 24% da renda; onze (40,7%) ao intervalo de 25% a 49% da renda; quatro (14,8%) no intervalo de 50% a 74%; e apenas três entrevistados (11,1%) indicaram que a Feira-livre da Avenida Brasil corresponde de 75% a 100% de sua fonte de renda.

Em relação à escolaridade, dos 28 feirantes entrevistados, um (3,6%) indicou possuir ensino fundamental incompleto; nove (32,1%) possuem ensino fundamental completo; um (3,6%) possui ensino médio incompleto; treze (46,4%) indicaram possuir ensino médio completo; dois (7,1%) possuem ensino superior incompleto; e dois (7,1%) possuem ensino superior completo.

Quanto ao trabalho e à estrutura de organização, quatorze feirantes (50%) afirmaram que são produtores rurais, dos quais dez têm suas produções em Juiz de Fora e o restante em

municípios circunvizinhos (um em Chácara-MG e três em Matias Barbosa). Os outros quatorze (50%) declararam que não são produtores rurais. Dentro deste grupo de não produtores rurais, podemos destacar aqueles que atuam como revendedores, adquirindo seus produtos no CEASA ou em centros de distribuição hortifrutigrangeiros da região, como Teresópolis (RJ), além dos que obtêm diretamente com produtores rurais da região de Juiz de Fora. Entre o grupo de não produtores, também há os que processam e produzem em casa seus produtos como bolos, biscoitos e geleias.

Quando questionados se trabalham na Feira-livre da Avenida Brasil sozinhos; cinco feirantes (17,9%) indicaram que sim; enquanto vinte e três (82,1%) afirmaram que não, e contam com alguma colaboração. Em relação aos colaboradores; quatorze feirantes entrevistados (58,3%) indicaram que têm apenas um colaborador na feira; três (12,5%) afirmaram contar com dois trabalhadores; enquanto dois (8,3%) mencionaram ter três trabalhadores auxiliando; e cinco (20,8%) afirmaram contar com quatro trabalhadores atuando nas suas barracas na feira dominical. Vale destacar que um dos entrevistados inicialmente afirmou trabalhar sozinho, mas na sequência se contradisse e indicou contar com quatro trabalhadores feirantes na condução de sua barraca.

Dentre esses colaboradores, vinte feirantes entrevistados (71,4%) mencionaram empregar seus familiares; quatro (14,2%) afirmaram que seus colaboradores não são familiares; e um (3,5%) alega que conta tanto com colaboradores familiares quanto não familiares. Ao questionarmos se esses trabalhadores possuem registro trabalhista, somente três entrevistados (12,5%) apontaram que todos os seus colaboradores são registrados; dois (8,3%) indicaram que ao menos um trabalhador é registrado. Além disso, dezenove feirantes (79,2%) afirmaram que os trabalhadores que auxiliam em suas barracas não possuem registro trabalhista. Na mesma linha, indagamos sobre a existência de algum acordo informal de trabalho. Neste caso, vinte e dois entrevistados (95,6%) confirmaram que existe acordo de trabalho informal e um (4,4%) apontou que não existe nenhum acordo de trabalho com seus eventuais colaboradores.

O trabalho na Feira-livre da Avenida Brasil é marcado pela atuação familiar, com as barracas conduzidas principalmente por homens. Campos e seus colaboradores (2017) traçaram um panorama socioeconômico e demográfico dos feirantes que atuam em Juiz de Fora:

O perfil dos feirantes das feiras livres de Juiz de Fora é representado por homens de meia idade, casados, com escolaridade até o ensino fundamental ou médio e que atuam nas feiras há mais de uma década. As feiras têm caráter familiar e são, por vezes, os únicos meios para obtenção do sustento ou

complemento da renda através da comercialização majoritária de vegetais frescos (CAMPOS et al., 2017, p. 252).

De modo geral, o feirante atua com a ajuda de algum parente, nota-se inclusive a presença de crianças auxiliando nas bancas. Sobre o trabalho infantil²⁶ nas feiras-livres, Menezes (2005, p. 112) afirma que

tem uma dupla função segundo os feirantes, de que primeiro, as crianças estão trabalhando na feira para aprenderem desde cedo o ofício dos adultos, ou seja, quando crescerem serem também feirantes, e segundo que os filhos representam a força de trabalho auxiliar a sobrevivência da família.

Acrescentamos que a adoção dessa força de trabalho se dá por ser mais barata, já que não conta com o peso de encargos e leis trabalhistas, e por envolver laços de confiança. Mas mesmo quando planejada, a continuidade do ofício não é garantida. O emprego do trabalho familiar pode decorrer da preocupação com a herança de um ofício familiar (SATO, 2007; VEDANA, 2013), mas também deriva das condições estruturais de precariedade de trabalho e emprego em outros setores do mercado de trabalho, tendo na transmissão do ofício para os filhos uma garantia quase automática e segura de geração de renda.

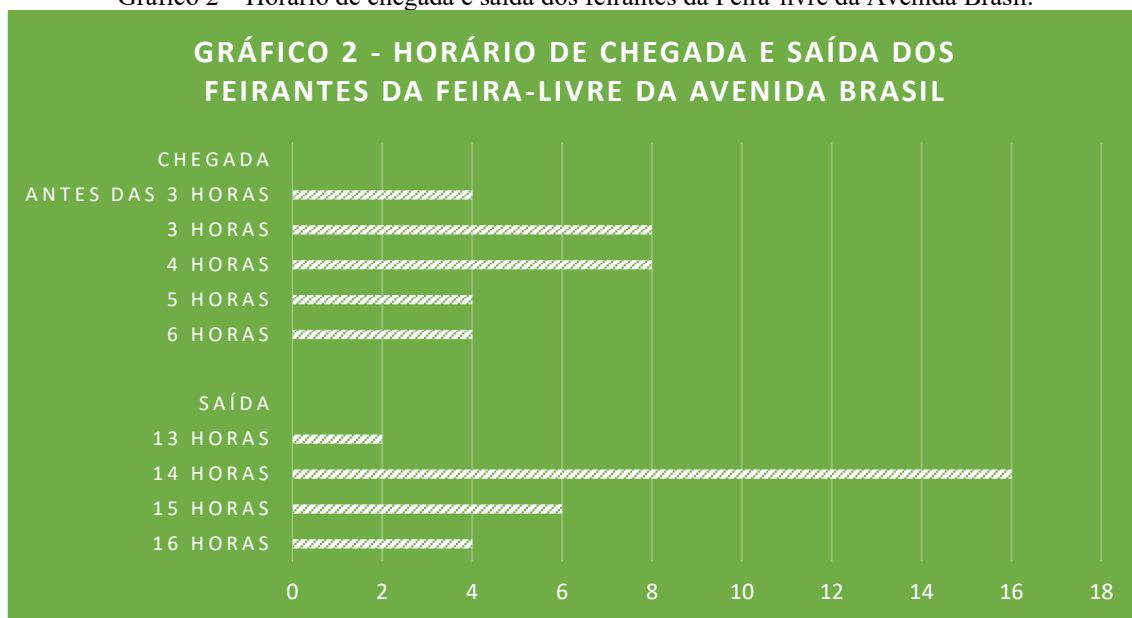
Pudemos observar que as relações de trabalho informais são grande maioria nas feiras-livres juiz-foranas. Em nossa vivência, poucos foram os relatos de trabalhadores formais contratados para auxiliarem na lida nas barracas. Este trabalhador informal recebe uma diária ou pagamento semanal pelo serviço prestado, mas não lhes é garantido nenhum direito trabalhista. Situação esta que se aprofunda atualmente devido aos altos índices de desemprego formal, forçando mais pessoas a se enquadrarem à informalidade, recorrendo, entre outras alternativas, às feiras (ALVES; ALMEIDA, 2012; PAMPLONA, 2013; SILVA JÚNIOR, 2019).

Tratando sobre a organização da Feira-livre da Avenida Brasil, questionamos os feirantes sobre a hora que chegam e iniciam a montagem de suas barracas, bem como o momento em que conseguem recolher tudo e se retirar da avenida. O Gráfico 2 apresenta as respostas para essas indagações. Tais respostas evidenciam que a feira ocorre para além do horário estabelecido pela SEAPA-PJF (07 às 13 horas). Conforme indicado por vários feirantes,

²⁶ Salientamos que apesar de nos posicionarmos em defesa da manutenção das feiras-livres, nos opomos veementemente ao trabalho infantil e ao apresentarmos esta problemática presente nas feiras-livres juiz-foranas, buscamos que esta pesquisa seja instrumento para o combate e erradicação desta prática.

o trabalho se estende espaço-temporalmente para antes e depois da avenida e dos horários determinados pelo Poder Público. A feira de um dia só acontece mediante a organização dos produtos e equipamentos em dias anteriores com colheita, compras e negociações.

Gráfico 2 – Horário de chegada e saída dos feirantes da Feira-livre da Avenida Brasil.



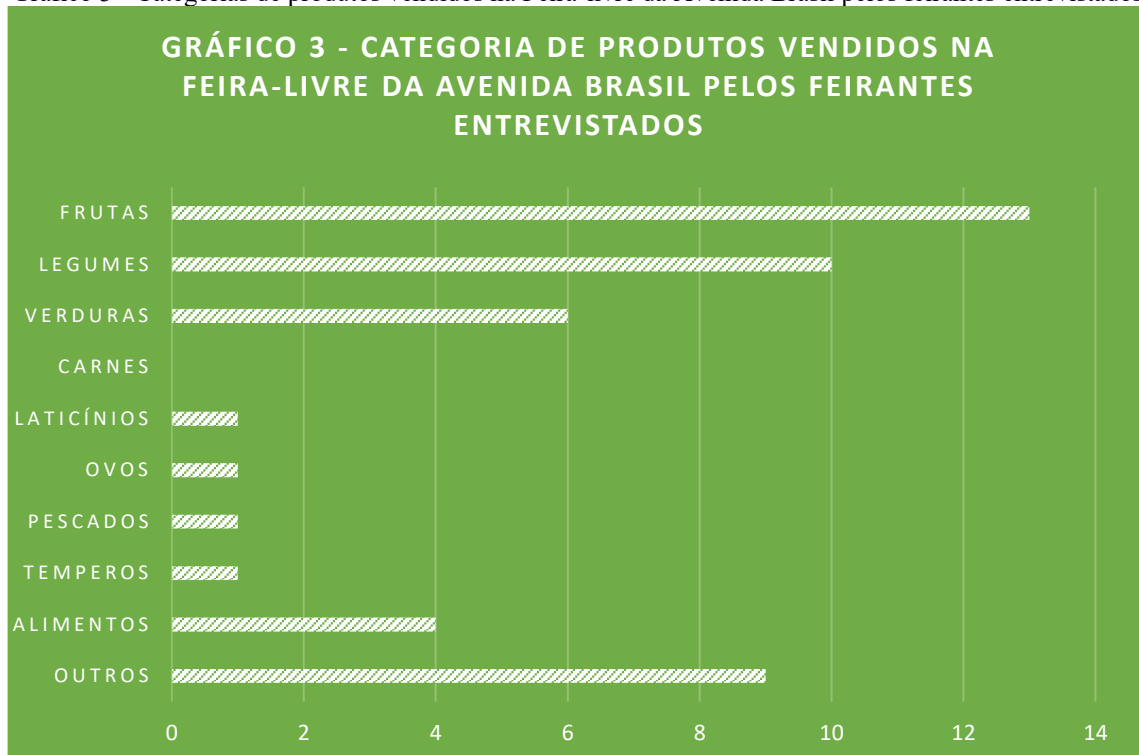
Fonte: Entrevista realizada pelo autor em trabalho de campo (2023).

Quando se tratou da variedade de produtos comercializados na Feira-livre da Avenida Brasil, constatou-se que a maioria dos feirantes (64,2%) comercializa frutas, legumes e verduras. Em treze barracas dos entrevistados é possível comprar frutas, em dez encontram-se legumes e em seis barracas é possível encontrar verduras (Gráfico 3). A categoria “alimentos” refere-se a alimentos prontos para o consumo como pasteis, espetos de carne, tapiocas e bebidas, os quais podem ser encontrados em quatro barracas dos entrevistados. Já laticínios podem ser comprados em apenas uma barraca de entrevistados, assim como ovos, pescados e temperos. Sob a categoria “outros”, observam-se itens como plantas ornamentais, mudas, substrato para plantas, mel e derivados, pó de café, condimentos e produtos naturais, além de grãos e cereais comercializados a granel.

Destaca-se, assim, que esses alimentos são encontrados em menor quantidade na Feira-livre da Avenida Brasil, reafirmando a maior propensão dessa forma espacial mercar produtos hortifrutícolas. Cabe mencionar que nenhum dos entrevistados indicou comercializar carne *in natura*. Além disso, mostrou-se comum nas barracas a comercialização de mais de um tipo de produto, em que apenas onze entrevistados (39,3%) comercializam uma única categoria de produto, enquanto os outros dezessete (60,7%) oferecem mais de um tipo. A maior ocorrência

é de barracas que vendem frutas e legumes (14,3%) e legumes e verduras (14,3%). É importante ressaltar que é necessária uma autorização da SEAPA-PJF para que os feirantes comercializem os produtos e que o controle desse aspecto é um dos papéis da fiscalização.

Gráfico 3 - Categorias de produtos vendidos na Feira-livre da Avenida Brasil pelos feirantes entrevistados.

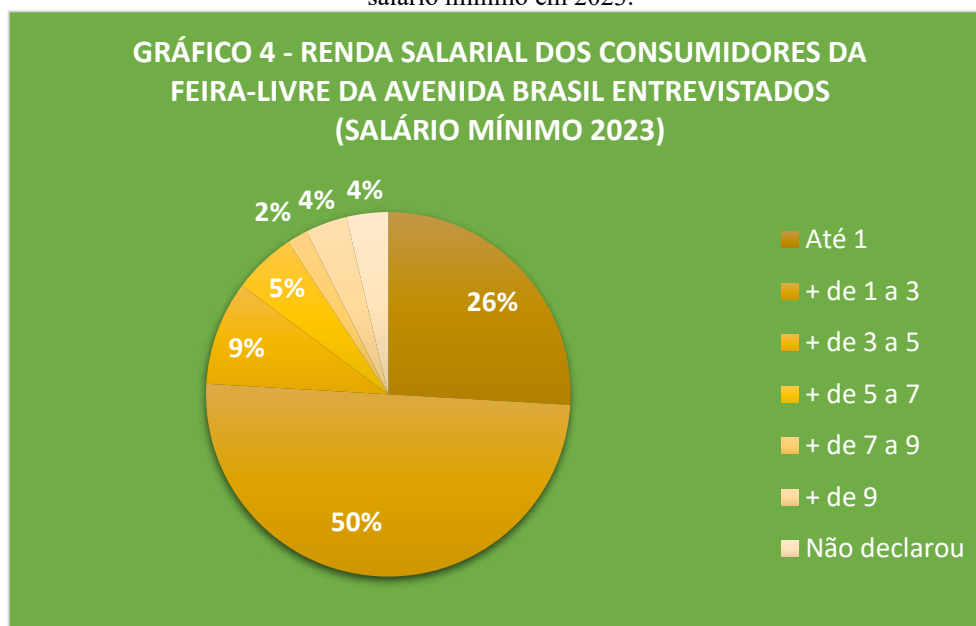


Fonte: Entrevista realizada pelo autor em trabalho de campo (2023).

Se de um lado temos aqueles que vendem, do outro estão aqueles que compram. Após termos delineado os traços do perfil dos feirantes com base em alguns dados coletados em campo, iremos agora para o “lado de fora” das barracas, traçando o perfil dos outros atores que usam desse território, assim dizendo, os consumidores.

Ao questionarmos os consumidores sobre suas rendas, conseguimos traçar o perfil socioeconômico. Entre eles, quarenta e um entrevistados (75,9%) afirmaram ter uma renda de até três salários mínimos, sendo que desses, quatorze (26,9%) contam com até um salário mínimo. O perfil geral de renda mensal dos consumidores entrevistados pode ser observado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Renda salarial dos consumidores da Feira-Livre da Avenida Brasil entrevistados de acordo com salário mínimo em 2023.



Fonte: Entrevista realizada pelo autor em trabalho de campo (2023).

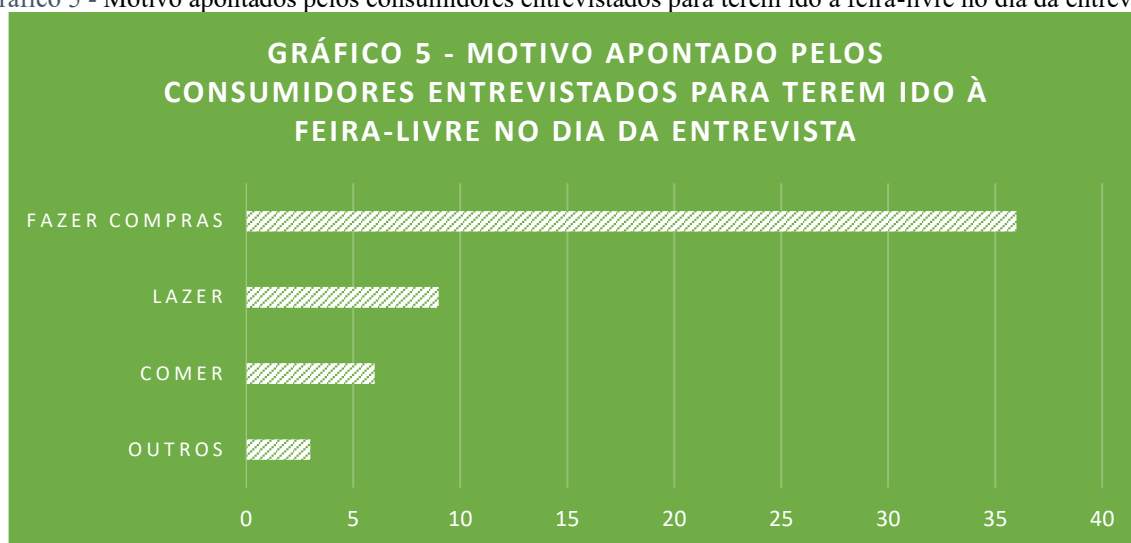
Em relação à escolaridade, dos 55 consumidores entrevistados, seis (11,1%) possuem ensino fundamental incompleto; seis (11,1%) apontaram possuir ensino fundamental completo; um (1,9%) possui ensino médio incompleto; dezesseis entrevistados (29,6%) indicaram ter ensino médio completo; seis (11,1%) possuem ensino superior incompleto; treze (24,1%) possuem ensino superior completo; e seis consumidores entrevistados (11,1%) indicaram possuir pós-graduação.

No que diz respeito à frequência de visitas à Feira-livre da Avenida Brasil, vinte e um dos consumidores entrevistados (38,9%) afirmaram que a frequentam semanalmente; outros dezessete (31,5%) a visitam quinzenalmente; quatro (7,4%) comparecem mensalmente; onze (20,4%) a frequentam esporadicamente nos domingos de feira; e um entrevistado (1,9%) mencionou que estava visitando a feira-livre pela primeira vez. Os dados indicam uma frequência regular desses consumidores na feira-livre, fato que se relaciona aos motivos que os levaram à feira.

Os dados presentes no Gráfico 5 reforçam a percepção dos consumidores de que a feira-livre desempenha um papel essencial como espaço de abastecimento. Dentro desse grupo, trinta e seis (66,6%) frequentam a feira com o propósito de fazer compras, dos quais trinta e três (91,6%) indicaram que buscam principalmente frutas, legumes ou verduras. É relevante destacar que, embora a feira-livre seja predominantemente um espaço voltado ao comércio,

também é reconhecida como um espaço de lazer (GONÇALVES; ABDALA, 2013; LUCENA; GERMANO, 2016; PORTO, 2015). Nove dos consumidores entrevistados (16,6%) mencionaram frequentá-la em busca de lazer. Tais aspectos observados são reflexos das diferentes ações que os sujeitos executam, assim imprimem usos do território que podem não estar ligados as razões iniciais desse. Uma multiplicidade de usos que não excluem a função primária das feiras-livres, o abastecimento, mas que agregam diversidade, a enriquecem culturalmente e ampliam o valor dessa forma para o urbano.

Gráfico 5 - Motivo apontados pelos consumidores entrevistados para terem ido à feira-livre no dia da entrevista.

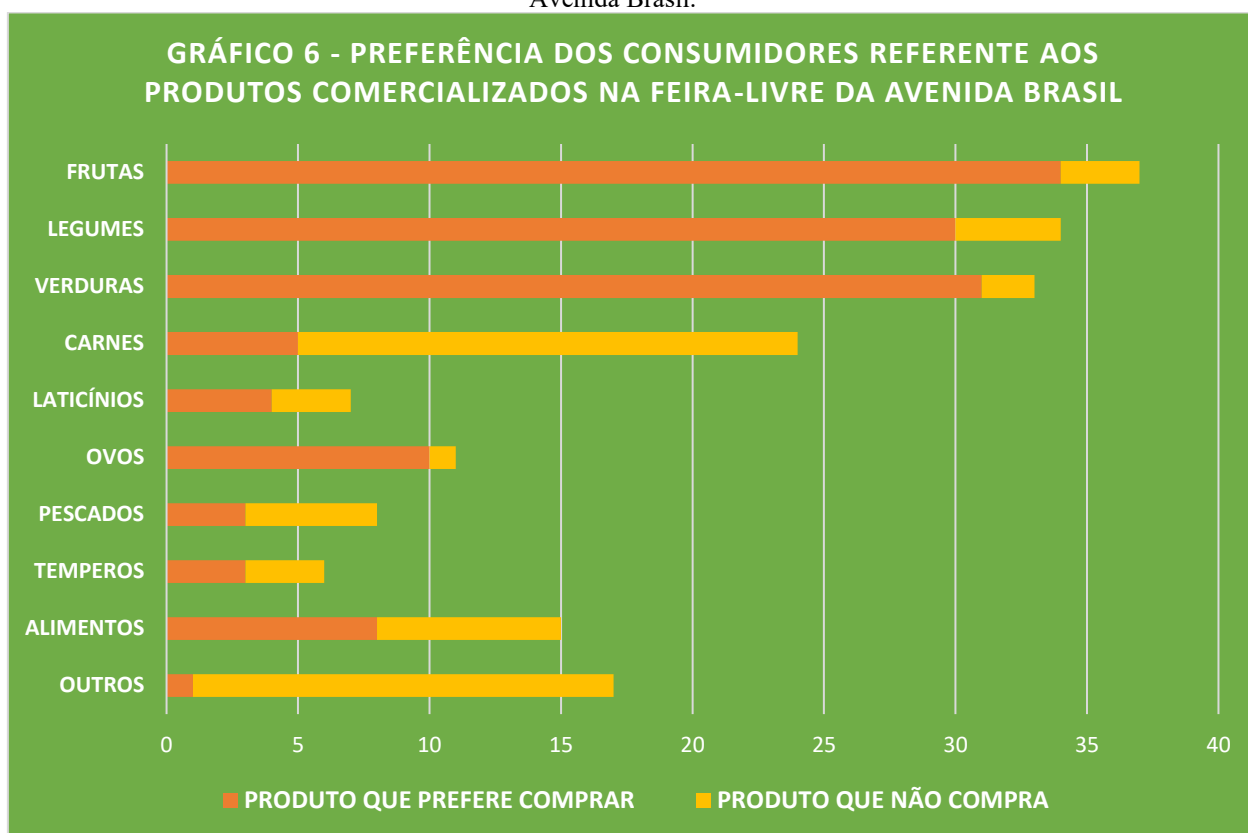


Fonte: Entrevista realizada pelo autor em trabalho de campo (2023).

Ao serem questionados sobre os tipos de produtos que preferem comprar nesta feira, a maioria das respostas entrou em acordo com o apontamento anterior, reforçando o caráter de abastecimento da Feira-livre da Avenida Brasil. As respostas, na maior parte dos casos, giraram em torno de frutas, legumes e verduras (Gráfico 6). As justificativas se relacionaram ao frescor e aos preços mais baixos em comparação com outros comércios. As respostas seguintes conseguem sintetizar essas justificativas: “Pelo preço, qualidade e por ser mais frescos”; “Pois é mais natural, vem direto do produtor” e “O preço é muito melhor que no supermercado”.

Em contrapartida, os produtos que os entrevistados em geral não compram na Feira-livre da Avenida Brasil são carnes, alimentos prontos para o consumo e pescados (Gráfico 6). Incluídos na categoria “outros” encontram-se produtos como plantas, eletrônicos, perfumes, roupas e bebidas alcoólicas. Nos chama a atenção o fato de que as justificativas para a resposta anterior giram em torno da higiene, procedência e do acondicionamento.

Gráfico 6 - Preferência dos consumidores referente as categorias dos produtos comercializados na Feira-livre da Avenida Brasil.



Fonte: Entrevista realizada pelo autor em trabalho de campo (2023).

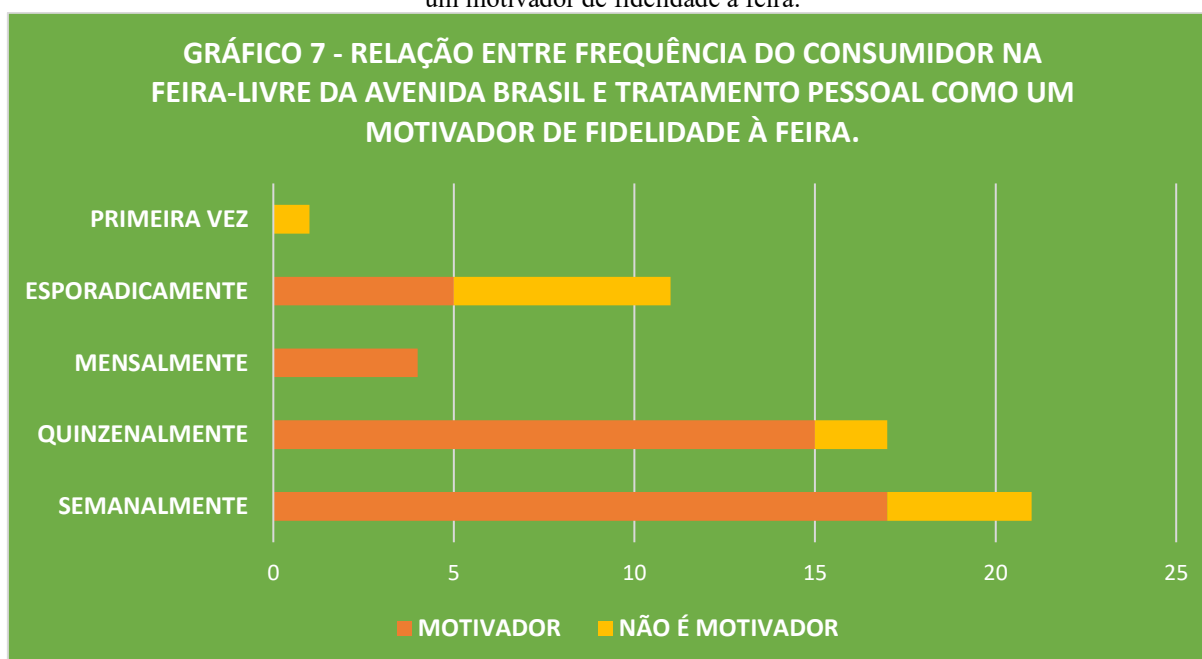
Também nos interessa as relações estabelecidas entre feirantes e consumidores, uma vez que ambos são vistos como agentes não-hegemônicos cujos vínculos personalísticos se reproduzem nas relações horizontais. Os laços são um dos fatores do agir das horizontalidades (SANTOS, 2001). A respeito desse tema, questionamos os consumidores se o tratamento mais pessoal e familiar dos feirantes poderia ser um motivo para que eles fossem à feira. Um total de quarenta e dois consumidores entrevistados (77,8%) afirmaram que sim, o tratamento dos feirantes é um fator para irem à feira, enquanto que doze consumidores (22,2%) indicaram que não.

Ademais, podemos estabelecer uma conexão entre a frequência da visita dos consumidores à Feira-livre da Avenida Brasil e o tratamento mais próximo por parte dos feirantes. Esse tratamento mais íntimo funciona como um incentivo para frequentar a feira, e essa relação indica um traço de fidelidade dos consumidores em relação à feira-livre. Conforme evidenciado no Gráfico 7, observa-se que, para aqueles que estão frequentando a feira pela primeira vez e para os consumidores esporádicos, há uma predominância da falta de relação

entre os motivos que os levam à feira. Por outro lado, entre os consumidores semanais e quinzenais, há uma clara predominância dos que veem o tratamento diferenciado como motivador. Além disso, todos os consumidores mensais indicaram que o tratamento mais pessoal e familiar oferecido pelos feirantes é um fator motivador para visitar a Feira-livre da Avenida Brasil. A fidelidade entre consumidor-feirante é marcante apenas no agir horizontal, conforme exposto por Bonamichi (2013):

Estas relações de personalidade construídas no contato direto freguês-feirante possibilitam uma espécie de “atendimento personalizado” onde a confiança parece ser um fator fortalecedor e que resulta em uma certa fidelidade entre feirantes e fregueses que buscam pelas mesmas barracas semanalmente, possibilitando a construção de laços além da fria relação vendedor-cliente (BONAMICHI, 2013, p. 28).

Gráfico 7 - Relação entre frequência do consumidor na Feira-livre da Avenida Brasil e tratamento pessoal como um motivador de fidelidade à feira.



Fonte: Entrevista realizada pelo autor em trabalho de campo (2023).

Uma vez que, “o espaço é elemento constituinte da sociedade” (CASSAB, 2010, p. 84), constitui os sujeitos e seus modos de agir. Compreender quem são os sujeitos contribui para entendermos como esses percebem e usam o território. Assim, contribui para situarmos quem são os agentes que têm suas vivências e seu espaço banal colocado em disputa e se envolvendo nessa disputa pelo uso do território.

A partir das entrevistas realizadas, evidencia-se que a maioria dos feirantes da Feira-livre da Avenida Brasil possui vínculo estreito com a produção agrícola, já que a metade deles

afirmam que são produtores rurais, demonstrando como estes sujeitos mantêm um estreito elo em termos de relação campo-cidade. A predominância do comércio de produtos hortifrutigranjeiros reforça essa relação campo-cidade, com as barracas se concentrando principalmente no comércio de frutas, legumes e verduras. Elo esse que marca a relação de comércio e o uso do território, apresentando-se no modo de se relacionar com os consumidores, com os produtos e com a rua.

A experiência na atividade é variada, porém, uma parcela significativa (47%) trabalha na feira há mais de 25 anos. Demonstra-se um vínculo de longo prazo com esse território, que enseja força na articulação dos feirantes para a continuidade da forma-conteúdo e do formato com que usam o território, articulando conhecimentos e relações, como as evidenciadas, elaborados ao longo de sua atividade. Conjuntamente, podemos apontar que a grande maioria dos feirantes tem a feira-livre como a sua principal fonte de renda. Além de tudo, a pesquisa revela a presença considerável de trabalhadores nas barracas que mantêm um vínculo de trabalho baseado em acordos informais (95,6%). Muitos desses trabalhadores compõem o arranjo familiar dos feirantes.

No que diz respeito aos consumidores da Feira-livre da Avenida Brasil, a maioria (75,9%) apresenta renda de até três salários mínimos, evidenciando sua representatividade dentro das faixas de renda mais baixas da população. A frequência de visitação à feira é notavelmente regular, com uma parcela expressiva comparecendo semanalmente (38,9%) e outros a cada quinzena (31,5%).

Os consumidores preferem adquirir frutas, legumes e verduras, declarando que vão à feira-livre para comprar produtos básicos, atraídos pelos preços mais acessíveis, qualidade e frescor. Este perfil ressalta a relevância das feiras-livres no abastecimento da população de menor renda do município. Papel assumido pelas feiras desde o ato de sua criação no município em 1924 (ANDRADE, 1987) no combate a carestia e fome, hoje interpretadas como insegurança alimentar.

Ao refletirmos sobre as disputas pelo território usado – pela feira-livre –, estamos pautando a possibilidade ou impossibilidade de uma parcela da população juiz-forana se abastecer de produtos básicos. A disputa não é só pela avenida, é também por segurança alimentar. Com isso em mente, nos tópicos seguintes discutiremos como o território atravessa as percepções dos sujeitos entrevistados e o quão necessário se faz a continuidade das feiras-livres para segurança alimentar da população.

3.2.1 “A avenida é o lugar dela”: o uso do território, território-feira e disputas pela rua

Quando ouvimos a resposta “A avenida é o lugar dela”, tornou-se verossímil que caminhávamos no rumo certo. A Avenida Brasil é parte fundamental para a existência da homônima feira-livre dominical. O chão – local – é tão importante que possíveis deslocamentos colocam em xeque a continuidade desta forma, logo deste território usado. “Se ela mudar de lugar, vai acabar”, é o que foi mencionado por outro feirante entrevistado em nossa pesquisa de campo, indicando a ligação estabelecida pelos atores e pelo objeto com o chão, ou seja, a ligação dos feirantes e da feira-livre com a Avenida Brasil. Por ora, refletir sobre estes atravessamentos a partir das entrevistas com feirantes e consumidores é o que faremos.

Ao questionarmos os feirantes sobre as relações territoriais efetivadas a partir da Feira-livre da Avenida Brasil, visualizamos um apego à feira-livre, onde palavras como “orgulho” foram registradas e uma preocupação com o fim desta também. No intuito de verificar se o local influi na realização da feira-livre e nas suas proporções, questionamos se a Avenida Brasil, como local de ocorrência da feira-livre, impacta no seu sucesso. Um total de 26 respostas (92,9%) foram positivas e apenas dois entrevistados não identificaram esta ligação entre a avenida e a feira-livre. O pertencimento, o orgulho e a ligação com o local de realização da feira-livre também são verificados por Pereira, Brito e Pereira (2017, p. 72) ao estudarem uma feira de agricultores familiares no município de Conceição do Mato Dentro (MG), “Muitos feirantes ocupam os mesmos espaços que seus pais ocupavam. Esta tradição pode ser percebida através do sentimento de pertencimento dos feirantes, que falam com orgulho e apreço sobre como se sentem parte do local”.

Dentre as respostas à questão anterior, muitas apontaram como motivos a tradicionalidade, a não existência de outro local que comporte a estrutura da feira-livre, a centralidade e o fácil acesso à pé, via ônibus ou automóveis, com menções à disponibilidade de estacionamento. A seguinte resposta coaduna e lista pontos:

“Sim, são vários pontos: não há outro espaço em Juiz de Fora, temos o estacionamento, atende os bairros próximos que tem classes sociais mais baixas e não tem comércio de hortifruti em volta. Não tem outro lugar na cidade que comporte uma feira deste tamanho.”

Além disso, os entrevistados reconhecem a ligação entre o local de disposição da feira-livre e sua continuidade, indicando que os deslocamentos colocam em risco a existência da feira, é o que se verifica com afirmações como: “É o melhor local dela, tirar a feira daqui acaba com essa tradição. A avenida é o local tradicional.”; e “Sim, porque está no centro, é uma feira antiga e se mexer com ela, acaba.”

A ligação com o local foi ainda verificada em uma segunda questão que indagou se o feirante “Preferiria que esta feira fosse em outro local?”. 27 dos 28 feirantes entrevistados (96,4%) responderam que não, que ela deve continuar na Avenida Brasil. Ao justificarem os motivos obtivemos respostas como: “O lugar já é de tradição, é ponto turístico do domingo de Juiz de Fora, feira vicia as pessoas. Aqui é nosso lugar de trabalho.”; e “Porque é tradicional, todos sabem onde é, já está dado. As pessoas já associam o domingo à feira e à Brasil” (alusão à Avenida Brasil). O único entrevistado que apontou que preferia que a feira dominical ocorresse em outro local da cidade afirmou que “Podia ser na Praça da Estação para liberar o trânsito”.

A avaliação do local indicou uma percepção positiva pelos feirantes sobre a Avenida Brasil, onde 25 feirantes (89%) avaliaram o local como ótimo ou bom (Gráfico 8). Resultado semelhante foi obtido quanto à avaliação do local pelos consumidores, onde 51 consumidores (94%) avaliaram o local como ótimo ou bom (Gráfico 9).

A avaliação desses agentes está intrinsecamente relacionada ao conceito de território usado, pois “o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence” (SANTOS, 2001, p. 96). Ou seja, quando estamos trabalhando com a Feira-livre da Avenida Brasil, estamos tratando dos objetos e das ações, da infraestrutura e da rua que passam a ter significância pela atuação dos sujeitos da ação, os quais, dialeticamente, são transformados na relação com os objetos. Desse modo, o pertencimento e a identificação, logo a boa avaliação e o protecionismo da feira vem dessa relação, uma vez que “o território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi” (SANTOS, 2001, p. 96).

Gráfico 8 - Avaliação do local da avenida para a realização da Feira-livre da Avenida Brasil segundo feirantes.



Fonte: Entrevista realizada pelo autor em trabalho de campo (2023).

Gráfico 9 - Avaliação do local da avenida para a realização da Feira-livre da Avenida Brasil segundo consumidores.



Fonte: Entrevista realizada pelo autor em trabalho de campo (2023).

Em 2021, por ocasião da suspensão das atividades da feira-livre em decorrência da pandemia de COVID-19, a Prefeitura determinou que a feira voltasse a ocorrer na margem direita do Rio Paraibuna, um deslocamento que poderia ser temporário, mas foi rapidamente rejeitado pelos feirantes (TRIBUNA DE MINAS, 2021). Tal episódio dialoga e materializa as afirmações de parte dos feirantes entrevistados quando questionados se o lado da Avenida Brasil junto ao Rio Paraibuna influencia no efetivo funcionamento da feira-livre. Para 15 feirantes entrevistados (53%), o lado da avenida pode impactar no funcionamento da feira-livre dominical. Porém, para 12 feirantes (43%) a resposta foi negativa, acreditando na capacidade

de resiliência da feira: “Acho que não, se mudar o povo estranha, mas acostuma depois”. Um feirante (4%) não soube responder: “Não sei, a gente nunca fez do outro lado.”

Entre os que consideram que o lado da avenida em relação às margens do rio influencia no funcionamento da feira, ouvimos respostas que rememoram a questão da tradição e ao costume: “Sim, se mudar perde a energia do local. Meu vô já fez feira do outro lado e fala que aqui é melhor.”; “Influencia, por conta da tradição também, de um lado a feira da muamba e do outro as frutas.”; e “É o lugar dela aqui. O povo já acostumou, embora vem muita gente passear”.

Um adendo, o termo “tradição” atravessa as falas dos feirantes entrevistados, confirmando a ideia de uma relação de pertencimento, em que muitos relatam que cresceram nos corredores das feiras. Nesse sentido, a feira, além de ser um espaço de trabalho, é *locus* de formação de relações, de laços sociais, de reprodução da vida. Tal constatação reafirma que

São encontrados nas feiras-livres territórios propícios para a manifestação de tipos informais de sociabilidade. Trata-se de mercados inteiramente abertos e atraentes, convidativos, colorido sem aroma e paladar e atraem pessoas pertencentes às mais diversas classes econômicas e sociais. A possibilidade de pechinchar, discutir o preço com o freguês; a feira é como um espaço de resistência cultural frente ao avanço das relações impessoais que são impostas à cidade (BONAMICHI, 2013, p. 16-17).

A tradição e pertencimento também marcaram as respostas dos feirantes ao serem questionado a respeito da percepção que tem da significância (ou não) de seu trabalho para a cidade de Juiz de Fora. Um feirante declarou “Amo o que faço, faço com orgulho e nossa sociedade carece disso hoje. Sou feirante nato, filho de feirante e esse contato com o consumidor não acontece em outros comércios que nem se conhece o comerciante.” Esse questionamento tem o intuito de verificar se os feirantes dimensionam a relevância de seu trabalho para a cidade. O objetivo foi averiguar a sua compreensão enquanto agente participantes da produção espacial ou os níveis de alienação quanto a isso. Tais respostas acrescentam peso às ações executadas na interface campo-cidade. O Quadro 1 apresenta as respostas registradas:

Quadro 1 - Respostas dos feirantes quanto a percepção da importância do seu trabalho para Juiz de Fora.

É bom, acho que assim oferecemos produtos frescos. A feira é muito importante pra Juiz de Fora. Produtor vive disso, a gente tem trabalho.
Bom, acho que faço a diferença no tratamento, na qualidade de produtos, na relação com os consumidores, eles são familiares. Feirante cria relação de família. Cria coisa que ninguém dá e nem tira.
Vendo biscoito, então não sei.
Ajudo na população com a alimentação e com descontos. As pessoas acham que é só acordar de manhã, é serviço duro, é sol, é chuva, estamos aqui vendendo produtos baratos e de qualidade.
Alimentar o povo, quer algo mais importante que isso?!
De fazer parte deste aspecto cultural e de lidar com o público.
Eu trago variedades, é importante porque trago bons produtos e a preço acessível.
A importância é que estamos trazendo produtos verdadeiros, bons e de boa qualidade.
Fornecer um preço acessível para todas as classes, no mercado não, é o mesmo preço para todos.
Faz a economia girar, além do fornecimento de mercadoria de boa qualidade.
É importante, nunca tinha refletido sobre isso...
Trabalho bom e digno.
Acho que eu tô somando fazendo o povo comer peixe, algo que tem pouco aqui em Juiz de Fora, o povo tem pouco costume. Peixinho fresco, variado e a preço bom.
Muito importante, a gente vem trazer alimentos para as pessoas. Trago o melhor que posso. Porque tem muita gente que depende da gente pra comer, porque não plantam.
Nenhuma (um sorriso acanhado), independente se estou ou não Juiz de Fora não se preocupa. Pra mim sim, porque ganhando dinheiro e trabalhando.
O povo gosta de mim, tenho muitos amigos, sou divertida.
Vender produtos de qualidade, uma verdura fresca e saudável.
É muito importante, porque consigo levar alimentos para a mesa das pessoas.
Amo o que faço, faço com orgulho e nossa sociedade carece disso hoje. Sou feirante nato, filho de feirante e esse contato com o consumidor não acontece em outros comércios que nem se conhece o comerciante.
Muito importante, é a profissão que escolhi, é minha opção no momento. Já trabalhei em muitas coisas, agora trabalho com meu pai, sem patrão, é muito melhor. (Enquanto falava empacotava folhas de louro de maneira lenta, colocando todas para a mesma direção).
É de poder ter meu povo aqui, de ver as pessoas, fico saudável e vendo saúde.
É poder trazer um produto de qualidade para a mesa de todo mundo.
Nunca pensei nisso.
É trazer mercadoria mais orgânica e de qualidade para a população. O que levo para minha casa, trago para cá.
Meu trabalho é importante porque trago mercadoria pro povo, se chega verdura na mesa tem trabalho do agricultor e muitas vezes é o próprio feirante.
Trago produtos de qualidade para os consumidores, dou sempre desconto, doo muita coisa no final da feira, sinto que ajudo as pessoas e isso é bom.
A gente serve as pessoas, o povo gosta porque tratamos com carinho. Aqui todos feirantes tratam todo mundo bem, ninguém dispensa ninguém, eles dão desconto, dão brinde, a gente tem que cultivar isso para que não acabe.
Muito importante porque trabalho com uma mercadoria que não tem em Juiz de Fora, trabalho com um produto natural e fresco, in natura extraído diretamente da terra. É uma matéria-prima que ninguém em Juiz de Fora trabalha com goma de mandioca in natura, você acha industrializada nos supermercados e lanchonetes.

Fonte. Entrevistas realizadas pelo autor em trabalho de campo (2023).

Quando verificamos se para os consumidores é importante a continuidade da Feira-livre da Avenida Brasil, obtivemos cinquenta e quatro respostas em concordância (100%) declarando que sim, a continuidade da Feira-livre da Avenida Brasil é importante. As justificativas foram diversas, mas ambas ao redor do abastecimento de produtos com preços e qualidade atraentes, da localização na região central ou pela proximidade com a residência do entrevistado, da geração de trabalho e da tradição, cultura e lazer. Essas declarações estão intimamente relacionadas com o entendimento das feiras-livres como espaços multifuncionais, primeiramente comercial, mas também de lazer e reprodução da vida. “É com base nesta amizade e cordialidade, aliada ao produto de qualidade e preço bom, que os feirantes centralizam suas estratégias de vendas e de marketing” (MORAIS; HANASHIRO, 2015, p. 41). Dentre as respostas ouvidas daremos espaço para algumas que abrangem todos os pontos listados:

“Primeiro por conta da qualidade, segundo porque é uma forma de lazer de Juiz de Fora.”

“É quase um ponto turístico, venho de longe para comprar nela.”

“Movimenta a cidade, é fonte de renda para as pessoas, ponto de encontro e está ocupando o espaço público.”

“Sustenta e gera emprego para as pessoas. E para nós serve para fazer compras e passeio.”

“Primeiro é uma tradição que está sendo mantida e segundo a sobrevivência do pequeno produtor.”

A feira-livre, por ser um espaço banal, relaciona-se com a totalidade a partir da contiguidade. É do nosso interesse compreender como nosso objeto de análise participa de maneira interdependente do espaço urbano. Para tal, questionamos os sujeitos da ação mais vinculados a esse território: os feirantes. Questionamos os entrevistados a respeito da importância da Feira-livre da Avenida Brasil para Juiz de Fora, sendo unânime o reconhecimento de seu valor. Mas, conforme as respostas anteriores, tais relatos não foram todos em um único sentido. Os feirantes reconheceram diversas questões de atravessamento entre a feira-livre e a cidade de Juiz de Fora: para o abastecimento de alimentos, geração de trabalho e renda, e para a cultura. Pensamos que são por meio desses vetores do espaço urbano que as feiras se encaixam e efetivam seu papel.

Novamente estenderemos a fala dos feirantes em resposta a esta questão:

“É socioeconômica, além do preço melhor no final, ocorre doação dos produtos no final. E o preço que é melhor que nos mercados.”

“Importância econômica, pelo fato de ter mercadoria com o preço muito menor que outros comércios.”

“É um trabalho que ajuda a população, na parte financeira, pois nos mercados é muito caro, aqui damos descontos.”

“É uma tradição, todo mundo sabe dessa feira, é um lugar não só de compras, tem as barracas de comidas, é um divertimento. Sem contar o outro lado, na feira da muamba.”

“É tradicional, tem gente que vem só passear. Hoje viemos passear, não vendemos por conta da chuva e do frio.” (Mais cedo no mesmo dia havia chovido).

“Tornou-se um ponto turístico para Juiz de Fora, Juiz de Fora não tem quase nada. Tem que ter feira no domingo, não tem como, é onde o pessoal vai tomar uma cervejinha e um caldo de cana.”

Mas, a realização da Feira-livre da Avenida Brasil não é um processo imutável, neutro, ou totalmente pacífico. Por ser um território usado, marca-se pela disputa, pelo constante embate de forças e poder, ora mais, ora menos. “O território se apresenta como uma arena de movimentos cada vez mais numerosos, fundados sobre uma lei do valor que tanto deve ao caráter da produção [...] como às possibilidades e realidades da circulação” (SANTOS, 2001, p. 99). Em alguns momentos, pode parecer um território inerte, consolidado pelo tempo. No entanto, aos olhos dos sujeitos que vivem das atividades mediadas por esta forma espacial, a feira está em um campo de disputas locais e globais.

As disputas com a feira-livre se dão pela rua, local de sua ocorrência, que é regulado pelo Estado, regulação e disputas que por vezes são justificadas por argumentos rodoviaristas. Mas as disputas com a feira também se dão pelo consumo e controle das redes de distribuição, onde outros agentes despontam, como as redes de supermercado, comércio local de hortifrutigranjeiros e, mais recentemente, o comércio eletrônico ou baseado na virtualização. A concorrência é o processo mais visível dessas disputas e sobre esta debruçaremos a seguir.

3.2.2 “A única coisa boa no domingo é a feira”: disputas, consumo e feira-livre

A respeito da concorrência e da competitividade, Santos (2001) aponta que no atual estágio da globalização impõem-se e estimula-se a competitividade, a qual acarreta o individualismo e o desejo pela posse – domínio. O individualismo ocorre na ordem econômica, política e do território, este último marcado pelo estímulo a disputa entre lugares. Ao fim, a competitividade acarreta socialmente o

abandono da noção e de fato da solidariedade. Daí as fragmentações resultantes. Daí todas as novas formas perversas de sociabilidade que já existem ou se estão preparando neste país, para fazer dele – ainda mais – um país fragmentado, cujas diversas parcelas, de modo a assegurar sua sobrevivência imediata, serão jogadas umas contra as outras e convidadas a uma batalha (SANTOS, 2001, p. 48).

Ao questionarmos os feirantes se existe uma grande concorrência de outras formas comerciais com a feira-livre, a resposta dominante foi “sim”, com dezenove concordâncias (67,9%); já para nove feirantes entrevistados (32,1%) não existe uma grande concorrência. Embora estes nove tenham indicado que não há uma grande concorrência, não houve um descarte da existência de concorrência, uma vez que ela pode passar despercebida a olhos que não estejam atentos ou que estes feirantes já desenvolveram habilidades para adaptar-se, outra reafirmação de um traço da horizontalidade (SANTOS, 2001).

De acordo com Santos, na ordem local, no espaço banal, ocorre recriação e adaptação permanentemente do trabalho, dos objetos, suas funções e conteúdo, pois esses são “alvo de frequentes transformações, uma ordem espacial é permanentemente recriada, onde os objetos se adaptam aos reclamos externos e, ao mesmo tempo, encontram, a cada momento, uma lógica interna própria, um sentido que é seu próprio, localmente constituído” (SANTOS, 2009, p. 227). Essa dialética local-global materializa-se espacialmente e a feira-livre não está apartada dessa dinâmica, e indo além, indicamos que esta capacidade de se adaptar é um dos fatores que garantem a continuidade das feiras-livres.

Sobre essa capacidade de adaptar-se, podemos observar a resposta de dois entrevistados que indicaram que não existe uma grande concorrência:

“Supermercados, grandes hortifrutis, mas mesmo assim a feira vive, então a feira tem que ser boa.”

“No meu caso não, mas para legumes e verduras é gigantesca. Os concorrentes são os grandes mercados, carros que vendem na rua, vai desde o vendedor ambulante até os supermercados.”

A última resposta é interessante, pois mostra que o feirante encontrou um nicho para trabalhar que não é o foco dos concorrentes, como legumes e verduras. Dentre os que apontaram positivamente para a existência de uma grande concorrência, um agente imperou: os supermercados. Esses apareceram na resposta de treze feirantes (68,4%). Desses, duas respostas destacaram, uma por ser seguida de um gesto e a outra por trazer facetas históricas: “Supermercados e hortifruti [aponta para o Supermercado Bahamas que fica na mesma avenida a menos de 200 metros da feira]” e “Supermercados que abrem o domingo todo e vendem no cartão, antigamente o mercado não abria no dia de feira e não vendia legumes. Também tem muitas quitandas agora”. Esse segundo apontamento, feito por uma antiga feirante, é extremamente relevante para compreendermos a atuação das redes supermercadistas na cidade, redes estas que atuam como agentes hegemônicos nas disputas pelo uso do território. Os supermercados de grandes redes varejistas funcionam o domingo inteiro em Juiz de Fora, inclusive alguns permanecem 24 horas em funcionamento. Já comércios tradicionais, que não atuam em rede, fecham aos domingos, como é o caso do mercado municipal, com suas atividades de segunda a sábado.

Entre outros concorrentes citados estão os hortifrutis, os vendedores ambulantes e os mercados de bairro. Uma menção a esses últimos torna-se necessária. Cada vez mais as redes comerciais hegemônicas têm penetrado no território e se infiltrado estabelecendo modelos de loja para bairros, como é o caso do Bahamas Express em Juiz de Fora, que conta atualmente com cinco lojas nessa modalidade (REZENDE; TEIXEIRA, 2020; SANTOS, 2022). Carvalho e colaboradores (2019) definem “o formato Express, o mais novo conceito de lojas compactas voltadas para compras rápidas, visando atender às mudanças de hábitos dos consumidores que prezam pela rapidez e agilidade em compras no seu dia-a-dia” (CARVALHO et al., 2019, p. 10).

No Brasil, as redes de supermercados atuam desde os anos de 1950 e empenham-se, a partir do sistema alimentar e do consumo, ao concentrar poder, riqueza e espaço. Na década de 1990 expandiram sobremaneira seu alcance, passando pelo que Bezerra (2020, p. 147) chama de “revolução do varejo” ou “supermercadização”. Essa revolução é marcada pela operação das grandes redes varejistas a partir da globalização-homogenizadora do setor agroindustrial e pela

transformação da estrutura varejista – circulação, padronização e padrão de consumo. Intuídas em sobreviver, pequenas redes mimetizam à sua maneira o *modus operandi* das grandes.

Em Juiz de Fora, a presença de redes varejistas se faz pela ação dos grupos internacionais como a chilena Cencosud S.A., a francesa Carrefour S.A., e as brasileiras DMA Distribuidora, Grupo Bahamas, Supermercados BH, MartMinas Distribuição e a Rede SuperMais Supermercados (SANTOS, 2022). A operação dos mencionados agentes se dá através da organização e atuação pelas redes. Atuam favorecendo a alienação dos sujeitos consumidores por meio de um modelo padronizado, industrializado e impessoal de consumo. Em síntese, estes agentes colocam-se como instrumentos da globalização atuando a partir das verticalidades (SANTOS, 2001).

Para cada situação de expansão das redes de supermercado uma estratégia é acionada levando um mote de fatores em consideração: tecido urbano, mercado imobiliário, público alvo e localização. Assim aparecem os diversos formatos de lojas – estabelecimentos menores para bairros, consumo rápido, atacarejos, hipermercados. Bezerra (2020) aponta para uma tendência de expansão dos atacarejos e de lojas de bairro no Brasil, processo visualizado em Juiz de Fora por meio do referido Bahamas Express.

O redirecionamento estratégico para a criação de lojas de menor porte, capilarizada nos diferentes bairros, tem provocado um aumento na concorrência. Invariavelmente o que se tem é a diminuição paulatina das feiras de rua, dos mercados públicos, mercearias, pequenos mercados, bodegas, açougues e padarias, contribuindo para a perda da diversidade comercial nas cidades. Outro efeito associado é justamente a relação com os fornecedores, agricultores, atravessadores que passam a não mais negociar com as CEASAS e/ou diretamente com os feirantes, mas sim com grandes corporações do varejo (BEZERRA, 2020, p. 153).

Cunha e Belik (2012a) explicitam que, frente ao crescimento dos supermercados, as feiras-livres sofreram um encolhimento de peso no cenário da comercialização de produtos hortifrutícolas. Essa constatação parte da análise do cenário de distribuição de alimentos brasileiro, no qual toda uma estrutura elaborada para permitir a logística, da produção à sacola do consumidor, tem sofrido drásticas transformações e formas importantes como as centrais públicas de abastecimento têm sido desconstruídas. Tal desconstrução ocorre em favor de um domínio dos grandes circuitos de distribuição do setor supermercadista, que se baseiam na compra direta do produtor ou atravessadores especializados (*traders*) e na própria instalação de equipamentos logísticos como centros de distribuição (CUNHA; BELIK, 2012b).

Ao ocupar o espaço público – a rua –, outra camada soma-se às disputas com a feira-livre. A Avenida Brasil tornou-se um espaço público destinado principalmente à circulação de automóveis, exceto no momento de ocorrência da feira-livre. Tal avenida surge como fruto de uma hegemônica racionalidade rodoviarista disseminada a partir dos anos 1950, conforme tratamos outrora ao discutir sobre os deslocamentos da feira-livre dominical. Os agentes pertencentes a essa racionalidade rodoviarista – indústria automobilística e empresas de logística e distribuição –, deram novo sentido as ruas, negando a sociabilidade e monopolizando o seu uso para a circulação dos seus automóveis (MASCARENHAS, 1992, 1997). Uma lógica que é ainda mais evidente na Avenida Brasil, uma vez que não se trata simplesmente de uma rua, essa avenida é um importante eixo viário de circulação em Juiz de Fora.

A racionalidade rodoviarista é tamanha que atravessa até mesmo o modo de agir dos feirantes, no qual alguns pensam na permissividade da circulação de automóveis antes mesmo da sua atividade laboral. O feirante que indicou que preferiria que a feira-livre mudasse de lugar afirmou: “Podia ser na Praça da Estação para liberar o trânsito”. Já outros entrevistados, citam aspectos relacionados ao rodoviarismo ao indicarem se o lado da avenida influencia no funcionamento da feira-livre: “Influencia, porque dá para desviar o trânsito para a Sete de Setembro, não afeta ele”; “Tem que ser lá, do outro lado (margem direita do Rio Paraibuna) vai atrapalhar o movimento dos carros, ônibus, não seria ideal. Tem que pensar em todo mundo. Ali é ideal, tem estacionamento agora, melhorou muito”.

A justificativa do trânsito foi utilizada em duas ocasiões, provocando deslocamentos da feira (Mapa 3). A primeira em 1958, resultando na realocação da feira da Avenida Francisco Bernadino para a Rua Calil Ahouagi (FOLHA MINEIRA, 11 fev. 1958). A segunda em 2014, resultando num deslocamento dentro da Avenida Brasil para a inauguração da Ponte Wilson Coury Jabour Júnior (G1 - Zona da Mata, 2014). A presença de símbolos dos controles da rua pelo trânsito é materializada além do discurso, mas também por meio dos equipamentos de sinalização de trânsito (Figura 9).

Figura 9 - Sinalização viária na Avenida Brasil, esquina com a Ponte Wilson Coury Jabour Júnior, Juiz de Fora – 2023.



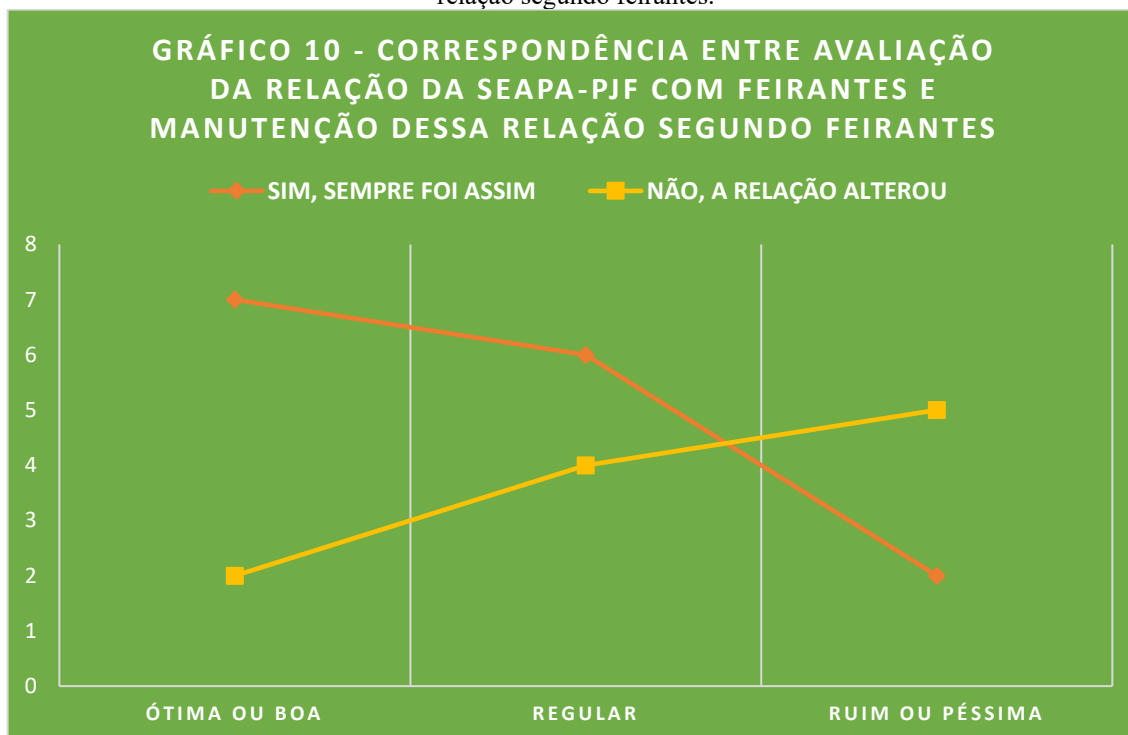
Fonte: Arquivo pessoal (2023).

As questões em torno das disputas, do uso da rua e do comércio, acionam um terceiro agente: o Estado. Ora o Estado coloca-se como mediador dos conflitos, ora se ausenta, ou ainda atua como um agente da disputa. No capítulo anterior, tratamos do modo como a Feira-livre da Avenida Brasil encontra-se organizada e regulada pela ação do Estado, representada pela Prefeitura de Juiz de Fora e suas secretarias e da Câmara de Vereadores. Essas instâncias administrativas, por meio de programas, da legislação e de ações regulatórias, gerenciam, fiscalizam e administram as feiras-livres no município. Mas como relacionam-se os sujeitos feirantes com esse agente no uso do território?

Ao questionarmos os feirantes entrevistados sobre como avaliam a relação da SEAPA-PJF com os feirantes, dez feirantes (35,7%) indicaram a relação como ótima ou boa; onze (39,3%) como regular; e sete (25%) apontaram a relação como ruim ou péssima. No intuito de apresentarem justificativas para a avaliação, em seguida questionamos se a relação sempre foi conforme as respectivas respostas. Para quinze feirantes (53,6%), sempre foi assim; dez (35,7%) indicaram que não; e três (10,7%) não souberam/quiseram responder. Conforme o Gráfico 10, dentre os que indicaram que a relação da SEAPA-PJF com os feirantes é ótima ou boa houve uma tendência de manutenção dessa posição. Já entre os que declararam que a

relação é ruim ou péssima houve uma tendência de alteração da relação, ou seja, tornou-se ruim ou péssima nos últimos tempos.

Gráfico 10 - Correspondência entre avaliação da relação da SEAPA-PJF com feirantes e manutenção dessa relação segundo feirantes.



Fonte: Entrevista realizada pelo autor em trabalho de campo (2023).

Preocupações relativas às mudanças recentes na legislação que regulamentam as feiras no município e na concessão de pontos surgiram em várias respostas deste último grupo. Podemos inferir que tal mudança de regulação tem correspondência direta com a avaliação a respeito da relação SEAPA-PJF e feirantes. Essa constatação esteve marcada em respostas como:

“Nós somos ouvidos e sempre falam que para tudo já fez o projeto, mas não consultam os feirantes.”

“Não. Era boa, tinha coordenação boa, depois que desandou, tentam mexer no que já funciona e deixam de lado os pepinos. Antes as feiras eram organizadas, fiscal cobrava muito. Mas isso não é dessa gestão não, a feira descambou no governo do Bruno. Os fiscais só ficam passeando e não desciam a feira.”

“Não. No governo anterior tinha mais liberdade, agora é mais restrito, tentam fazer tudo certinho, mas erram. Tudo que pede é não. Acho que tinha que ter um balanço, um equilíbrio entre eles e os feirantes. Você paga uma taxa anual, uns R\$300, em quatro semanas recolhe e recupera, tem gente que tem 40 anos de feira e não paga. Ai chega agora na licitação está com dívida ativa e não

consegue regularizar. Se você não paga não tem direito de reclamar. Tem que regularizar sim. Eu nunca entrei em conflito, sempre andei certo.”

“[...] Por mais que organize, tem um lado burocrático que nem todo mundo consegue alcançar. Temos que compreender que tem feirantes que trabalham na feira há mais de 50 anos, trabalhava com os pais e herdou a banca e não teve outra opção. Muitos desses não estudaram, trabalharam na roça e na feira e sabemos que é um trabalho árduo que impediu eles de estudarem e esses feirantes não conseguem atender a burocracia. Você querer burocratizar para essas pessoas é difícil, mesmo estando no século XXI.”

“Não. Porque não fazia questão de ajudar, antes eram indiferentes, a atual gestão é mais humana. Por conta do histórico os feirantes já chegam com medo e agressivos, o que faz com que os atendentes da Prefeitura reajam da mesma forma.”

“Sim. Tem atendimento bom, me ajudaram muito na licitação, porque pedia muito documento e os atendentes foram muito prestativos. Mas o processo da licitação cria muita dificuldade para distribuir os pontos, há muita burocracia de documentos.”

Torna-se evidente que a ação estatal, ao dispor normas sobre o território, busca organizá-lo, porém nessa organização muitos sujeitos têm dificuldade para se adequarem, outros inclusive não são capazes de tal. Os apontamentos ao redor do termo “burocracia” nas respostas são elementares para essa constatação. Santos (2001, p. 106) esclarece que o espaço passa por uma solidariedade organizacional tocados pela vontade de macroatores, aqueles atores de “fora da área que determinam as modalidades internas de ação”, mas estes atores impõe processos de organização a seus interesses, provocando localmente descontinuidades.

Estes processos organizacionais inclusive podem ser usados – e são –, para acarretar desmobilização do espaço banal, de modo que o Estado acaba por ceder e atuar a partir dos interesses dos grupos hegemônicos, os macroatores. Ainda de acordo com Milton Santos (2001, p. 106), “junta-se a esse controle a ação explícita ou dissimulada do Estado, em todos os seus níveis territoriais. Trata-se de uma regulação frequentemente subordinada porque, em grande número de casos, destinada a favorecer os atores hegemônicos”. A legislação e o estabelecimento de normas e decisões são os aparatos locais imediatos à disposição do Estado neste processo de organização, de ordenamento territorial.

Os feirantes reconhecem a necessidade da existência de uma legislação que regulamente o funcionamento das feiras em Juiz de Fora, foi o que indicaram vinte e cinco feirantes entrevistados (89,3%). Conforme alegaram alguns entrevistados, uma legislação só faz sentido quando feirantes são ouvidos e a feira é protegida: “Sim, mas os feirantes tinham

que ser ouvidos e sua opinião ser levada a sério”; “Sim, mas se for uma lei que faça sentido e ajude o feirante”; e “Sim, mas desde que defenda os feirantes e os clientes”.

Ao afirmarem que desejam ser ouvidos nos processos de decisão, os feirantes reivindicam um direito de participação, contribuição e quiçá autogestão. Reinvidicações que partem do território por uma “regulação criada a partir do próprio território e que se mantêm nesse território a despeito da racionalidade hegemônica típica das verticalidades” (SANTOS, 2001, p. 110).

Ordenar o território é essencial, mas para quem? Aos desejos e ordem de quais atores? Aqueles que vivem no território continuarão sem voz e/ou poder de decisão? Sobre estratégias do agir local a partir das horizontalidades nos debruçaremos. Nada mais justo que no caminhar ao encerramento deste texto, seja reforçado os papéis assumidos pelas feiras-livres, justificando a sua necessária continuidade.

3.2.3 APPROFEIRA e as estratégias da horizontalidade

Milton Santos (2005, p. 260) nos convoca a refletir sobre a possibilidade de restauração da dignidade humana frente ao quadro de globalização atual, quando diz que ao “pensar na construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que nos libere da maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização.” Devemos então pensar em um ordenamento do território que não seja homogeneizante, que preze e respeite as relações e saberes localmente estabelecidos e que haja espaço e voz para os que vivem no território nos meios de decisão.

As horizontalidades são zonas da contiguidade e continuidade territoriais, formadas a partir de locais e relações de vizinhança, interdependência e proximidade (SANTOS, 2009). As horizontalidades promovem no espaço geográfico

solidariedade orgânica, o conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre um território comum. Tais atividades, não importa o nível, devem sua criação e alimentação às ofertas do meio geográfico local. Tal conjunto indissociável evolui e muda, mas tal movimento pode ser visto como uma continuidade, exatamente em virtude do papel central que é jogado pelo mencionado meio geográfico local (SANTOS, 2001, p. 109).

Para a sobrevivência desse território, seus objetos, atores e formas de uso, requer-se uma reunião a partir da solidariedade internamente estabelecida, “não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade indispensável ao trabalho e que gera a visibilidade do interesse comum” (SANTOS, 2001, p. 110). No entanto, essa sobrevivência, que até aqui chamamos de continuidade, depende do fortalecimento da solidariedade. Aos agentes hegemônicos e a ação vertical interessa que as solidariedades horizontais internas sejam pouco a pouco desarticuladas e fragmentadas, para que esses possam instalar suas próprias solidariedades verticalmente interessadas.

Os sujeitos do agir horizontal dependem de permanecer em constante estado de alerta e abertos a aprenderem, se adaptarem e lançarem outras soluções possíveis, ou seja, racionalidades não-verticais, as contrarracionalidades. Essas contrarracionalidades “apontam caminhos novos e insuspeitados ao pensamento e à ação” (SANTOS, 2009, p. 15).

Ora, as ações que ocorrem na Feira-livre da Avenida Brasil e nas feiras-livres, de modo mais geral, estão na interação da solidariedade, da proximidade produção-feirante-consumidor e da realização contínua? Estão! Podemos afirmar, deste modo, que várias ações executadas na feira-livre, principalmente as realizadas por feirantes e consumidores, estão na interface da horizontalidade: descontos, ofertas, brindes, brincadeiras, relações de proximidade, tradição, pertencimento, adaptabilidade, resistência e outros.

A partir da Feira-livre da Avenida Brasil verificamos que o estabelecimento de relações de interconexão de pontos próximos, ou seja, a contiguidade e continuidade territorial, foram verificadas entre área agrícola, feira-livre e bairros da área urbana. Tal interconexão foi intermediada por meio da presença de feirantes-produtores rurais, em que ambos têm sua produção em Juiz de Fora ou nos municípios vizinhos. Do mesmo modo, os laços entre feirante-consumidor baseiam-se na integração solidária a partir da produção local, relações inexistentes nas conexões baseadas na verticalidade.

A capacidade de adaptação da Feira-livre da Avenida Brasil foi e continua a ser verificada nas diversas situações que passa atualmente, observamos em toda a feira a incorporação de formas virtuais de pagamento, via transferência pix ou a partir de crédito e débito. Os códigos QRs são pendurados nas barracas junto dos preços dos alimentos (Figura 10). Quando questionamos especificamente sobre a incorporação de novas tecnologias de pagamento, os feirantes indicaram uma alta taxa de admissão, vinte e cinco feirantes (89,3%) apontaram que estão usando. A respeito disso, ficou claro como a feira-livre vai incorporando

mecanismos que antes não a compunham. Nos falou um feirante: “Se não acompanhar a inovação não vende, hoje está todo mundo nesse mundo digital”, e outro reforçou: “Me auxilia muito, gosto do papel, mas o dinheiro virtual fez com que os feirantes tivessem que se adaptar”.

A incorporação de novas tecnologias clarifica a capacidade de resiliência da feira-livre. Na situação posta, artifícios de grupos que atuam verticalmente: os bancos e o sistema financeiro, são adotados pelos feirantes na necessidade de manutenção ou ampliação do volume de vendas. Flexionam-se os mecanismos das verticalidades para a continuidade de modos de agir horizontais.

Figura 10 - Placa com código QR exposta em barraca na Feira-livre da Avenida Brasil, Juiz de Fora – 2023.



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

A organização dos sujeitos em torno do uso do território, como associações, pode ser identificada como uma ferramenta para o fortalecimento das relações horizontais estabelecidas. Pois “a organização é importante, como o instrumento de agregação e multiplicação de forças afins, mas separadas. Ela também pode constituir o meio de negociação necessário a vencer etapas e encontrar um novo patamar de resistência e de luta” (SANTOS, 2001, p. 134).

As organizações dos feirantes ao redor da categoria fortalecem a identidade desses trabalhadores, formaliza sua ação frente ao cenário de disputas e fortifica a busca desses por

direitos. Conforme indica Pacheco (2009, p. 179) ao analisar o trabalho feirante e a regulamentação do mercado: “Diversos sindicatos e associações podem ser apontados na história dos feirantes, visto que esta categoria forja uma identidade urbana que agrega uma pluralidade de setores do trabalho na cidade, comerciantes dos mais diversos produtos.” Deste modo, podemos apontar a Associação dos Profissionais Produtores e Feirantes de Juiz de Fora (APPROFEIRA) como instrumento organizativo dos trabalhadores em um cenário promotor de desuniões, ou uniões verticais.

De acordo com a diretoria da APPROFEIRA, a associação foi formalizada em 2019 como resultado da articulação inicial de um grupo de sete feirantes. Com apoio da Câmara de Vereadores de Juiz de Fora, o grupo conseguiu auxílio jurídico para elaboração de um estatuto. Já a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Agropecuária (SEDETA-PJF) prestou auxílio para a realização da eleição para a diretoria da associação, a qual ainda coordena a entidade e encontra-se nos trâmites para realizar nova eleição. Atualmente a APPROFEIRA conta com 78 feirantes associados e de acordo com a sua diretoria:

“Hoje muita gente já reconhece a APPROFEIRA, já nos conhece, a associação cresceu principalmente para fora da feira. Algumas pessoas assustam que temos uma associação formada, com tudo direitinho, regularizada. No início chegaram 13 associados, ao longo do tempo foram chegando outros novos, a cada mês vai chegando mais um, dois. A gente está remando.”

Ao longo do período de existência a APPROFEIRA tem atuado na reivindicação de melhorias para o trabalho dos feirantes. Foram citados pela direção da organização como exemplo a conquista de emendas parlamentares para a construção de banheiros na Avenida Brasil e para instalação de um sistema de segurança e monitoramento para a Feira-livre da Avenida Brasil. Uma caminhonete Saveiro Robust também foi conquistada pela associação por meio de emenda parlamentar para apoiar os feirantes na logística de realização das feiras. Além disso, a associação já articulou cursos de formação com o SENAR e o Sebrae, porém essa iniciativa contou com maior adesão de pessoas de externas à feira-livre.

Apesar do volume de associados, apenas uma parcela colabora ativa e financeiramente com a associação. Do total de associados, apenas 27 (34,6%) colaboram com a cota mensal de R\$20,00 para o financiamento da entidade. Tal situação acarreta em uma insegurança sobre o futuro da entidade. De acordo com a diretoria da APPROFEIRA: “A gente quer caminhar, mas fica inseguro [...] até para você ter credibilidade junto aos órgãos públicos é preciso ter associados, precisamos ter união do pessoal”.

Dos feirantes entrevistados em nossa pesquisa, oito (28,6%) declaram ser associados a APPROFEIRA e vinte (71,4%) indicaram que não. Ao justificarem a motivação para estarem associados, os feirantes indicaram que compunham a comissão que articulou a associação ou que participaram das reuniões iniciais. Já a justificativa dos não associados foi no sentido de não verem o trabalho da associação, de não terem sido convidados e por falta de tempo. Alguns feirantes indicaram não ter motivo específico para não se associarem e dois desses indicaram que estão em processo para se associarem.

Tais dados corroboram com o apontado pela diretoria da associação, evidenciando a baixa participação dos feirantes. Tal situação também acarreta uma sobrecarga dos dirigentes, impondo dificuldades em compor espaços de decisão ou de possível crescimento da associação e de organização dos feirantes. Processos que enfraquecem ou dificultam o alcance imediato dos objetivos da associação. Outros trabalhos que analisam a articulação de associações de feirantes, como o executado por Coêlho e Pinheiro (2009) apontam que “O grau de articulação é um aspecto importante para se conseguirem melhorias para qualquer movimento classista e, nas feiras, ele é bem baixo” (COÊLHO; PINHEIRO, 2009, p. 8).

Ao questionarmos os feirantes sobre o papel da APPROFEIRA, ficou evidente que reconhecem a importância de uma entidade representativa, pois as respostas permearam a luta e defesa por direitos, melhoria das condições de trabalho e a resolução de problemas. É o que evidencia o discurso de alguns feirantes: “É para unir as pessoas e também existe para mediar com a Prefeitura em prol do feirante, mas nem sempre acontece ou há acordo”; “Tem que ter uma associação que brigue por você, pela feira e não que aceite tudo o que a Prefeitura manda”; “Organizar a feira e trabalhar para trazer melhores condições de trabalho”; “Tem por destino preservar nossos direitos, cuidar e ir atrás de nossos direitos. Nossa presidente vem trabalhando com grande excelência, porque exige muita dedicação e vem correndo atrás. Brigar por um direito que não é seu, brigar por um direito que é do outro é muito difícil, ainda mais por um direito que não é meu. Todos tem ganhado com o trabalho da associação”.

Tal apontamento evidencia uma contradição no agir dos feirantes, uma vez que reconhecem o papel da entidade, porém não tem participado ou colaborado com suas ações. Retomemos à diretoria da APPROFEIRA, que aponta: “Muita coisa poderia ser feita pela feira, mas fica difícil por não termos um grupo de ação. É muito complicado, queríamos muito um grupo de apoio e ação, mas exige trabalho que uma turma não reconhece”.

Santos (2009) afirma que a tendência na atualidade é a promoção da união vertical dos lugares em favor dos interesses hegemônicos que subordinam estruturas e agentes localmente:

Nessa união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício. E a união vertical – seria melhor falar de unificação – está sempre sendo posta em jogo e não sobrevive senão à custa de normas rígidas. Mas os lugares também se podem fortalecer horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo (SANTOS, 2009, p. 194).

A criação de associações revela-se como um mecanismo de fortalecimento dos agentes quando esses atuam pela horizontalidade. Associar-se fortalece a luta local em favor do espaço banal, dos territórios e das suas formas de uso não hegemônicas. Porém, para sua efetivação é necessário um alinhamento e colaboração dos sujeitos que serão representados. A APPROFEIRA soma-se ao rol de ações que, partindo do território, virão efetivar-se cultural, político e territorialmente. Em concordância com Santos (2005), aqueles que agem localmente podem apropriar-se de estratégias organizativas dos que agem verticalmente e usá-las a seu favor, a organização de entidades representativas como associações pode servir para fortalecer as ações horizontais.

Pode-se dizer, também, que esse cotidiano homólogo leva a um aumento da eficácia política. A informação tornada comum não é apenas a das técnicas de produção direta, mas tende também a ser a das técnicas de mercado. Os mesmos interesses criam uma solidariedade ativa, manifestada em formas de expressão comum, gerando, desse modo, uma ação política. Essa ação política pode, em muitos casos, ser orientada, apenas, para um interesse particular e específico, frequentemente o da atividade hegemônica no lugar. Mas este é, apenas, um primeiro momento. As atividades que, complementares ou não, têm uma lógica diversa da atividade dominante, provocam, a partir do seu conflito de preocupações, um debate que acaba por interessar ao conjunto da sociedade local. E o resultado é a busca de um sistema de reivindicações mais abrangente, adaptado às contingências da existência comum, no espaço da horizontalidade. (SANTOS, 2009, p. 195).

Na capacidade de adaptação, baixo investimento estrutural, coletividade e flexibilidade estão as chaves para o entendimento dos modos como as feiras-livres se mantêm na cidade moderna, mesmo com o domínio das ruas pelos carros e da alimentação pelas redes de supermercados e *shoppings centers*. Conforme aquele que nos inspirou a olhar para as feiras por meio da Geografia aponta, ela “mudou sua geografia na cidade, reestruturou-se internamente, passando a assumir novas funções. Com sua versatilidade, própria das atividades

do circuito inferior, se adaptou ao novo contexto e persiste com uma vitalidade impressionante” (MASCARENHAS, 1992, p. 96). A partir de tais capacidades, pode-se aventar e compreender a continuidade das feiras. Além disso, soma-se seu papel necessário para o abastecimento de um grupo cada vez maior de trabalhadores urbanos alienados da posse da terra e da capacidade de produzir para seu sustento, é fundamental que amanhã haja feira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: “Alimentar o povo, quer algo mais importante que isso?!”

O *Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional de 2018 – MapaSAN 2018* situa as feiras-livres como equipamento público de segurança alimentar e nutricional. Tais equipamentos têm o intuito de prestar “apoio à produção, abastecimento e ao consumo de alimentos, com o objetivo de promover o acesso à alimentação adequada e saudável e de reduzir os índices de insegurança alimentar da população nos municípios brasileiros” (BRASIL, 2018, p. 69). Logo, tratar desse território, medidas as proporções, é tratar da alimentação de parte da população.

Compreendemos que a feira-livre é uma forma-conteúdo essencial para o abastecimento da população, principalmente para as aquelas com menores faixas de renda. A existência desse território é mecanismo para a segurança alimentar, uma vez que mesmo aqueles que enfrentam dificuldade quanto ao dinheiro para efetuarem compras, conseguem obter alimentos por meio de doações ou descontos, conforme afirmava Braudel (BRAUDEL, 2009, p. 72), “todos têm acesso à feira”.

Essa percepção é comum tanto para feirantes, como para consumidores. Em campo nos falou um feirante: “[...] dou sempre desconto, doo muita coisa no final da feira, sinto que ajudo as pessoas e isso é bom”. Na mesma linha responderam alguns consumidores: “A feira tem preço mais em conta”; e “Aqui é mais viável o preço e tem mais variedade”.

Tanto em momentos de trabalho, como de observação da feira-livre, fomos capazes de notar e participar das “miudezas” que conferem a esse território suas particularidades. Dentre elas, relações não construídas e encontradas nas formas-conteúdos hegemônicas e homogeneizadoras de comércio. Os populares descontos na balança, arredondamentos de preço, acréscimos de produtos após o pagamento como brindes e doações são características das feiras-livres.

A desarticulação das feiras-livres vai atender aos desígnios dos agentes hegemônicos, uma vez que atuam apenas no intuito da reprodução continuada do capital em busca de maiores taxas de lucro. Os consumidores são tidos apenas como modo de ampliação desse lucro. Já na percepção dos feirantes, os consumidores, também, são o modo de obterem renda e lucro, mas são sujeitos com os quais se estabelecem laços sociais mais horizontais e até amigos.

Os agentes hegemônicos atuam por meio da competitividade, do individualismo e do desejo de posse com o propósito de romper com esses laços, romper com a socialidade e solidariedade horizontais construídas. De acordo com Santos (2001), o abandono da solidariedade implica na alienação dos sujeitos, “é dessa forma que a sociedade e os indivíduos aceitam dar adeus à generosidade, à solidariedade e à emoção com a entronização do reino do cálculo (a partir do cálculo econômico) e da competitividade” (SANTOS, 2001, p. 54).

A presença de laços sociais é verificada na resposta dos quarenta e dois consumidores entrevistados (77,8%) que indicaram que o tratamento mais pessoal e familiar dos feirantes é motivador para frequentarem a Feira-livre da Avenida Brasil. Assim como a construção de laços entre feirante-consumidor é tida como instrumento para a garantia da continuidade das feiras-livres, conforme se verifica no seguinte apontamento de um feirante entrevistado em campo: “a gente serve as pessoas, o povo gosta porque tratamos com carinho. Aqui todos feirantes tratam todo mundo bem, ninguém dispensa ninguém, eles dão desconto, dão brinde, a gente tem que cultivar isso para que não acabe”.

Quando apontamos a feira-livre como uma forma socioespacial, indicamos que para além do comércio, a feira-livre coaduna funções histórico-tradicionais, culturais e sociais. Concentra o espaço de reprodução da vida de consumidores, a partir da aquisição de alimentos, qualquer seja o modo de obtenção; dos feirantes e como verificamos de parte de suas famílias; de trabalhadores, sejam formais ou informais; e de toda uma rede de agricultores. Assim, a manutenção dessas formas de uso do território implica em pesos sociais, econômicos, históricos, culturais e políticos.

A continuidade e manutenção das feiras-livres, sobretudo da Feira-livre da Avenida Brasil, a partir do observado tem peso político. Onde os objetos e as ações, por contarem com um papel político, são fundamentais na organização do território, assim como sua regulação (RAMALHO, 2006), de tal modo, influenciam na organização da sociedade como um todo. Portanto, a substituição de um por outro – ou adaptação, destruição –, revela e provoca transformações na organização das relações sociais. E compreendê-las, segundo Santos (2009):

trata-se de reconhecer o valor social dos objetos, mediante um enfoque geográfico. A significação geográfica e o valor geográfico dos objetos vem do papel que, pelo fato de estarem em contiguidade, formando uma extensão contínua, e sistemicamente interligados, eles desempenham no processo social (SANTOS, 2009, p. 49).

Posto isso, a existência ou não da Feira-livre da Avenida Brasil, ou das feiras-livres como um todo, marcam a manutenção ou obliteração de mecanismos socioespaciais relevantes, implica na possibilidade de perpetuação de relações sociais não ditadas apenas pelo dinheiro. Implica na ocupação do espaço público e na acreção de vida e significado a este espaço. O jogo dialeticamente posto de disputas pelo uso do território na feira-livre está ao redor do consumo, da produção, do trabalho, da alienação de homens e mulheres e dos usos territoriais.

“O território se metamorfoseia em algo mais do que um simples recurso” (SANTOS, 2001, p. 111), o território usado é campo de ação e exercício de vida. A organização dos atores não-hegemônicos a partir de outras vias, outras racionalidades ou contrarracionalidade, por meio das horizontalidades, responde à questão fundante desta pesquisa: como as dinâmicas das disputas de poder no e em torno do uso do território são expressos na Feira-livre da Avenida Brasil? De que modo as feiras-livres continuam na contemporaneidade frente a formas espaciais de comércio mais modernas? Como os sujeitos feirantes contribuem para a continuidade desta forma comercial em meio à cidade moderna?

Na Avenida Brasil e em outras feiras-livres de Juiz de Fora, a organização dos feirantes a partir de uma entidade, como a APPROFEIRA, mostra-se como uma ação de organização por meio da horizontalidade com o intuito de fortalecer o movimento local em prol de melhorias para o trabalho feirante e das feiras-livres. As feiras-livres continuam na cidade moderna porque seu modo de ação não é rígido, baseia-se no agir local, nas relações de vizinhança e solidariedade horizontais e, dialeticamente, incorporam e se adaptam às imposições hegemônicas as driblando, de modo que permanentemente se reconstruam. Tal qual uma barraca de feira que desarmada, edifica-se em outros cantos da cidade e na semana seguinte retorna à margem esquerda do Rio Paraibuna.

Braudel, ao iniciar o primeiro capítulo de *Civilização material, economia e capitalismo*, diz: “Tudo nela é agitação e lhe assinala os movimentos. O ruído das feiras chega distantemente a nossos ouvidos” (BRAUDEL, 2009, p. 12). Até poderia parecer que ele começa a descrever as feiras na atualidade, mas não. Ele trata das feiras venezianas do século XVI. Da mesma forma, esta sensação de ruídos, falatórios e movimentos vão ser expressadas nas menções que fará as feiras na Etiópia, Índia, Grécia, China, México e Egito (BRAUDEL, 2009). O autor faz menção ao mercado elementar, que com simples infraestrutura congrega fluxos e inovações em todos os cantos do mundo. A feira, mesmo parecendo relógio velho, funciona com vigor.

As feiras-livres resultam de objetos e ações estabelecidos em meio ao espaço público, de preferência ao ar livre e ocorrendo semanalmente. São criadas com o intuito de fomentar transações comerciais baseadas no varejo de hortifrutigranjeiros e outros alimentos de primeira necessidade. Mas a partir do seu uso territorial fomentam a proliferação de manifestações sociais, simbólicas e culturais. Desse modo, as feiras-livres expressam usos do território comerciais, mas também de trocas de saberes, lazer, trabalho, reprodução da vida, construção de relações e de conhecimento.

Em Juiz de Fora, a feira-livre dominical, em dias de completar seu primeiro centenário, apresenta-se como uma manifestação do território usado vívido e repleto de camadas. Fruto da luta do proletariado na década de 1920, a feira-livre neste município surge como via de combate à carestia e a fome, e nos dias de hoje, continua com sua vocação para o abastecimento. Este território-feira-livre passou por vários deslocamentos no tecido urbano, justificado pelo ordenamento territorial, deixando as margens da via central juiz-forana, a Avenida Rio Branco, para ocupar a margem esquerda do Rio Paraibuna, na Avenida Brasil, então periferia geográfica do centro da cidade.

Partimos de questionamentos quanto a continuidade das feiras-livres na cidade moderna, das formas com que agem para não ter desaparecido frente à expansão de formas comerciais mais modernas e extremamente competitivas, como os supermercados. Ao estudarmos as feiras-livres, em especial a feira-livre dominical juiz-forana, constatamos que na sua multifuncionalidade, simplicidade, capacidade de adaptação e impulso à criação e fortalecimento de relações sociais, encontram-se as chaves para a compreensão de sua (r)existência na cidade moderna. Tais chaves conglomeram-se no realizar-se pela horizontalidade.

O par dialético proposto por Milton Santos (SANTOS, 2001, 2005, 2009) apresenta-se como ferramentas de interpretação dos processos espaciais, que são evidenciados a partir dos interesses sobre o território usado. Horizontalidade e verticalidade, conjuntamente, evidenciam essa dialética. De modo que os atores que atuam a partir das verticalidades, em busca de homogeneizar o espaço por meio de uma organização que o desorganiza localmente, só se mantém a partir de normas rígidas. Os atores que procedem baseado nas horizontalidades são capazes de dobrar essas normas, agir pelas frestas, seguindo outra racionalidade e a partir disso conseguem adaptar-se e (re)produzir seu modo de existir.

A capacidade de adaptação da feira-livre nos parece ser o maior aliado para sua (r)existência. Mas não podemos deixar de lado fatos como o abastecimento de bens de primeira necessidade, o baixo investimento estrutural, a coletividade e a contiguidade. O estabelecimento de escalas curtas de produção-distribuição e a organização dos trabalhadores, são importantes características que conferem à feira-livre a possibilidade de resistir, em síntese, de agir horizontalmente. Conforme Braudel (BRAUDEL, 2009, p. 15) indica, seu maior trunfo encontra-se na sua “simplicidade robusta”.

No contexto macro, há a necessidade de elaboração de legislação que atue sobre toda a rede de comercialização e distribuição de alimentos, rompendo ou desconstruindo a voracidade dos agentes verticais. Localmente, uma possibilidade para a preservação desse importante território é a patrimonialização da Feira-livre da Avenida Brasil, processo semelhante ao ocorrente na Feira-livre de Alfenas (PORTO, 2021). Porém, que venha a contar com a participação dos sujeitos que usam esse território. Conjuntamente, faz-se necessário, investimentos infraestruturais para a melhoria do trabalho dos feirantes, assim como para o conforto dos consumidores. A instalação de infraestruturas básicas, como banheiros, vestiários e bebedouros, certamente vão proporcionar uma melhora à feira-livre. Assim como a instalação de aparatos de segurança com rondas pela feira e um sistema de monitoramento efetivo.

É necessário que o papel de abastecimento alimentar promovido pelas feiras-livres seja reconhecido por todos, só assim episódios como o do Decreto Executivo 13.894/2020 – que classificou a Feira-livre da Avenida Brasil como forma de entretenimento e não de abastecimento –, não ocorrerá mais. Da mesma forma, a feira-livre vai se respaldar nesse papel e terá reconhecimento em situações que os agentes hegemônicos voltarem seus desejos para a feira-livre. Assim, poderá estar mais protegida da sanha homogeneizante da globalização.

É fundamental proteger a cidade e as pessoas do desencante (SIMAS; RUFINO, 2019). Portanto, precisamos pensar e defender a ação daqueles que mesmo dialogando com as verticalidades, (r)existem pelas horizontalidades, aqueles que tem seu agir de baixo para cima e lançam racionalidades para além das práticas hegemônicas.

Na divisão do trabalho por baixo, o que se produz é uma solidariedade criada de dentro e dependente de vetores horizontais cimentados no território e na cultura locais. Aqui são as relações de proximidade que avultam, este é o domínio da flexibilidade tropical com a adaptabilidade extrema dos atores, uma adaptabilidade endógena (SANTOS, 2001, p. 146).

Dessas características surgem possibilidades outras, contrarracionais, são sementes a possibilidade da aquisição de alimentos, do encontro de produtos fresco, de boa qualidade e baratos. Da feira-livre surge oportunidade de trabalho para feirantes e família, para trabalhadores urbanos e rurais. Abre-se a possibilidade de uma conversa, de o consumidor ganhar um desconto ou de aprender uma receita nova. “Amanhã haverá feira-livre”. Que a chamada de uma edição do O Pharol de 1924, continue sendo atual e que consigamos pensar na realização da feira-livre no amanhã.

Mas assim como a feira-livre, que ao atingir seu teto de tempo diário, é desarmada, caminhamos para o fim. Outrora foi apenas rua vazia, desejo de compreender um dos fenômenos e dinâmicas espaciais, hoje é tumulto, falação e correria (SANTOS et al., 2020). E seguimos aprendendo, na “estratégia metamorfósica” (MENEZES, 2005, p. 42), para em outro momento voltar a montar barraca em outro lugar com mais desejo de aprender.

REFERÊNCIAS

I. Referencial bibliográfico

ABREU, M. A. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 4, n. 1, p. 13–25, 6 jun. 2000.

ADAS, M. **A Fome: crise ou escândalo?** 29. ed. São Paulo: Moderna, 1988.

ALVES, A. E. S.; ALMEIDA, J. R. M. DE. Trabalho informal em tempos “globalizacionistas”. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 9, n. 33e, 2012.

ANDRADE, S. M. B. V. DE. **Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)**. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1987.

ARAÚJO, A. M.; RIBEIRO, E. M. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 561–583, 2018.

BARBOSA, Y. A. **Pequena Geografia Histórica de Juiz de Fora: o processo urbano do Caminho Novo ao início do século XX**. Curitiba: Editora CRV, 2017.

BEZERRA, J. E. Redes de Supermercados e a Governança do Setor Agroalimentar: a produção de frutas no Nordeste brasileiro. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 42, p. 104–119, 1 abr. 2017.

_____. Geografia, Comércio e Consumo: os supermercados como tema geográfico. **Espaço & Geografia**, v. 23, n. 2, p. 143–161, 2020.

BONAMICHI, N. C. **Feiras Livres: um breve estudo sobre tradição urbana, sociabilidade e resistência na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

BRANDÃO, M. B. A. **Comércio de rua: ocupação consolidada no espaço público, possibilidades de abordagem no projeto urbano**. São Paulo: 2008 Disponível em: <http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/3_cincci/024-bitiz-afflalo.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2021

BRAUDEL, F. **A Dinâmica do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

_____. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: Os jogos das trocas**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BROMLEY, R. J.; SYMANSKI, R.; GOOD, C. M. Análise Racional dos Mercados Periódicos. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 42, n. 1, p. 183–194, 1980.

BRUGGER, A. P. Redefinição do Território da Feira Livre: um estudo exploratório sobre apropriação do espaço na Avenida Brasil em Juiz de Fora - MG. **Revista Geonorte**, v. 7, n. 1, p. 1671–1682, 2013.

_____. A Feira da Avenida Brasil em Juiz de Fora-MG: um lugar do encontro sob a luz da informalidade. **Anais I Simpósio Mineiro de Geografia**, p. 897–911, 2014a.

_____. **Comércio, feiras e um lugar de obsolescência em Juiz de Fora-MG: a feira informal da Avenida Brasil**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 10 dez. 2014b.

CAMPOS, I. C. S. et al. Perfil e percepções dos feirantes em relação ao trabalho e segurança alimentar e nutricional nas feiras livres. **HU Revista**, v. 43, n. 2, p. 247–254, 2017.

CANO, W. Da Década de 1920 à de 1930: transição rumo e à crise e à industrialização no Brasil. **Revista Economia**, p. 897–916, 2012.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

CARVALHO, F. R. C. et al. **Avaliação das Operações Logísticas no Centro de Distribuição do Grupo Bahamas na Cidade de Juiz de Fora – MG**. Anais do Congresso Internacional de Administração. Anais...Ponta Grossa: 2019Disponível em: <http://admpg.com.br/2019/trabalhosaprovados/arquivos/07282019_190730_5d3e209e57973.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2023

CASSAB, C. **(Re)construir utopias: jovem, cidade e política**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

_____. A cidade como espaço público: uma interpretação pautada na fala dos jovens. **Mercator**, v. 9, n. 20, p. 83–91, 2010.

COÊLHO, J. D.; PINHEIRO, J. C. V. **Grau de organização entre os feirantes e problemas por eles enfrentados nas feiras livres de Cascavel e de Ocara, no Ceará**. Anais 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Anais...Porto Alegre: 2009

COLCHETE FILHO, A.; BRAIDA, F.; CARDOSO, C. F. Cidade e comércio: relações em Juiz de Fora, Minas Gerais. **Oculum Ensaios**, v. 11, n. 1, p. 155, 15 abr. 2014.

CUNHA, A. R. A. A.; BELIK, W. Entre o Declínio e a Reinvenção: atualidade das funções do sistema público atacadista de alimentos no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 3, p. 435–454, 2012a.

_____. A produção agrícola e a atuação das Centrais de Abastecimento no Brasil. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 19, n. 1, p. 46–59, 2012b.

CUSTÓDIO, V. Dos surtos urbanísticos do final do século XIX ao uso das várzeas pelo Plano de Avenidas. **Geosul**, v. 19, n. 38, p. 77–98, 1 jan. 2004.

DANTAS, G. P. G. **Feira de Macaíba/RN: um estudo das modificações na dinâmica socioespacial (1960/2006)**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 3 dez. 2007.

DANTAS, G. P. G. Feiras No Nordeste. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, v. 7, n. 13, p. 87–101, 2008.

DESTRO, J. A. S. Café e Pecuária em Juiz de Fora - 1896-1930. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, v. 1, n. 1, p. 35–65, 2006.

DUARTE, F. M. **Mercado financeiro e crédito público: acumulação de capital e infraestrutura urbana em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Funalfa, 2016.

ELIAS, D. Agronegócio globalizado, uso corporativo do território, pobreza e desigualdades socioespaciais no Brasil. In: ARROYO, M.; BERNARDES SILVA, A. M. (Eds.). **Instabilidades dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton**

Santos. São Paulo: FFLCH/USP, 2022. p. 113–136.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: [s.n.].

FIRMINO, P. C. S. As feiras livres em tempos de contemporaneidade e os circuitos da economia urbana em Arapiraca/AL (Brasil). **Revista GeoNordeste**, n. 1, 2019.

FONSECA, D. E. **A cidade e a festa: uma abordagem geográfica sobre o carnaval de Juiz de Fora-MG**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019.

FONSECA, F. L.; COLCHETE FILHO, A. **A Supremacia do Pedestre: os calçadões e a qualidade urbana na área central de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Editora UFJF / Funalfa, 2016.

FORMAN, S. **Camponeses: sua participação no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

GODOY, W. I. **As Feiras-livres de Pelotas, RS: estudo sobre a dimensão sócio-econômica de um sistema local de comercialização**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2005.

GODOY, W. I.; ANJOS, F. S. A Importância das Feiras Livres Ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, p. 364–368, 2007.

GONÇALVES, A. O.; ABDALA, M. C. “Na Banca Do ‘Seu’ Pedro É Tudo Mais Gostoso” : Pessoaalidade E Sociabilidade Na Feira-Livre. **Ponto Urbe**, n. 12, 2013.

GUEDES, G. **Juiz de Fora: Vida Urbe**. Juiz de Fora: Gerson Guedes, 2012.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 19–46, 2010.

HOBBSAWM, E. J. **A era do capital - 1848-1875**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Dicionário Houaiss Conciso**. São Paulo: Moderna, 2011.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LEITE, J. L. B. **Criação e desenvolvimento de micro, de pequenas e médias empresas industriais de Juiz de Fora**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

LISIEUX, D. O.; MUSSE, C. F. **O “Diário Mercantil” no Golpe Militar de 1964: como um jornal de província auxiliou na consolidação do golpe**. 1. 9º Encontro Nacional de História da Mídia. **Anais...Ouro Preto**: 2013

LUCENA, T. I. N.; GERMANO, J. W. **Feiras livres: cidades de um só dia, aprendizados para a vida inteira**. 1. ed. Natal: EDUFRRN, 2016.

MAJOLO, T. P. **Grafias da voz: estudo sobre a oralidade nos registros municipais da São Paulo do século XIX (1820-1870)**. São Paulo: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo, 20 ago. 2009.

MANZONI, F. M. A. Campos e cidades na capital paulista: São Paulo no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. **Revista História & Perspectivas**, v. 1, n. 36/37, p. 81–107, 2007.

_____. **Mercados e feiras livres em São Paulo (1867 - 1933)**. 1. ed. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, V. Pelas ruas, de porta em porta. Verdureiros, quitandeiras e o comércio ambulante de alimentos em Campinas na passagem do império à república. **Revista de História Regional**, v. 14, n. 2, p. 53–81, 21 ago. 2010.

MARTIOLI, V.; PERES, J. **Donos do mercado: como os grandes supermercados exploram trabalhadores, fornecedores e a sociedade**. São Paulo: Elefante, 2020.

MASCARENHAS, G. O Lugar da Feira Livre na Grande Cidade Capitalista: Rio De Janeiro, 1964-1989. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 54, n. 1, p. 95–120, 1992.

_____. Modernidade Urbana e Flexibilidade Tropical: as Feiras livres na cidade do Rio de Janeiro (1904-1934). **Geo UERJ**, n. 2, p. 1–13, 1997.

_____. Ordenando o espaço público: a criação das feiras livres na cidade do Rio de Janeiro. **Scripta Nova**, v. IX, n. 194 (62), p. 1–13, 2005.

MASCARENHAS, G.; DOLZANI, M. C. S. Feira Livre: Territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Ateliê Geográfico**, v. 2, n. 2, p. 72–87, 2008.

MENEZES, V. P. L. **As Feiras-livres em Fortaleza - Retrato da Polisssemia Urbana**. [s.l.] Universidade Estadual do Ceará, 2005.

MORAES, A. C. R. **Território na Geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013.

MORAIS, F. A.; HANASHIRO, D. M. M. O saber profissional do feirante. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 6, n. 1, 2015.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MOTA, J. S. Utilização do Google Forms na pesquisa acadêmica. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 12, p. 10, 2019.

MUMFORD, L. **A cidade na história - suas origens, transformações e perspectivas**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MUSSE, C. F. **A imprensa e a memória do lugar: Juiz de Fora (1870/1940)**. Anais do XII congresso de Ciências da Comunicação da Região Sudeste. **Anais...Juiz de Fora: 2007**. Disponível em: <<http://intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2007/resumos/R0083-1.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2022

OLIVEIRA, L. E. O proletariado de Juiz de Fora e sua luta por direitos sociais do trabalho no início do século XX. **Revista Científica da Faminas**, v. 1, n. 2, p. 159–178, 2005.

_____. **Os trabalhadores e a cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

OLIVEIRA, N. M. G. **O lugar dos supermercados na cidade: um estudo tipológico na avenida Rio Branco – Juiz de Fora / MG**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

PACHECO, L. P. B. **Trabalho e costume de feirantes de alimentos: pequenoscomerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana(1960/1990)**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009.

PAMPLONA, J. B. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, n. 1, p. 225–249, jun. 2013.

PANDOLFO, M. L. M. **Feira de São Cristóvão: a reconstrução do nordestino num mundo de paraibas e nortistas**. [s.l.] Fundação Getúlio Vargas, 1987.

PASSAGLIA, L. A. P. **Preservação do Patrimônio Histórico de Juiz de Fora**. 1. ed. Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, 1982.

PEDROSA, D. M. A. **A Feira Livre da Avenida Brasil: produção do espaço e trocas sociais no comércio de rua de Juiz de Fora-MG**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

PEREIRA, V.; BRITO, T.; PEREIRA, S. A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG). **Revista Ciências Humanas**, v. 10, n. 2, p. 67–78, 2017.

PINHEIRO, A. S. et al. Insegurança alimentar em tempos de Pandemia do Covid-19 no Brasil: Revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 9, p. 1–20, 3 jul. 2022.

PINTAUDI, S. M. A cidade e as formas do comércio. In: CARLOS, A. F. A. (Ed.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 143–159.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De Saberes e de Territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CECANÑA, A. E. (Ed.). **De los saberes de la emancipación y de la dominación**. 1. ed. Buenos Aires: Clacso, 2008. v. 1p. 37–52.

PORTO, G. C. S. **Configuração Sócio-Espacial e Inserção das Feiras Livres de Itapetinga-BA e arredores no Circuito Inferior da Economia**. [s.l.] Universidade Federal da Bahia, 2005.

_____. Origem, permanência e significados das feiras livres no início do século XXI. **Anekumene**, n. 10, p. 42–51, 11 set. 2015.

_____. Patrimonialização, território usado e processo de registro da feira livre de domingo de Alfenas (MG) como bem cultural imaterial do município. **Caderno de Geografia**, v. 31, n. 2, p. 187, 15 set. 2021.

QUEIROZ, T. A. N. Espaço Geográfico, Território Usado e Lugar: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos MILTON SANTOS. **Para Onde!?**, v. 8, n. 2, p. 154–161, 13 dez. 2014.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, S. A.; MUSSE, C. F. **“O Lince” e a cobertura do golpe militar de 1964**. Intercom-Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **Anais...Vila Velha**: 2014. Disponível em: <https://pesquisafacomufjf.files.wordpress.com/2013/06/intercom_susana_2014.pdf>. Acesso em: 5 out. 2022

REZENDE, R. L.; TEIXEIRA, W. C. Expansão do Grupo Bahamas sob o contexto macroeconômico. **Gestão - Revista Científica**, v. 2, n. 1, p. 1–19, 2020.

RIBEIRO, A. C. T. Cartografia da ação social: região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In: POGGIESE, H.; EGLER, T. T. C. (Eds.). **Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática**. Buenos Aires: Clacso, 2009. p. 147–156.

RIBEIRO JUNIOR, J. R. S. et al. **Atlas das situações alimentares no Brasil: a**

disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2021.

RODRIGUES, G. B. Geografia Histórica como método. In: SILVA, M. W. DA; RAMOS, T. T.; RIBEIRO, D. DE A. (Eds.). . **Pesquisas socioespaciais e ambientais.** São Carlos: Cubo, 2021. p. 71–88.

ROSSINI, R. E. **Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

SANTOS, J. E. Feiras livres: (re)apropriação do território na/da cidade, neste período técnico-científico-informacional. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n. 2, p. 39–56, 2013.

SANTOS, J. R. Interfaces entre o pensamento geográfico e o institucionalismo: revisitando o conceito de espaço banal. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 11, n. 1, p. 93–115, 30 jun. 2021.

SANTOS, F. A. S. et al. Tem Balbúrdia e Preço Baixo: Feira Noturna da Praça Antônio Carlos em Juiz de Fora - MG. In: PORTUGUEZ, A. P.; COSTA, C. L.; MIYAZAKI, L. C. P. (Eds.). **Balbúrdia geográfica: natureza, produção, uso e apropriação do espaço no campo e na cidade.** Ituiutaba: Barlavento, 2020. p. 34–60.

SANTOS, F. A. S. **O avanço recente das redes de supermercados em Juiz de Fora.** Anais do VIII Seminário Programa de Pós Graduação em Geografia da UFJF: Caminhos da Geografia em tempos de negação da ciência, ataques à democracia e perda de direitos. **Anais...Juiz de Fora:** 2022

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia.** [s.l.] Editora Aucitec, 1988.

_____. **Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico-científico informacional.** Ebook ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos.** 2. ed. São Paulo: EdUsp, 2004a.

_____. **Por uma Geografia Nova.** 6. ed. São Paulo: EdUSP, 2004b.

_____. O retorno do território. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**, v. 6, n. 16, p. 251–261, 2005.

_____. O Papel Ativo da Geografia. Um Manifesto. **Revista Tamoios**, v. 2, n. 1, p. 1–5, 2006.

_____. **Espaço do Cidadão.** 7. ed. São Paulo: EdUSP, 2007.

_____. **Da Totalidade ao Lugar.** 1. ed. São Paulo: EdUsp, 2008.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **A Urbanização Brasileira.** 5. ed. São Paulo: EdUsp, 2018.

_____. **Espaço e Método.** 5. ed. São Paulo: EdUsp, 2020.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no século XXI.** 9. ed. Rio

de Janeiro: Record, 2006.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SATO, L. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Psicologia e Sociedade**, v. 19, n. Edição Espacial 1, p. 95–102, 2007.

SATO, L.; BERNARDO, M. H.; OLIVEIRA, F. Psicologia social do trabalho e cotidiano: a vivência de trabalhadores em diferentes contextos micropolíticos. **Psicologia para América Latina**, n. 15, p. 0–0, 2008.

SCARABELI, V.; MANÇANO, B. F. O debate paradigmático em torno da insegurança alimentar com base nos conceitos de segurança alimentar, soberania alimentar e agroecologia. **Geografia: Ambiente, Educação e Sociedades**, v. 2, n. 1, p. 35–52, 19 jan. 2020.

SILVA, C. H. C. O Papel dos Supermercados e Hipermercados nas Relações entre Cidade, Comércio e Consumo. **Geografia (Rio Claro)**, v. 30, n. 3, p. 610–625, 2005.

SILVA, M. W. A Geografia e o estudo do passado. **Terra Brasilis**, n. 1, 5 nov. 2012.

SILVA, H. M. S.; MIRANDA, E. O.; CASTRO JUNIOR, L. V. Feira livre enquanto espaço de sociabilidade, trabalho e cultura: tramas e subjetividades na Feira de Acari. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, n. 18, p. 273–290, 2014.

SILVA JÚNIOR, O. F. **As feiras livres na metrópole paulista: o comércio tradicional e os conflitos na ótica da reprodução do espaço urbano**. Anais Eletrônicos XIII ENANPEGE. Anais...São Paulo: 2019. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562986596_ARQUIVO_Asfeiraslivresnametropolepaulista.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021

SILVA, M. N. S. Território: Uma Revisão Teórico-Conceitual. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 1, n. 1, p. 49–76, 30 jun. 2015.

SIMAS, L. A. **O corpo encantado das ruas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L. **Flecha no Tempo**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SINGER, P. **A formação da classe operária**. 14. ed. São Paulo: Atual, 1994.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Eds.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77–116.

SOUZA, S. M. **Além dos Cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora - Juiz de Fora na segunda metade do século XIX**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1998.

_____. **Terra, família e solidariedade...: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição - Juiz de Fora (1870-1920)**. Bauru: EDUSC, 2007.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

STRAFORINI, R.; GARCIA, L. B. R.; CASTRO, J. F. M. Tropas e tropeiros em Sorocaba: a importância dos Muarens na produção de um espaço. **Geografia (Rio Claro)**, v.23, n.2, p.7–34,

1998.

STÜRMER, A. B.; COSTA, B. P. Território: aproximações a um conceito-chave da geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 21, n. 3, p. 50–60, 29 dez. 2017.

TREVISAN, E. **A feira livre em Igarassu: uma análise a partir os dois circuitos da economia; a convivência do formal e o informal**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

VARGAS, R. M. B. **As Feiras de Produtos Regionais: uma transformação no habitus da mulher agricultora familiar**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2015.

VARGAS, R. M. B.; FRAXE, T. J. P.; CASTRO, A. P. A mulher camponesa amazônica e a feira de produtos regionais: uma transformação no seu habitus. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, v. 13, n. 1, p. 70–85, 2013.

VASCONCELOS, P. A. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **GeoTextos**, v. 5, n. 2, 22 jan. 2009.

VEDANA, V. Fazer a feira e ser feirante: a construção cotidiana do trabalho em mercados de rua no contexto urbano. **Horizontes Antropológicos**, v. 19, n. 39, p. 41–68, jun. 2013.

VERANO, T. C.; MEDINA, G. S. Comercialização por agricultores familiares em feiras municipais: quantificação, participação, e localização no estado de Goiás. **Interações**, v. 2012, n. 4, p. 1045–1056, 2019.

VIANNA JR, W. S. O Governo-Geral no tempo dos Felipes. **Dimensões**, v. 20, p. 45–73, 2008.

II. Leis, normas e documentos oficiais

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. Sumário Executivo: Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional de 2018 – MapaSAN 2018. Brasília. 2018. 107 p. Disponível em: <<https://www.mds.gov.br/webarquivos/cidadania/Caisan/MapaSan/MAPASAN%202018.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de Setembro de 1920. Volume IV – População. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1926.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227299>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

FEIRA. In: HOUAISS, Dicionário Houaiss Coporativo da Língua Portuguesa Eletrônico. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss. Disponível em: <<https://www.houaiss.net/corporativo/apps/www2/v5-5/html/index.php>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

JUIZ DE FORA. Decreto do Executivo 03.253/ 1985. 17 abril 1985. Dispõe sobre as Feiras-Livres do Município e dá outras providências. Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, 1985. Disponível em: <<https://jfl legis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000010250>>. Acesso em: 02 out. 2021.

_____. Decreto do Executivo 13.894/ 2020. 18 março 2020. Declara situação de emergência em saúde pública, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID 19) e Altera o Decreto nº 13.893, de 16 de março de 2020 que “Dispõe sobre as medidas preventivas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), dá outras providências”. Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <<https://jfl legis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000045150>>. Acesso em: 06 jul. 2021a.

_____. Decreto do Executivo 14.068/ 2020. 28 agosto 2020. Altera o Decreto nº 13.975, de 12 de junho de 2020, que “Dispõe sobre as medidas preventivas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências”. Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <<https://jfl legis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000045722>>. Acesso em: 07 jul. 2021b.

_____. Resolução 00006/ 2020. 23 dezembro 2020. Define a reclassificação do Município de Juiz de Fora na onda vermelha do Plano Minas Consciente, do Estado de Minas Gerais com bloqueio total, e define protocolos sanitários específicos para funcionamento das atividades que menciona com vistas ao enfrentamento da pandemia provocada pela COVID-19. Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <<https://jfl legis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000046245>>. Acesso em: 06 jul. 2021c.

_____. Decreto do Executivo 14.654/ 2021. 12 agosto 2021. Cria o Grupo de Trabalho para elaboração da legislação para as Feiras Livres do município de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, 2021. Disponível em: <<https://jfl legis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000047627>>. Acesso em: 16 out. 2021.

_____. Decreto do Executivo 15.426/ 2022. 04 agosto 2022. Dispõe sobre as Feiras Livres do Município e dá outras providências. Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, 2021. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=97570>. Acesso em: 13 out. 2022.

_____. Decreto do Executivo 15.573/ 2022. 20 outubro 2022. Dispõe sobre as Feiras Livres do Município e dá outras providências. Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, 2021. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=100026>. Acesso em: 10 mar. 2023.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de Setembro de 1920. Volume IV – População. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1926.

REGIMENTO que levou Tomé de Souza governador do Brasil. Almerim, 17 dezembro 1548. Fonte original em: Lisboa, AHU, códice 112, fls. 1-9. Disponível em: <<https://url.gratis/fKh5h>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

III. Jornais e Notícias

ASSOCIAÇÃO dos feirantes protesta no Parque Halfeld. **Tribuna de Minas**. [S.l], 24 maio 2021. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/24-05-2021/associacao-dos-feirantes-faz-reuniao-com-vereadores-e-protesta-no-parque-halfeld.html>>. Acesso em: 12 set. 2021.

COMBOIO fiscaliza medidas de prevenção ao coronavírus em feira livre. **Tribuna de Minas**. [S.l], 16 jun. 2020. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/16-06-2020/comboio-fiscaliza-medidas-de-prevencao-ao-coronavirus-em-feira-livre.html>>. Acesso em: 18 set. 2021.

CORREIO DA MANHÃ. **Correio dos Estados**. 19 de julho de 1924. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_03/20349>. Acesso em: 05 out. 2021.

CORREIO DA MANHÃ. **Correio dos Estados**. 24 de julho de 1925. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_03/20405>. Acesso em: 05 out. 2021.

CORREIO DA MANHÃ. **Correio dos Estados**. 14 de agosto de 1924. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_03/20647>. Acesso em: 05 out. 2021.

CORREIO DA MANHÃ. **Correio dos Estados**. 30 de agosto de 1924. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_03/20839>. Acesso em: 05 out. 2021.

FEIRA livre da Av. Brasil retorna no próximo domingo. **Tribuna de Minas**. [S.l.], 26 maio 2021. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/26-05-2021/pjf-atende-a-solicitacao-de-comerciantes-e-feira-da-av-brasil-retorna-no-domingo.html>>. Acesso em: 03 dez. 2022.

FEIRA Livre da Avenida Brasil tem trânsito alterado a partir deste domingo. **Portal de Notícias**. Prefeitura de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 07 outubro 2021. Disponível em: <<https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=72712>>. Acesso em: 10 out. 2021a.

FEIRA da Avenida Brasil ganha projeto de novas instalações de sanitários. **Portal de Notícias**. Prefeitura de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 15 setembro 2021. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=72401&fbclid=IwAR1LZfL12a9q6xnfD_10IvyjAv01grqEXd799retn0D4l_jhipSNx0Ip5Y>. Acesso em: 20 set. 2021b.

FEIRA da Pechincha foi inaugurada neste domingo, 23. **Portal de Notícias**. Prefeitura de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 24 maio 2021. Disponível em: <<https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=71012>>. Acesso em: 12 set. 2021c.

FOLHA MINEIRA. **Críticas e elogios**. 04 de fevereiro de 1952. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/361763/1323>>. Acesso em: 06 out. 2021.

FOLHA MINEIRA. **Exploração, sujeita e desconforto na feira livre**. 04 de janeiro de 1956. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/843814/3290>>. Acesso em 06 out. 2021.

FOLHA MINEIRA. **Linguíça pôdre na feira livre**. 14 de outubro de 1954. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/843814/2311>>. Acesso em: 06 out. 2021.

FOLHA MINEIRA. **Exploração na feira-livre**. 14 de abril de 1956. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/843814/3570>>. Acesso em: 06 out. 2021.

FOLHA MINEIRA. **Pôr a feira-livre em outra rua**. 11 de fevereiro de 1958. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/361763/1553>>. Acesso em: 06 out. 2021.

FOLHA MINEIRA. **Melhor localização para a Feira Livre**. 27 de agosto de 1958. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/361763/2014>>. Acesso em: 12 out. 2021.

GAZETA COMERCIAL. “**Gazeta**” na Prefeitura. 30 de setembro de 1958. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/874612/33>>. Acesso em 20 set. 2021.

NOCELLI, G. Em um mês, 100 mil pessoas vão às feiras livres de JF. **Tribuna de Minas**. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/economia/07-09-2017/em-um-mes-100-mil-pessoas-vaao-as-feiras-livres-de-jf.html>>. Acesso em 12 set. 2021.

O LINCE. **Quadros de Miséria**. 09 de junho de 1923. p. 1

O PHAROL. **Camara Municipal**. Resolução n.80 de 19 de agosto de 1892. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/258822/9635>>. Acesso: 20 set. 2022.

O PHAROL. **Mercado Municipal**. 31 de dezembro de 1904. <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/19373>>. Acesso em: 10 set. 2021.

O PHAROL. **A Carestia e a Camara: quando virão as feiras livres?** 12 de maio de 1924. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/258822/41100>>. Acesso em: 29 set. 2021.

O PHAROL. **No Rio e Aqui**. 13 de maio de 1924. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/258822/41104>>. Acesso em: 14 set. 2021.

O PHAROL. **Appello ao governo federal**. 19 de maio de 1924. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/258822/41124>>. Acesso em: 29 set. 2021.

O PHAROL. **E não teremos as feiras livres**. 10 de junho de 1924. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/258822/41184>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

O PHAROL. **A vida cara e a grêve do operariado**. 14 de junho de 1924. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/258822/41192>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

O PHAROL. **Indiferença**. 24 de junho de 1924. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/41216>>. Acesso em: 10 set. 2021.

O PHAROL. **As feiras livres: ainda não houve sessão na Camara**. 24 de junho de 1924. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/41216>>. Acesso em: 10 set. 2021.

O PHAROL. **Os varejistas e as feiras livres**. 30 de junho de 1924. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/258822/41232>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

O PHAROL. **Toucinho e feijão sim!** Louças e meias não. 22 de julho de 1924. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/258822/41236>>. Acesso em: 07 set. 2021.

O PHAROL. **Feira livre: A de ontem foi concorridissima**. 04 de agosto de 1924. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/258822/41252>>. Acesso em: 08 set. 2021.

O PHAROL. **Feira livre: haverá amanhã mais uma, o que a Camara deve fazer**. 09 de agosto de 1924. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/258822/41272>>. Acesso em: 08 set. 2021.

O PHAROL. **Ferroadas**. 09 de agosto de 1924. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/258822/41272>>. Acesso em: 03 set. 2021.

O PHAROL. **A ganancia**. 25 de agosto de 1924. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/258822/41280>>. Acesso em: 12 set. 2021.

O PHAROL. **O Mercado Municipal**. 12 de fevereiro de 1925. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/258822/41372>>. Acesso em: 29 set. 2021.

O PHAROL. **Amanhã haverá feira na praça João Penido.** 14 de fevereiro de 1925. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/41380>>. Acesso em: 29 set. 2021.

O PHAROL. **Preço do leite.** 17 de fevereiro de 1925. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/41384>>. Acesso em: 02 out. 2021.

O PHAROL. **Capa.** 28 de fevereiro de 1925. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/41404>>. Acesso em: 02 out. 2021.

O PHAROL. **Feira livre.** 14 de abril de 1925. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/41476>>. Acesso em: 10 set. 2021.

O PHAROL. **Haverá amanhã feira livre.** 04 de julho de 1925. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/41584>>. Acesso em: 29 set. 2021.


O PHAROL. **Por onde a corda arrebenta.** 06 de julho de 1925. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/258822/41588>>. Acesso em: 10 set. 2021.

PONTE dos Três Poderes é inaugurada na Avenida Brasil em Juiz de Fora. **G1 - Zona da Mata.** [S.l]. 28 janeiro 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2014/01/ponte-dos-tres-poderes-e-inaugurada-na-avenida-brasil-em-juiz-de-fora.html>>. Acesso em: 20 set. 2021.

SANTOS, M. Noção de território nacional desponta hoje como único limite à ação cega do mercado. O chão contra o cifrão. **Folha de São Paulo.** 22 fevereiro 1999. [S.l]. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs28029904.htm>>. Acesso em: out. 2022.

APÊNDICES

Apêndice 1 - Perguntas realizadas em entrevista aos feirantes da Feira-livre da Avenida Brasil.

	Perguntas Feirantes - Feira-livre da Avenida Brasil Data: ___/___/2023 Hora: _____
1) Perfil e relações de trabalho:	
<p>A) Escolaridade: <input type="checkbox"/> Fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Fund. completo <input type="checkbox"/> Médio incompleto <input type="checkbox"/> Médio completo <input type="checkbox"/> Ensino superior incompleto <input type="checkbox"/> Ensino superior completo <input type="checkbox"/> Pós-graduação</p> <p>B) A quanto anos realiza a Feira-livre da Avenida Brasil? _____ B1) Sua banca possui quantos pontos? _____</p> <p>C) Trabalha em outras feiras? <input type="checkbox"/> Não. Por quê? _____ _____ <input type="checkbox"/> Sim. Quais? _____ _____</p> <p>D) É produtor rural? <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim.</p> <p>E) Trabalha na Feira-livre da Avenida Brasil sozinho(a)? <input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não. Quantos colaboradores? _____</p> <p>F) Os colaboradores são familiares? <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim.</p> <p>G) Os colaboradores são registrados? <input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não. Existe acordo de trabalho? <input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.</p> <p>H) A feira-livre é sua principal fonte de renda? <input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não. Quais são as outras? _____ _____</p> <p>I) Além do ponto na feira, tem outro ponto comercial de hortifrutigranjeiros? <input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.</p>	
2) Representação:	
<p>A) É associado a APPROFEIRA? <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim. Desde quando? _____</p> <p>B) Qual o motivo que o levou a se associar ou a não se associar? _____ _____</p> <p>C) Integra ou já integrou alguma organização de representação ligada a feira-livre? <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim. Qual? _____ _____</p> <p>D) Após a criação da APPROFEIRA, você percebeu alguma mudança no seu trabalho na feira-livre? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim. Qual? _____ _____</p> <p>E) Para você, qual é o papel da APPROFEIRA? _____ _____</p> <p>F) Já apresentou alguma solicitação a APPROFEIRA? <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim. Qual? _____ _____</p> <p>G) Foi resolvida? <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim.</p>	
3) Feira-livre da Avenida Brasil:	
<p>A) Que horas chega e começa a montar sua barraca na Avenida Brasil? _____</p> <p>B) Que horas vai embora da Avenida Brasil? _____</p> <p>C) Quais os produtos que vende na Feira-livre da Avenida Brasil? <input type="checkbox"/> Frutas <input type="checkbox"/> Legumes <input type="checkbox"/> Verduras <input type="checkbox"/> Carnes <input type="checkbox"/> Laticínios <input type="checkbox"/> Ovos <input type="checkbox"/> Pescados <input type="checkbox"/> Temperos <input type="checkbox"/> Alimentos <input type="checkbox"/> Outros. Quais? _____</p> <p>D) Os preços cobrados na Feira-livre da Avenida Brasil são os mesmos das outras feiras? <input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não. Por quê? _____</p> <p>E) Qual o perfil socioeconômico dos seus clientes? <input type="checkbox"/> Classe baixa <input type="checkbox"/> Classe média baixa <input type="checkbox"/> Classe média alta <input type="checkbox"/> Classe alta <input type="checkbox"/> Amplo</p>	

F) Qual o percentual aproximado de sua renda que vem da Feira-livre da Avenida Brasil?

-10% 10 – 24% 25 – 49% 50 – 74% 75 – 100%

G) Como avalia o local da feira-livre?

Ótimo Bom Regular Ruim Pessimista

H) Como avalia o horário da feira-livre?

Ótimo Bom Regular Ruim Pessimista

I) Como avalia o dia da feira-livre?

Ótimo Bom Regular Ruim Pessimista

J) Preferiria que esta feira fosse em outro horário?

Não. Sim. Qual? Por quê? _____

K) Preferiria que esta feira fosse em outro dia?

Não. Sim. Qual? Por quê? _____

L) Preferiria que esta feira fosse em outro local?

Não. Por quê? _____

Sim. Qual? Por quê? _____

M) Para você, o local onde a feira-livre ocorre, na Avenida Brasil, tem algum impacto na importância e sucesso da feira?

N) O lado da Avenida Brasil que a feira ocorre influencia no seu funcionamento? _____

O) Qual é a importância da Feira-livre da Avenida Brasil para Juiz de Fora? _____

P) Para você, qual é a importância do seu trabalho como feirante para Juiz de Fora? _____

Q) Você vê alguma dificuldade para realização da Feira-livre da Avenida Brasil? Não. Sim.

Quais? _____

R) A concorrência dos outros comércios com a feira-livre é grande? Não. Sim. Quem são os concorrentes?

4) Relação Feirante – Prefeitura

A) Você conhece da legislação municipal que regulamenta a feira-livre em Juiz de Fora? Sim. Não.

B) Você conhece os direitos do feirante? Sim. Não.

C) Como você avalia a nova divisão de grupos de produtos para serem comercializados feira-livre aprovada em 2022?

Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

D) Como você avalia a relação da SEAPA-PIF com os feirantes?

Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

Sempre foi assim? Sim. Não. Por quê? _____

E) Você vê como positiva a implementação da Comissão Permanente de Feiras Livres? Sim. Não. Por quê? _____

F) Para você, é necessário a existência de uma lei/norma que regulamente o funcionamento das feiras em Juiz de Fora?

Sim. Não. Por quê? _____

G) Como você avalia a fiscalização na Feira-livre da Avenida Brasil?

Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

H) Como você avalia a segurança da Feira-livre da Avenida Brasil?

Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

I) Para você, o padrão das barracas é suficiente para realização do seu trabalho?

Sim. Não. Por quê? _____

J) Como tem sido a incorporação de novas tecnologias, como máquinas de cartão e pix, no seu trabalho? _____

Apêndice 2 - Perguntas realizadas em entrevista aos consumidores da Feira-livre da Avenida Brasil.

	<p style="text-align: center;">Perguntas - Consumidores - Feira Livre da Avenida Brasil Data: ___/___/2023 Hora: _____</p>
---	---

1) Caracterização do público-alvo:

<p>A) Bairro de residência: _____</p> <p>B) Deslocamento para a feira:</p> <p><input type="checkbox"/> Ônibus <input type="checkbox"/> Veículo próprio <input type="checkbox"/> A pé <input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____</p> <p>C) Idade: _____</p> <p>D) Escolaridade: <input type="checkbox"/> Fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Fund. completo <input type="checkbox"/> Médio incompleto <input type="checkbox"/> Médio completo <input type="checkbox"/> Ensino superior incompleto <input type="checkbox"/> Ensino superior completo <input type="checkbox"/> Pós-graduação</p> <p>E) Ocupação: _____</p> <p>Renda salarial (salário mínimo):</p> <p><input type="checkbox"/> Até 1 <input type="checkbox"/> + de 1 a 3 <input type="checkbox"/> + de 3 a 5 <input type="checkbox"/> + de 5 a 7 <input type="checkbox"/> + de 7 a 9 <input type="checkbox"/> + de 9</p> <p>F) Sexo: <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Não declarar</p>
--

2) Tema:

<p>A) Por qual motivo veio a feira-livre hoje? _____</p> <p>B) Com que frequência vem a esta feira-livre?</p> <p><input type="checkbox"/> Semanalmente <input type="checkbox"/> Quinzenalmente <input type="checkbox"/> Mensalmente <input type="checkbox"/> Esporadicamente <input type="checkbox"/> Primeira vez</p> <p>C) Que tipo de produto prefere comprar nesta feira? Por quê? _____</p> <p>D) Que tipo de produto não compra nesta feira? Por quê? _____</p> <p>E) Se não comprasse esses produtos na Feira-livre da Avenida Brasil compraria onde? _____</p> <p>F) Qual a diferença entre comprar na Feira-livre da Avenida Brasil e em outros lugares? _____</p> <p>G) O tratamento mais pessoal e familiar dos feirantes é um motivo para você vir a feira? <input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.</p> <p>G) Para você, é importante a continuidade da Feira-livre da Avenida Brasil? <input type="checkbox"/> Não. Por quê? _____</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. Por quê? _____</p> <p>H) Para você, a feira-livre tem outra função além do comércio e abastecimento de alimentos? <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim. Qual? _____</p> <p>I) Quanto pretende gastar com essa visita na feira? _____</p> <p>J) Como avalia o local da feira-livre?</p> <p><input type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Péssimo</p> <p>K) Preferiria que esta feira-livre fosse realizada em outro local e dia? _____</p> <p>L) Frequenta outras feiras em São de Fora?</p> <p><input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim. Qual? _____</p>
